

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	24
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	25
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	38
4.5 - Processos sigilosos relevantes	39
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	40
4.7 - Outras contingências relevantes	41
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	42

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	43
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	46
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	48
5.4 - Outras informações relevantes	49
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	50
6.3 - Breve histórico	51
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	52
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	53
6.7 - Outras informações relevantes	54
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	55
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	57
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	59
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	66
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	68
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	69
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	70
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	71
7.9 - Outras informações relevantes	72
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	73
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	75
8.3 - Operações de reestruturação	76
8.4 - Outras informações relevantes	77
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	78
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	82

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	83
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	89
9.2 - Outras informações relevantes	92
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	95
10.2 - Resultado operacional e financeiro	106
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	109
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	110
10.5 - Políticas contábeis críticas	111
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	113
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	114
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	115
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	116
10.10 - Plano de negócios	117
10.11 - Outros fatores com influência relevante	118
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	119
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	120
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	121
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	123
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	125
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	126
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	127
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	128
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	131
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	132

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	133
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	134
12.12 - Outras informações relevantes	135

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	136
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	138
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	141
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	142
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	143
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	144
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	145
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	146
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	147
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	148
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	149
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	150
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	151
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	152
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	153
13.16 - Outras informações relevantes	154

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	155
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	158
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	159

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	160
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	161
15.3 - Distribuição de capital	165
15.4 - Organograma dos acionistas	166
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	167
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	168
15.7 - Outras informações relevantes	169
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	170
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	171
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	180
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	181
17.2 - Aumentos do capital social	182
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	183
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	184
17.5 - Outras informações relevantes	185
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	186
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	188
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	189
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	190
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	192
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	193

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	194
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	195
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	196
18.10 - Outras informações relevantes	197
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	198
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	199
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	200
19.4 - Outras informações relevantes	201
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	202
20.2 - Outras informações relevantes	203
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	204
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	205
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	206
21.4 - Outras informações relevantes	207
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	208
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	209
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	210
22.4 - Outras informações relevantes	211

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

LUIZ FERNANDO LEAL TEGON

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES ASSOCIADOS
CPF/CNPJ	52.803.244/0001-06
Período de prestação de serviço	04/04/2011 a 02/12/2011
Descrição do serviço contratado	<p>Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatórios de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria contemplando o balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da WLM Indústria e Comércio S.A. e a sua adequação com as posições patrimonial e financeira em 31 d dezembro de 2011, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os resultados abrangentes e os fluxos de caixa do exercício a encerrar-se naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) para as demonstrações financeiras individuais e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para as demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Exame das demonstrações financeiras individuais da WLM Indústria e Comércio S.A. referentes ao exercício a findar-se em 31 dezembro de 2011, com valores expressos em reais (R\$), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as demonstrações financeiras consolidadas da WLM Indústria e Comércio S.A. e suas controladas, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).</p> <p>Controladas:</p> <p>Auditoria para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:</p> <p>Fatura Agropecuária S.A. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.</p> <p>Revisão (sem emissão de relatório) para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:</p> <p>Equipo Máquinas e Equipamentos Ltda. Itaipu Norte Máquinas e Veículos Ltda. Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (descontinuada) Itapura Agropecuária Ltda. Agropecuária São Sebastião do Araguaia S.A. Sumasa Industria e Comércio de Madeiras Ltda. (descontinuada)</p>

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 270,6 mil (duzentos e setenta mil e seiscentos reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Para o exercício de 2011, os honorários dos auditores independentes estão contratados por R\$ 290 mil (duzentos e noventa mil reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Justificativa da substituição

Alteração da razão social em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes (CNPJ 52.803.244/0001-06), entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JOSÉ LUIZ DE SOUZA GURGEL	04/04/2011 a 02/12/2011	918.587.207-53	RUA SETE DE SETEMBRO Nº 71, 15º ANDAR, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20050-005, Telefone (21) 35347500, Fax (21) 22211935, e-mail: jgurgel@kpmg.com.br

Possui auditor?

SIM

Código CVM

210-0

Tipo auditor

Nacional

Nome/Razão social

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

CPF/CNPJ

57.755.217/0001-29

Período de prestação de serviço

03/12/2011 a 26/04/2012

Descrição do serviço contratado

Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatórios de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria contemplando o balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da WLM Indústria e Comércio S.A. e a sua adequação com as posições patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2011, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os resultados abrangentes e os fluxos de caixa do exercício a encerrar-se naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) para as demonstrações financeiras individuais e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para as demonstrações financeiras consolidadas.

Exame das demonstrações financeiras individuais da WLM Indústria e Comércio S.A. referentes ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, com valores expressos em reais (R\$), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as demonstrações financeiras consolidadas da WLM Indústria e Comércio S.A. e suas controladas, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Controladas:

Auditoria para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:

Fatura Agropecuária S.A.
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.

Revisão (sem emissão de relatório) para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:

Equipo Máquinas e Equipamentos Ltda.
Itaipu Norte Máquinas e Veículos Ltda.
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (descontinuada)
Itapura Agropecuária Ltda.
Agropecuária São Sebastião do Araguaia S.A.
Sumasa Industria e Comércio de Madeiras Ltda. (descontinuada)

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 270,6 mil (duzentos e setenta mil e seiscentos reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Para o exercício de 2011, os honorários dos auditores independentes estão contratados por R\$ 290 mil (duzentos e noventa mil reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Justificativa da substituição

Incorporação da KPMG Auditores Associados (atual denominação da BDO Auditores Independentes) pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES - CNPJ nº 57.755.217/0001-29, que passou a figurar como a prestadora de serviços de auditoria eventualmente em curso.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JOSÉ LUIZ DE SOUZA GURGEL	03/12/2011 a 26/04/2012	918.587.207-53	Av. Almirante Barroso, nº 52, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (21) 35347500, Fax (21) 22211935, e-mail: jgurgel@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - Sociedade Simples
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Período de prestação de serviço	27/04/2012
Descrição do serviço contratado	<p>Execução de serviços de auditoria das demonstrações financeiras Individuais e consolidadas do exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 e revisão especial, de acordo com a NBC TR 2400, das informações trimestrais em 31 de março de 2012, 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2012, além dos serviços de auditoria para as seguintes empresas controladas:</p> <p>Para efeito de equivalência e consolidação, com a emissão de relatórios:</p> <p>.Fatura Agropecuária S.A. .Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. .Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.</p> <p>Revisão de acordo com a NBC TR 2410 para efeito de equivalência e consolidação, sem emissão de relatórios:</p> <p>.Equipo Máquinas e Equipamentos Ltda. .Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. .Itapura Agropecuária Ltda. .Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. .Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (descontinuada) .Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (descontinuada).</p>
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais).
Justificativa da substituição	Atendimento às disposições da Instrução CVM nº 308/99, de 14.05.99 (Art. 31) e Deliberação nº 549/08, de 10.09.08 (Inciso I).
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JULIAN CLEMENTE	27/04/2012	085.922.988-22	Rua São José nº 46, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20010-020, Telefone (21) 22105166, Fax (21) 22105166, e-mail: julian.clemente@bdobrazil.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes a serem apresentadas em relação à auditoria externa da Companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
Patrimônio Líquido	435.714.223,45	393.497.312,33	378.561.204,48
Ativo Total	568.110.055,78	536.009.844,18	491.022.230,76
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	982.785.529,66	566.417.970,64	645.505.000,00
Resultado Bruto	137.313.852,75	89.491.361,29	128.513.000,00
Resultado Líquido	55.121.570,15	24.866.382,92	85.350.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	7.282.934	7.282.934	7.282.934
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	59,826743	54,030053	51,788469
Resultado Líquido por Ação	7,568594	3,414336	11,719178

3.2 - Medições não contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis

Ebitda ou Lajida - lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização

2009 – R\$ 24.441 mil

2010 – R\$ 73.028 mil

O Ebitda de 2008 não é apresentado pois não foi calculado com base nas normas contábeis internacionais (IFRS) como os referentes aos anos de 2009 e 2010, não sendo portanto comparável.

Disponibilidades – caixa + bancos + aplicações financeiras

2008 – R\$ 170.765 mil

2009 – R\$ 151.394 mil

2010 – R\$ 183.278 mil

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

DESCRIÇÃO	R\$ MIL		VAR. % 2010 X 2009
	IFRS		
	2010	2009	
Lucro Líquido	55.122	24.866	121,7
IR/CS	21.862	12.925	69,1
Resultado Financeiro Líquido	(5.530)	(15.034)	(63,2)
Depreciação e Amortização	1.574	1.684	(6,5)
Ebitda	73.028	24.441	198,8
Margem Ebitda	7,4	4,3	3,1

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O Ebitda, sigla em inglês para *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (em português: resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é utilizado pela WLM como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que este indicador é o mais apropriado para comparações, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis, como a depreciação e a amortização.

Em termos financeiros, ao final do exercício de 2010, a Companhia não tinha qualquer dívida registrada. A avaliação de endividamento líquido e grau de alavancagem financeira não se aplicam, pois a WLM mantém caixa líquido, já que não tem dívida e tem posições financeiras com disponibilidade imediata. O conceito de dívida líquida (endividamento de curto prazo e de longo prazo – caixa) não se aplica, portanto.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não ocorreu nenhum evento subsequente relevante.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) Regras sobre a retenção de lucros

A Companhia adota os princípios estabelecidos pela Lei 6.404/76 e suas alterações (Lei das Sociedades Anônimas), de acordo com as práticas contábeis em vigor. Dessa forma, 5% do lucro líquido do exercício é retido a título de constituição de reserva legal.

b) Regras sobre a distribuição de dividendos

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia destina anualmente pelo menos 25% do lucro líquido ajustado (lucro líquido após a retenção mínima obrigatória e eventuais retenções adicionais aprovadas em Assembleia) para a distribuição de remuneração aos acionistas na forma de dividendos.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia adota a prática de distribuir dividendos aos acionistas anualmente, após a divulgação dos resultados do exercício. No entanto, não há uma política formal que defina tal periodicidade, existindo, portanto, a possibilidade de o Conselho de Administração vir a deliberar pagamento de dividendos intermediários a título de antecipação do resultado anual.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008
Lucro líquido ajustado	57.032.378,77	26.670.000,00	81.893.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	23,750000	23,750000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	3,100000	1,680000	5,430000
Dividendo distribuído total	13.545.635,32	6.334.301,51	20.473.586,80
Lucro líquido retido	43.486.743,45	20.336.000,00	65.730.000,00
Data da aprovação da retenção	29/04/2011	30/04/2009	30/04/2009

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Preferencial	5.845.663,04	12/05/2011	3.600.713,06	08/06/2010	11.638.143,73	25/06/2009
Preferencial	7.699.972,28	12/05/2011				
Ordinária			2.733.588,45	08/06/2010	8.835.443,07	25/09/2009

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios de 2010, 2009 e 2008 a Companhia não declarou dividendos a título de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	131.809.336,14	Outros índices	30,25000000	<p>O montante da dívida, de qualquer natureza – (passivo circulante, mais passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 131.809 mil, em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 141.929 mil e em 31 de dezembro de 2008 de R\$ 111.853 mil.</p> <p>O índice de endividamento – (passivo circulante, mais passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido) era em 31 de dezembro de 2010 de 30,2%, em 31 de dezembro de 2009 de 36,0% e em 31 de dezembro de 2008 de 29,5%.</p> <p>A dívida líquida (dívida total, menos disponibilidades e aplicações financeiras) era em 31 de dezembro de 2010 R\$ (51.469) mil, em 31 de dezembro de 2009 de R\$ (9.455) mil e em 31 de dezembro de 2008 de R\$ (58.912) mil.</p> <p>Método de cálculo e o motivo pelo qual entendemos que esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento do emissor.</p> <p>A Companhia não possui dívida líquida nos três períodos em análise, mas sim caixa líquido, já que o montante do caixa é superior ao do endividamento total.</p> <p>Montante total de dívida, de qualquer natureza – (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) em 2010</p> <p>O passivo circulante somado ao passivo não circulante, de curto e longo prazo, indica o total das obrigações financeiras mantidas pela Companhia na data do encerramento do balanço. Engloba, além de empréstimos tomados com instituições financeiras, também toda e qualquer obrigação da empresa como, por exemplo, impostos a serem pagos e dividendos a serem distribuídos. Ao final do exercício de 2010, a WLM não mantinha nenhum empréstimo bancário, seja de longo ou curto prazo. Nos anos anteriores, o endividamento bancário se resumia a uma única dívida, tomada por meio de uma</p>

31/12/2010	131.809.336,14 Outros índices	30,25000000	<p>subsidiária, no Banco da Amazônia. Em agosto de 2010, conforme cronograma de vencimento, tal dívida foi quitada. O grau de alavancagem financeira da Companhia é reduzido, uma vez que conta com forte geração de caixa e mantém alto nível de disponibilidades.</p> <p>O índice de endividamento geral, que é obtido a partir da divisão do (passivo circulante + passivo não circulante)/ patrimônio líquido, mostra a proporção do total de obrigações financeiras em relação ao total do patrimônio, ou seja, mede a proporção dos ativos totais que é financiada por capitais de terceiros. Nos três exercícios em questão, 2008, 2009 e 2010, esse indicador é bem inferior a 100% uma vez que o valor do Patrimônio Líquido da WLM é, ao final dos exercícios, superior ao montante do Passivo Total. Em 31/12/2010, o indicador é de 30,2%, mostrando que, para cada R\$ 100,00 de capital próprio empregado no negócio, a Companhia se utiliza apenas de R\$ 32,20 de capitais de terceiros.</p> <p>A dívida líquida é, seguindo o conceito aqui utilizado, a dívida total deduzida dos recursos que a Companhia mantém em disponibilidade (caixa e equivalentes + aplicações financeiras). Ao final do exercício de 2010, esse valor tinha saldo negativo para a WLM, uma vez que o montante disponível em caixa era superior ao Passivo Total (ou Dívida Total). Considera-se, portanto que, em 31/12/2010, a Companhia não tinha dívida líquida, mas sim caixa líquido de R\$ 51.469 mil. Nos exercícios anteriores, repetia-se a situação de caixa superior à dívida total, com caixa líquido de R\$ 9.455 mil em 31/12/2009 e de R\$ 58.912 mil em 31/12/2008.</p>
------------	-------------------------------	-------------	---

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Quirografárias	103.404.083,32	1.519.079,68	1.519.079,68	25.367.093,46	131.809.336,14
Total	103.404.083,32	1.519.079,68	1.519.079,68	25.367.093,46	131.809.336,14
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outra informação relevante com relação à situação financeira da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O planejamento de novos investimentos da WLM está sempre associado à perspectiva de crescimento econômico e à manutenção de programas voltados para manutenção da infra estrutura necessária ao desenvolvimento do País.

As condições políticas e econômicas no Brasil exercem impacto direto sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia.

A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para controlá-la poderão provocar efeitos adversos sobre o nível de atividade econômica no Brasil, os mercados brasileiros de capitais, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia. O aumento das receitas da WLM e o aumento de seu lucro operacional dependem do crescimento da demanda por produtos que oferecemos, qual sejam, principalmente, veículos pesados (ônibus e caminhões).

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que atualmente acredita serem os mais prováveis a afetar o seu desempenho:

(a) à Companhia

Possibilidade de não conseguir estabelecer totalmente a estratégia de negócios.

A habilidade para estabelecer as principais iniciativas de crescimento que fazem parte da estratégia de atuação da WLM depende de uma série de fatores, dentre os quais sua capacidade de:

- atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em seus mercados atuais;
- identificar com êxito novas oportunidades de negócios;
- expandir sua rede de concessionárias no Brasil;
- investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada;
- continuar a expansão da base de clientes.

Não é possível assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Um elemento crítico para o êxito da estratégia é a habilidade de identificar com sucesso as demandas do mercado. Se qualquer um dos produtos comercializados e/ou serviços prestados pela Companhia tiver problemas de qualidade, a WLM pode ter dificuldades em atender as necessidades de seus consumidores finais.

Dependência da rede própria de concessionárias para a venda dos produtos comercializados aos clientes localizados em suas respectivas regiões.

A rede de concessionárias Scania da WLM atende regiões específicas na área onde estão localizadas. Caso alguma delas venha a sofrer danos significativos, ou caso as atividades da Companhia de revenda e prestação de serviços venham a ser reduzidas ou interrompidas devido a greves (na Companhia ou em qualquer importante fabricante de produtos), atrasos na liberação ou entrega dos produtos, problemas de infraestrutura ou quaisquer outros eventos similares, seria necessário alocar recursos de outra concessionária para atender aos clientes pertencentes à região afetada. Tal evento poderia ter um efeito adverso sobre a Companhia.

Interrupções ou falhas nos sistemas poderão afetar adversamente as operações.

O sucesso na adoção do plano de negócios depende, em grande parte, do desempenho dos sistemas automatizados da WLM e de serviços de telecomunicações. A Companhia depende de tais sistemas para realizar seus negócios e para obter, processar rapidamente, analisar e administrar os dados, de forma a facilitar a compra e a distribuição de veículos pesados e itens de estoque – como peças de reposição; receber, processar e enviar os pedidos a tempo;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

administrar o faturamento e realizar a cobrança de clientes, bem como processar os pagamentos aos fornecedores.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevisíveis ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros. Qualquer interrupção em seus sistemas pode resultar na perda de informações importantes e aumentar os custos, afetando negativamente a imagem da WLM e a sua capacidade de oferecer produtos e serviços de qualidade e confiáveis. Dessa forma, o desempenho satisfatório, a confiabilidade e a disponibilidade dos sistemas são importantes para garantir a capacidade da Companhia de atrair e manter clientes, bem como prestar serviços adequados aos mesmos.

Apólices de seguro podem ser insuficientes para garantir proteção integral contra perdas substanciais.

Os negócios da WLM estão sujeitos a riscos envolvendo ações trabalhistas e civis, além do transporte dos produtos comercializados e fenômenos da natureza. A Companhia mantém apólices de seguro com cobertura de certos riscos em potencial, tais como incêndio, queda de raio, explosão, vendaval, responsabilidade civil garagem, roubo ou furto qualificado de bens e valores no interior do estabelecimento ou em trânsito. Todavia, não é possível garantir que a cobertura estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir eventuais danos decorrentes de tais sinistros. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos pelas apólices, tais como caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que, quando do vencimento das atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las ou ainda renová-las em termos suficientes e favoráveis.

Dependência de transportadoras do principal fornecedor e de terceirizadas. Problemas no relacionamento com essas empresas ou na qualidade dos serviços prestados poderiam afetar adversamente a Companhia.

A Companhia não possui frota suficiente ou tampouco opera os veículos utilizados para transportar os veículos pesados (caminhões e ônibus) que comercializa. Dessa forma, depende de transportadoras dos fabricantes e de terceirizados para entregar esses produtos em suas concessionárias, como é o padrão no segmento de comercialização de veículos pesados. A eventual incapacidade de criar ou manter relacionamentos satisfatórios com as empresas responsáveis pela entrega dos veículos, bem como a falha de tais transportadoras de prestar os serviços de transporte de acordo com as necessidades, poderia afetar adversamente a Companhia.

Muitos dos clientes utilizam financiamentos do BNDES para a aquisição dos produtos comercializados pela Companhia, estando sujeitos a mudanças institucionais e/ou nas linhas de crédito neste banco.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possui diversas linhas de financiamento que são utilizadas por grande número de clientes da WLM. Por ser um banco de fomento vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o BNDES está sujeito a maior ingerência política e pode sofrer mudanças que afetem as regras de concessão de crédito, reduzam a disponibilidade ou os benefícios das condições de tais financiamentos. A não efetivação, a suspensão, a interrupção ou a mudança significativa nestes financiamentos poderá afetar a estimativa de crescimento dos negócios da Companhia. A disponibilidade de recursos com condições semelhantes às do BNDES é restrita, o que poderia causar efeito adverso nos resultados da WLM.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é e poderá ser no futuro, ré ou, conforme o caso, autora em processos judiciais ou administrativos, em diversas esferas. Não é possível garantir que os resultados destes processos serão sempre plenamente favoráveis, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total suficiente para todos os passivos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que impeçam a realização dos negócios como inicialmente planejados, ou eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado, podem causar efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

Atuação em segmentos de grande concorrência, o que poderá, em algum momento, vir a causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O segmento de mercado em que a Companhia atua é competitivo. A WLM enfrenta a concorrência de outros produtos e marcas sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional, tais como os produtos das montadoras Mercedes Benz, Man e Volvo, dentre outras. Ademais, estas empresas oferecem grande variedade de produtos nos segmentos em que a Companhia atua, que competem com as linhas de produtos comercializados. A WLM enfrenta ainda, na revenda de peças, concorrência de pequenos fornecedores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam com peças não genuínas. Desta forma, podem oferecer preços mais baixos, o que poderia resultar na diminuição do volume de vendas e/ou fazer com que a Companhia tenha que reduzir seus preços, o que implicaria em margens menores. Ainda, novos concorrentes poderão entrar nesses mercados. Qualquer um destes fatores poderá causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Adicionalmente, as atuais e futuras marcas concorrentes dos produtos comercializados podem ser bem sucedidas em determinadas linhas de produtos ou regiões, bem como ter mais recursos financeiros e campanhas de marketing mais efetivas, de forma que a competição com tais concorrentes nos mercados de atuação da WLM pode resultar em perda de participação de mercado.

A identidade das marcas da WLM é um fator importante para o sucesso do negócio. Se não for possível utilizar de forma eficaz ou proteger qualquer uma de marcas, as atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.

A Companhia entende que suas marcas – relacionadas no item 9 deste Formulário - têm valor significativo e desempenham papel importante na manutenção e melhoria de sua posição competitiva. Nos últimos anos, foram feitos investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento dessas marcas, incluindo aquisições de novas concessionárias.

Atualmente, a Companhia tem 38 marcas, estando a maior parte delas registradas no INPI. No entanto, não é possível garantir que essas marcas não serão violadas, ou, então, que os registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros. Ainda, caso a titularidade de qualquer das marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, a Companhia pode ser proibida de continuar a explorá-la. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá diminuir o valor do conjunto de marcas da Companhia e causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

(b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

A WLM é controlada pela família Lemos de Moraes, por intermédio da Sajuthá-Rio Participações S.A., que tem poderes para controlar a Companhia e suas controladas.

O acionista controlador tem poderes para:

- i. eleger a maioria dos conselheiros e nomear os diretores executivos,
- ii. definir a política da administração e exercer o controle geral sobre a administração e das subsidiárias; vender ou transferir sua participação acionária na Companhia; e
- iii. determinar o resultado de qualquer ação que exija a aprovação dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganização societária, aquisição

4.1 - Descrição dos fatores de risco

e alienação de ativos, bem como a oportunidade e o pagamento de dividendos futuros.

O acionista controlador pode vir a ter interesse em realizar transações que, em sua opinião, aumentem o valor de seu investimento patrimonial na Companhia, ainda que tais transações venham a conflitar com os interesses de outros acionistas.

(c) Em relação aos seus acionistas

Pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio

De acordo com o disposto no Estatuto Social da WLM, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% do seu lucro líquido anual a título de dividendo obrigatório. Caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que o pagamento de proventos é incompatível com a situação econômica da Companhia, poderá não haver qualquer tipo de pagamento, já que o resultado de determinado exercício pode ser utilizado para, por exemplo, compensar prejuízos acumulados.

Negociações com ações de emissão da Companhia podem afetar o valor de mercado das mesmas.

Os acionistas da Companhia têm a capacidade de, observada a legislação aplicável, negociar ações da WLM. Não é possível prever o efeito, se houver, desses negócios sobre o valor de mercado das ações de emissão da WLM. Vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, teriam possível efeito adverso sobre o valor de mercado dessas ações.

(d) às suas controladas e coligadas

As empresas controladas e coligadas não trazem riscos adicionais àqueles já relacionados para a Companhia, no item (a) acima. Os fatores de risco a que estão sujeitas as controladas e coligadas são basicamente os mesmos relacionados à Companhia.

(e) aos seus fornecedores

Os negócios da WLM dependem de sua capacidade de desenvolver e manter relações com os fabricantes dos produtos que comercializa. A incapacidade de desenvolver ou manter essas relações poderá afetar adversamente os negócios.

A WLM depende dos fabricantes para produzir e lhe vender caminhões, chassis de ônibus, lubrificantes e peças de reposição, que serão colocadas à venda ao consumidor final em sua rede de concessionárias. Busca-se manter um controle eficiente das encomendas de veículos pesados e também níveis adequados de estoque de peças. Dessa forma, a Companhia conta com a venda imediata de produtos por parte desses fabricantes e com sua capacidade de atender aos pedidos dos clientes a tempo.

Não é possível garantir que os fabricantes continuarão a vender seus produtos para a WLM em condições favoráveis ou que a Companhia será capaz de estabelecer novos relacionamentos com os fabricantes, ou mesmo prolongar os existentes, de forma a assegurar o acesso aos produtos periodicamente e em termos comerciais favoráveis. Caso ocorra alguma dessas situações, os negócios e planos de crescimento poderão ser afetados.

(f) aos seus clientes

Os níveis de inadimplência por parte dos clientes podem atingir patamares mais elevados e poderão afetar adversamente a Companhia.

O recebimento dos pagamentos devidos pelos clientes depende da capacidade de crédito dos mesmos e da capacidade da Companhia em cobrá-los. Com base em sua receita bruta, o nível de inadimplência dos clientes, calculado a partir do 30º dia do vencimento da fatura, foi de aproximadamente 4,6%, 3,3% e 3,6% nos exercícios

4.1 - Descrição dos fatores de risco

encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, respectivamente. Esses índices podem atingir patamares mais altos em decorrência de motivos diversos, fora do controle da Companhia. Caso isso ocorra, a WLM poderá vir a não recuperar determinados créditos relativos a dívidas de clientes inadimplentes. Caso não recupere parcela significativa desses créditos, seu fluxo de caixa e resultados financeiros serão adversamente afetados.

O segmento de veículos pesados é influenciado pela disponibilidade de crédito, em especial para caminhões – principal produto comercializado pela Companhia.

Como comentado no item 4.a, muitos dos clientes da WLM utilizam financiamentos do BNDES para a aquisição dos produtos comercializados pela Companhia, além de recorrer a outras fontes de financiamento. Em torno de 95% do volume de caminhões vendidos é financiado de alguma forma. Consequentemente, a quase totalidade dos clientes depende de empréstimos bancários para financiar a aquisição de veículos pesados. Tais financiamentos poderão não estar disponíveis para potenciais clientes, assim como, mesmo se disponíveis, os termos destes financiamentos poderão não ser atrativos. Desse modo, a escassez de financiamento no mercado, o aumento nas taxas de juros, a redução de prazo do financiamento, a redução do valor financiado por veículo, a redução nas desonerações fiscais oferecidas e/ou a alteração de outras condições de financiamento podem vir a afetar negativamente o desempenho do segmento e a geração de caixa da Companhia.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Os resultados das operações e o valor das ações da WLM podem ser afetados negativamente por condições da economia e do mercado automotivo, especialmente do segmento de veículos pesados.

O segmento de comercialização de caminhões e ônibus é significativamente influenciado por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, tais como:

- nível geral de atividade da economia;
- crescimento do transporte rodoviário de cargas e de passageiros;
- confiança do empresariado para realizar investimentos;
- estabilidade das taxas de juros; e
- disponibilidade de empréstimos e financiamentos para aquisição de veículos pesados.

No último trimestre de 2008 e durante boa parte do primeiro semestre de 2009, a crise financeira mundial impactou negativamente o PIB brasileiro, resultando em diminuição tanto no número de encomendas de veículos novos quanto nas vendas de produtos e serviços pela Companhia. Em 2010, a retomada econômica, com forte crescimento do nível de atividade na economia brasileira refletiu positivamente sobre o desempenho da WLM. No entanto, eventual aumento da volatilidade do mercado financeiro mundial pode causar efeito negativo nos resultados operacionais da Companhia.

Caso haja escassez de recursos para obtenção de financiamento no mercado e/ou aumento da taxa de juros, a demanda por veículos pesados pode ser reduzida, o que pode afetar negativamente os resultados.

A falta de disponibilidade de recursos no mercado para obtenção de financiamento e/ou o aumento da taxa de juros e de outros custos indiretos de financiamento podem prejudicar a capacidade ou a disposição de compradores em potencial para financiar suas aquisições, particularmente no que se refere a caminhões novos. Especialmente, caso o BNDES restrinja o limite de disponibilidade de fundos destinados a financiar a compra de caminhões novos ou caso haja aumento da taxa de juros, poderá vir a ocorrer redução da demanda pelos produtos comercializados pela Companhia, afetando adversamente seus resultados.

A alteração das condições de mercado, especialmente um acirramento da concorrência, poderá prejudicar a venda de produtos pelos preços previstos, o que poderá reduzir as margens de lucro.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Normalmente, a Companhia atua em mercados fortemente competitivos. A crescente concorrência nos segmentos de mercados nos quais opera, quer por meio de novos fabricantes entrando no Brasil ou por meio de concessionárias concorrentes expandindo suas operações, poderá afetar adversamente sua participação no mercado e os preços de venda dos produtos que comercializa, reduzindo suas margens de lucro, diminuindo a variedade de produtos disponíveis para a Companhia ou afetando-a adversamente.

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

Até o momento, não há exigências regulatórias para o setor de atuação da WLM.

Apesar da inexistência de riscos regulatórios, alterações na legislação tributária podem aumentar a carga tributária e, conseqüentemente, afetar negativamente a rentabilidade da Companhia. O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes, como por exemplo, modificações na alíquota dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários.

(i) aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não aplicável. A Companhia atua somente em território nacional.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Atualmente, WLM não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item 4.1 descritos acima. Mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades são constantemente monitoradas por meio do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. A Companhia mantém sólido e satisfatório relacionamento com seu principal fornecedor, a montadora Scania, o que atenua qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. Caso a administração venha a julgar oportuno, a rede de concessionárias e infraestrutura poderá ser utilizada para vender produtos de outros fabricantes. Tampouco observa-se a curto prazo qualquer tendência de mudança significativa para as linhas de financiamento aos produtos comercializados. O acesso e condições das linhas de crédito oferecidas ao mercado constituem um fator exógeno e não gerenciável pela Companhia. Paralelamente, a WLM adota como política uma rígida disciplina financeira e uma gestão de caixa conservadora, além de manter como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Nos processos abaixo relacionados, informamos que, quanto à relevância, foram adotados os mesmos critérios utilizados para fins de informações que vem sendo prestadas à auditoria externa, inclusive no que se refere ao provisionamento dos valores indicados, diretamente relacionado às expectativas atuais de êxito nos correspondentes processos.

Nos processos abaixo relacionados, informamos que, quanto à relevância, foram adotados os mesmos critérios utilizados para fins de informações que vem sendo prestadas à auditoria externa, inclusive no que se refere ao provisionamento dos valores indicados, diretamente relacionado às expectativas atuais de êxito nos correspondentes processos.

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A – TRABALHISTA

Processo nº	00465/03
a. juízo	55ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	20.05.2003
d. partes no processo i. Reclamante: ii. Reclamada	Rita de Cássia Luz WLM Indústria e Comércio S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	100.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista com pedido de rescisão indireta, danos morais, pagamento de verbas rescisórias, horas extras, salário substituição e férias. Foi apresentada reconvenção pela empresa com alegação de que a reclamante cometera falta grave dando ensejo à rescisão contratual por justa causa. Sentença proferida em 17.12.2009. Julgada parcialmente procedente a Reclamação para condenar a empresa ao pagamento de salário substituição e diferença salarial, com reflexos, além de férias simples de um único período. Julgada procedente a Reconvenção apresentada pela empresa, diante do reconhecimento da justa causa para a rescisão contratual. Apresentados Recursos pela Reclamante e Reclamada. Aguardando pauta para julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável, cabendo destacar que tal expectativa decorre do fato de que, independentemente do reconhecimento da justa causa para a rescisão contratual, a empresa foi condenada ao pagamento de algumas parcelas à reclamante, ainda a apurar, mas indubitavelmente inexpressivas diante do pleito da ex-funcionária.
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A – ADMINISTRATIVO**

Processo nº	15374.720.013/2007-11
a. juízo	DRJ/RJ
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	17/10/2008
d. partes no processo	
i. Autor:	DRJ/RJ
ii. Réu:	WLM Indústria e Comércio S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 110.659,27 (histórico)
f. principais fatos	Em 17/10/2008 a empresa recebeu Despacho Decisório homologando parcialmente a compensação (DCOMP) de valor relativo a crédito decorrente de saldo negativo de IRPJ (ano calendário 2005) apurado na DIPJ, com prestações vincendas de outros tributos. Em 17/11/2008 foi protocolizada Manifestação de Inconformidade. Em sessão de julgamento realizada em 11/02/2009 foi indeferida a Manifestação de Inconformidade. Em 08/06/2009 foi apresentado Recurso Voluntário. Em 19/09/2009, autos remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – MF – DF. Em 21/09/2009, autos remetidos ao órgão Serviço Controle Julgamento – DRJ – RJO – I – RJ. Em 12/12/2010, autos recepcionados na 2ª Turma da 4ª Câmara – Recurso 510.311.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA

Processo nº	2004100001377-3
a. juízo	11ª Vara da Fazenda Pública / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.04.2004 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado do Rio de Janeiro
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.443.698,80 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal originada por auto de infração lavrado em razão de suposto débito referente ao ICMS (substituição tributária). Foram indicados bens à penhora, com manifestação da exequente, em 10.05.2005, no sentido de não aceitar os bens oferecidos á penhora. Proferida decisão, em 07.07.2005, determinando a penhora de 5% do faturamento mensal da empresa. Desde então aguardando cumprimento do mandado.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A – ADMINISTRATIVO**

Processo nº	E 0409550802
a. juízo	Junta de Revisão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	11.09.2002
d. partes no processo i. Autuante: ii. Autuada:	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro Superágua Empresa de Águas Minerais SA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.403.602,42 (histórico)
f. principais fatos	Refere-se a auto de infração (ICMS) por suposta utilização de tabelas que não correspondem aos preços cobrados pelo mercado na remessa de mercadorias de produção da empresa, que ocasionaria perda significativa na arrecadação do imposto devido. Em 07/11/2002, após a impugnação, autos aguardando remessa à Junta de Revisão Fiscal. Em 14.01.2009, autos aguardando julgamento da impugnação. Em 11/11/2009, a 7ª Turma da Junta de Revisão Fiscal, à unanimidade de votos, negou provimento parcial à Impugnação, julgando procedente em parte o auto de infração. Em 16/06/2010, na Sessão de Julgamento realizada na 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes, foi desprovido, à unanimidade de votos, o recurso de ofício interposto pela Junta de Revisão Fiscal contra a decisão da 7ª Turma. Em 29/10/2010, os autos foram remetidos para a Junta de Revisão Fiscal para retificação (erro material) do Acórdão pelo Auditor Fiscal.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável, considerada a esfera administrativa, com possibilidade de reversão na esfera judicial.
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A – ADMINISTRATIVO

Processo nº	E 0409550702
a. juízo	Junta de Revisão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	11.09.2002
d. partes no processo i. Autuante: ii. Autuada:	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.051.142,83 (histórico)
f. principais fatos	Refere-se a auto de infração (ICMS) por suposta utilização de tabelas que não correspondem aos preços cobrados pelo mercado na remessa de mercadorias de produção da empresa, que ocasionaria perda significativa na arrecadação do imposto devido. Apresentada impugnação em 11.10.2002. Em 13.04.2004 decisão pela procedência parcial da impugnação, reduzindo a multa aplicada. Em 28.05.2004, autos no Conselho dos Contribuintes com recurso de ofício. Dado provimento ao recurso de ofício em 14.08.2007, com publicação da decisão em 26.10.2007. Decisão novamente publicada em 10.06.2008. Em 14.01.2009 autos remetidos à Superintendência de Arrecadação. Em 12/07/2010, protocolado Recurso Voluntário. Em 02/12/2010, foi negado provimento ao Recurso Voluntário, à unanimidade de votos.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A – ADMINISTRATIVO**

Processo nº	E0409551202
a. juízo	Junta de Revisão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	11/09/2002
d. partes no processo	
i. Autuante:	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 548.993,84 (histórico)
f. principais fatos	Refere-se a auto de infração (ICMS) por suposta utilização de tabelas que não correspondem aos preços cobrados pelo mercado na remessa de mercadorias de produção da empresa, que ocasionaria perda significativa na arrecadação do imposto devido. Em 11/10/2002, protocolada impugnação ao auto de infração. Em 30.10.2004, julgamento convertido em diligência a pedido do Relator. Em 27.04.2005, autos retornaram da diligência. Aguardando Julgamento desde 19.01.2007. Em 11/11/2009, a 7ª Turma da Junta de Revisão Fiscal decidiu, por maioria dos votos, dar parcial provimento à impugnação, para julgar procedente em parte o auto de infração. Em 16/06/2010, na Sessão de Julgamento realizada na 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes, foi desprovido, à unanimidade de votos, o recurso de ofício interposto pela Junta de Revisão Fiscal. Em 15/12/2010, foi protocolado Recurso Voluntário.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A – ADMINISTRATIVO

Processo nº	E 0409551302
a. juízo	Junta de Revisão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	11/09/2002
d. partes no processo	
i. Autuante:	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 189.141,45 (histórico)
f. principais fatos	Refere-se a auto de infração (ICMS) por suposta utilização de tabelas que não correspondem aos preços cobrados pelo mercado na remessa de mercadorias de produção da empresa, que ocasionaria perda significativa na arrecadação do imposto devido. Em 11/10/2002, protocolada impugnação. Em 14.01.2004, autos remetidos para o Departamento Especializado de Fiscalização da Substituição Tributária para análise. Autos com localização na Assessoria Jurídica em 24/04/2005. Em 14.01.09 aguardando julgamento da impugnação. Em 11/11/2009, a 7ª Turma da Junta de Revisão Fiscal decidiu, por maioria de votos, dar parcial provimento à impugnação, para julgar procedente em parte o auto de infração. Em 16/06/2010, foi desprovido, à unanimidade de votos, o recurso de ofício interposto pela Junta de Revisão Fiscal. Em 15/12/2010, protocolado Recurso Voluntário.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A - ADMINISTRATIVO**

Processo nº	DNPM 3.114/47
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19/11/2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 911,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão.

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A - ADMINISTRATIVO

Processo nº	DNPM 135/51
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19.11.2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 426.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A - ADMINISTRATIVO**

Processo nº	DNPM 836/65
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19.11.2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 512.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S/A - ADMINISTRATIVO

Processo nº	DNPM 2857/35
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	30.01.2002
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.800.862,43 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 30.01.2002. Apresentada Defesa em 26.02.2002. Mantida cobrança. Apresentado Recurso em 24.07.2002. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**SUPERÁGUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.-ADMINISTRATIVO**

(Incorporada pela WLM Indústria e Comércio S.A. em 28/04/2006)

Processo nº	E 0409551002
a. juízo	Junta de Revisão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	11.09.2002
d. partes no processo	
i. Autuante:	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
ii. Autuada:	Superágua Distribuidora de Bebidas Ltda. (Incorporada pela WLM Indústria e Comércio S.A. em 28/04/2006)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.403.602,42 (histórico)
f. principais fatos	Auto de infração (ICMS) – “Aquisição em operações de transferências disfarçadas de <i>compras</i> , de mercadoria de produção do estabelecimento industrial interdependente localizado em Caxambu / MG, com a aplicação de tabelas que não correspondem aos preços cobrados pelo mercado, sendo o valor omitido correspondente a percentuais relevantes, ocasionado perdas na arrecadação”. Em 11.10.2002, protocolada impugnação ao auto de infração. Em 21.01.2004, autos aguardando julgamento na Junta de Revisão Fiscal. Em 05.02.2004, autos remetidos para Inspeção. Em 26.07.2004, autos retornaram para a Junta de Revisão Fiscal para aguardar julgamento da Impugnação. Autos remetidos para a Secretaria Adjunta de Fiscalização em 26/08/2004. Em 30.08.2006, autos remetidos à Inspeção DRE 04.01. (Barra Mansa). Em 13.11.2007 foi dado provimento parcial à impugnação, julgando procedente em parte o auto de infração. Em 27.12.2007 autos remetidos ao Conselho dos Contribuintes, em face da interposição de recurso de ofício. Em 16.12.2008, após adiamentos, julgamento, à unanimidade de votos, convertido em diligência. Em 16.02.2009 publicado acórdão negando provimento ao recurso de ofício. Com relação à outra parte (a impugnação fora provida parcialmente), foi protocolizado recurso voluntário em 03/04/2009. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA / TRIBUTÁRIO**

Processo nº	079.03.105.825-2
a. juízo	Vara de Fazenda Pública de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	18/02/2004 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado de Minas Gerais
ii. Executada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.233.599,60 (atualizado)
	PTA01000139888-14 - R\$ 585.632,00
	PTA01000139885-71 - R\$ 965.625,00
	PTA01000139886-52 - R\$ 156.183,00
	PTA01000139883-26 - R\$ 330.801,28
	PTA 01000 139887-33 -R\$ <u>69.770,34</u>
	R\$2.108.011,62 (histórico)
f. principais fatos	Os créditos tributários (PTA's) acima elencados tiveram por objeto a exigência de recolhimento do ICMS na venda de veículos diretamente ao consumidor e originaram a execução fiscal. Foi oferecida Carta de Fiança para garantia do Juízo e apresentados Embargos à Execução, acarretando na suspensão da execução. Foi apresentado Memorial de Razões Finais. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA / TRIBUTÁRIO**

Processo nº	079.02.033307-0
a. juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Contagem - MG
b. instância	3ª Instância Judicial
c. data de instauração	14/01/2003
d. partes no processo	
i. Exequente:	Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais
ii. Executada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 119.449,78 (histórico)
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada em 14.01.2003, tendo por objeto o pagamento de ICMS sobre venda direta da montadora para consumidor. Oferecidos bens à penhora para garantia do Juízo, foram apresentados Embargos à Execução (processo nº 0079.03.109237-6) em 12.11.2003. Em 29.09.2005 foi publicada sentença julgando procedentes os Embargos à Execução. Interposto recurso pela Fazenda Pública Estadual, foram apresentadas razões de recorrido em 22.11.2005. Autos distribuídos, em 2ª Instância, para a 4ª Câmara Cível do TJMG. Em julgamento realizado em 16.03.2006 foi negado provimento ao recurso. Em 12.07.2006 foi interposto Recurso Especial pela Fazenda. Em 20.10.2006 publicado despacho negando seguimento ao recurso, contra o qual foi interposto Agravo de Instrumento em 27.10.2006. Em 03.05.2007 publicada decisão que deu provimento ao agravo de instrumento. Autos apensados, em 19.07.2007 ao Recurso Especial, que foi provido, em 19.06.2009 para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para exame da questão relativa à condenação em honorários advocatícios. Processo baixado e recebido no Tribunal de origem em 11.09.2009. Em 14.10.2009 publicado acórdão pela manutenção do "quantum" arbitrado a título de honorários. Em 17/06/2010, foi distribuído Agravo de Instrumento interposto contra decisão que inadmitiu o Recurso Especial do Estado de Minas Gerais. Negado seguimento ao Agravo de Instrumento, foi interposto Agravo Regimental em 29/06/2010. Reconsiderada a decisão que negara seguimento ao Agravo de Instrumento, foi determinada a distribuição do feito em 10/08/2010. Em 08/11/2010 foi dado provimento ao Agravo de Instrumento. Aguarda-se distribuição do Recurso Especial do Estado de Minas Gerais desde 01/12/2010.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	
ii. possível	Possível
iii. remota	
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA – TRABALHISTA**

Processo nº	01397-2009-131-03-00-3
a. juízo	5ª Vara do Trabalho de Contagem - MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	07/08/2009
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Newton Samuel Gonçalves
ii. Reclamada	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 120.000,00 (atribuído à causa)
f. principais fatos	O pleito do reclamante consiste em pedido de reintegração e emissão da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, além de horas extras, adicional noturno e reflexos; multa artigo 477 da CLT; dano moral; indenização pela redução da capacidade laborativa e por danos físicos e estéticos; horas “ <i>in itinere</i> ” e restituição dos valores descontados indevidamente. Em 28/09/2009 foi realizada audiência inicial, ocasião em que foi apresentada contestação e determinada a produção de prova pericial médica. Designada audiência de instrução para o dia 23/02/2010. Em 05/10/2009 a reclamada apresentou quesitos e assistente técnico para a perícia. Aguardando julgamento. Julgamento convertido em diligência para prosseguimento da perícia com novos esclarecimentos. Diante dos esclarecimentos prestados, foi determinada, em 30/08/2010, realização de nova perícia médica.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA – TRABALHISTA

Processo nº	00239-2010-032-03-00-8
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Contagem - MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	17/02/2010
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Darlan Schettini Dias
ii. Reclamada	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 500.000,00 (atribuído à causa)
f. principais fatos	O pleito do Reclamante consiste em pagamento das diferenças salariais, comissões e reflexos nos demais haveres trabalhistas. Apresentada Contestação em 16/03/2010. Deferida produção de prova pericial. Quesitos formulados e indicado assistente técnico. Adiado <i>sine die</i> .
g. se a chance de perda é:	
iv. provável	-
v. possível	Possível
vi. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - CÍVEL**

Processo nº	036207086471-9
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de João Monlevade /MG
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	16.09.2002
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Ubirajara Marcio Fonseca Lage
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação ordinária de reparação de danos, na qual a autor alegou ter adquirido veículo da empresa, que lhe foi entregue, e que foi surpreendido pela apreensão do veículo por autoridade do trânsito, no Estado de São Paulo, sob a alegação de que se tratava de veículo roubado. Foi atribuído à causa o valor de R\$50.000,00. A ação foi contestada. Foram produzidas provas. Sentença proferida para julgar procedente a ação, condenando a empresa ao pagamento da importância de R\$49.000,00 a título de restituição, lucros cessantes no valor de R\$ 3.600,00 mensais, dano moral correspondente a 30 vezes este valor, correção monetária, juros, verba honorária de 15% do valor apurado e custas processuais. Foi interposta Apelação pela empresa, parcialmente provida, por maioria, para excluir da condenação os lucros cessantes e o dano moral. Foram interpostos embargos infringentes, que restaram acolhidos por três (03) votos contra dois (02). Foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados. Foi interposto recurso especial que, inadmitido, ensejou a interposição de agravo de instrumento. Foi protocolizado, pela empresa, Agravo Regimental perante o Superior Tribunal de Justiça em razão da decisão monocrática proferida pelo relator, publicada sem constar os nomes dos patronos da empresa. Oficiado o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que encaminhou outro ofício ao Juízo de Origem que determinou o desentranhamento dos autos de Agravo de Instrumento para sua remessa ao TJMG de onde seguirá para o STJ.</p> <p>O autor da ação deu início à execução para cumprimento da decisão. No curso da execução, ainda provisória diante da pendência de recurso no STJ, foi oferecida à penhora carta de fiança bancária para garantia do Juízo e apresentada impugnação à execução. Aguardando julgamento. Foi determinado pelo Juízo, por considerar parcela incontroversa, o depósito da importância de R\$ 606.914,79.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 667.294,84

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL**

Processo nº	0024082300476
a. juízo	6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	03/03/2009 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Autor:	Golden Bus Ltda.
ii. Réu:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outra
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 150.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária com pleito de rescisão de contratual, ressarcimento de supostos prejuízos e indenização por danos morais. A empresa foi citada em 03/03/2009 e apresentou contestação em 29.04.2009. Em 07.08.2009 juntada impugnação à contestação. Em 26.08.2009 realizada audiência de conciliação. Partes inconciliáveis. Em 15.09.2009 especificadas provas. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL

Processo nº	203/2008
a. juízo	1ª Vara Cível de Guariba / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	06/02/2008
d. partes no processo	
i. Autor:	Waldomiro Moreira dos Santos
ii. Ré:	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 203.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória por perdas e danos morais e materiais. O pleito do autor é consubstanciado em supostos prejuízos materiais e morais em razão do seu caminhão Scania ter sido bloqueado junto ao CIRETRAN. Em resposta ao pedido a empresa alegou, preliminarmente, sua ilegitimidade pelo fato de não ter vendido ou participado de forma indireta da venda do veículo. As partes especificaram as provas, em atendimento ao despacho judicial. Aguarda-se designação de audiência.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - JUDICIAL / TRIBUTÁRIO**

Processo nº	950047967-2
a. juízo	2ª Vara Federal de Execução Fiscal / RJ
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.09.1995 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Fazenda Nacional
ii. Executada:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.235.096,61 (histórico)
f. principais fatos	Execução Fiscal decorrente de auto de infração, através do qual se exige diferença de IRPJ e acréscimos legais, da seguinte forma: a) nos exercícios financeiros de 1983,1984 e 1985: glosa da despesa de correção monetária incidente sobre parcela de aumento de capital social deliberado em AGE de 30.09.1980, supostamente não integralizada; b) no exercício financeiro de 2003 (ano-base de 01.05.1981 a 30.04.1982): acréscimo ao lucro real do valor da reavaliação de bens do ativo permanente efetuada com base no laudo de avaliação que não atenderia à legislação vigente; c) no exercício de 1984 (ano-base de 01.05.1982 a 30.04.1983): glosa de perda de capital na incorporação de empresa, efetivada a preços de mercado, com fundamento em laudo que não atenderia a legislação vigente. Processo Suspenso, aguardando decisão nos Embargos à Execução (processo nº 96.0065549-9), opostos para desconstituir o débito executado. Decisão de 1ª Instância favorável à empresa. Aguarda-se decisão de 2ª Instância.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

FARTURA AGROPECUÁRIA S/A – CÍVEL

Processo nº	050.2009.100001217-5
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Santana do Araguaia/PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	01/04/2010
d. partes no processo	
i. Autor:	Wilson Araújo Coelho e Agropecuária Monte Cristo Ltda.
ii. Ré:	Fartura Agropecuária S/A e Outra (São Sebastião do Araguaia Ltda.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.000.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória por rompimento contratual. Em 12/05/2010, foi apresentada contestação. Ressalte-se que a expectativa quanto ao resultado da demanda, adiante destacada (chance de perda possível), foi estimada levando em consideração apenas o mérito da causa, não se referindo ao valor a ela atribuído, que reputamos abusivo e irreal.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há, em curso, qualquer processo em que o emissor ou suas controladas são parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há em curso, qualquer processo com as características enunciadas nesse item 4.6.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não há, em curso, qualquer processo com as características enunciadas nesse item.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há qualquer outra contingência relevante a destacar. Os valores antes provisionados em razão dos processos relacionados no Anexo IX do contrato de compra e venda de ações da Supergasbras Distribuidora de Gás S.A. (parte nos processos), celebrado, em 07.07.2004, entre Supergasbras Indústria e Comércio S.A. (antiga denominação de WLM Indústria e Comércio S.A.) e SHV Calor LatinAmerica, foram baixados no ano de 2010, por deliberação do Departamento de Controladoria.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois a sede da Companhia é no território nacional, assim como sua atuação e negociação de valores mobiliários.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos de mercado aos quais a WLM está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios. Os contratos firmados pela Companhia são, em geral, indexados à taxa CDI. Riscos cambiais e condições internacionais do mercado afetam a Companhia apenas indiretamente, uma vez que a WLM não mantém negócios no exterior, tampouco exporta seus produtos ou importa insumos e matérias primas.

- O saldo de contas a receber da Companhia é de R\$ 78.459 mil e não é afetado por indexadores. O prazo médio de recebimento em 2010 foi de 28 dias. Na posição passiva, a Companhia não tinha qualquer dívida registrada ao final do exercício de 2010.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados à variação nos preços dos veículos e peças da marca Scania que comercializa e aos riscos relativos à volatilidade e a liquidez limitada do mercado de capitais brasileiro, o que pode afetar negativamente a liquidez e o valor de mercado de suas ações.

Abaixo encontram-se melhor detalhados os principais fatores de risco:

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, poderiam afetar adversamente as atividades e o preço de mercado de das ações da WLM.

O Governo Federal brasileiro tem histórico de intervir com certa frequência na economia do País e, ocasionalmente, faz mudanças relevantes nas políticas, normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e outras políticas muitas vezes envolvem aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, dentre outras medidas. A Companhia não tem como prevê-las. Seus negócios, situação financeira e resultados operacionais, bem como o preço de mercado de suas ações, podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvem ou afetam certos fatores, tais como:

- estabilidade econômica e social;
- expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- política fiscal, monetária e alterações da legislação tributária;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à introdução de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades e resultados da WLM, podendo inclusive afetar adversamente a negociação e cotação das ações da Companhia.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e, com isso, prejudicar as atividades e a negociação das ações.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e o potencial de crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros no País têm se mantido entre as mais altas do mundo e vêm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, ao final de 2008, 2009 e 2010, a taxa Selic foi de 13,75%, 8,75% e 10,75%, respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária - Copom.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução/aumento das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear variações nas taxas de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá resultar em aumento de custos e redução de margem operacional líquida.

A principal receita da Companhia advém da revenda de caminhões Scania. O desempenho do mercado de caminhões, principalmente o segmento de pesados, tem forte correlação com o nível de investimentos, especialmente com os dos setores intensivos em uso de transporte rodoviário. Entre eles são destacáveis: indústria extrativa mineral, setores relacionados ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura (inclusive construção civil), petroquímica, bens de capital, agricultura e setores da agroindústria relacionados, entre outros. Boa parte destes setores é considerado amplificador do ciclo econômico, tendo expansão mais elevada quando a economia está crescendo, e taxas de retração mais acentuadas durante períodos de queda no nível de atividade econômica.

No último trimestre de 2009, a produção da maioria dos segmentos industriais, depois do fraco desempenho durante o último trimestre de 2008 e primeira metade de 2009, passou a mostrar sinais de recuperação. A revenda de caminhões Scania, principal atividade da WLM, apresentou forte correlação com esses indicadores, sendo que a receita líquida do quarto trimestre de 2009 (R\$ 231 milhões) correspondeu a cerca de 41% da receita líquida anual da Companhia, que foi de aproximadamente R\$ 566 milhões.

É importante destacar que a manutenção dos níveis de PIB da economia brasileira em 2009 comparada a 2008 - leve queda de -0,2% - deveu-se fundamentalmente à elevação do consumo impulsionado pela política governamental de facilitar o acesso ao crédito e à expansão dos gastos públicos, principalmente de custeio. Os setores ligados ao investimento e formação bruta de capital apresentaram fraco desempenho durante a primeira metade de 2009, afetando negativamente as vendas de caminhões pesados da WLM.

Futuras demonstrações contábeis a serem elaboradas pela Companhia poderão eventualmente vir a ser alteradas em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM em 2010.

A Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09 (conversão em lei a MP 449/08) modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, com o principal objetivo de atualizar a legislação societária brasileira e, assim, possibilitar o processo de convergência das normas contábeis locais com as práticas contábeis definidas pelas normas internacionais estabelecidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A aplicação das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09 é obrigatória para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2008. Em decorrência da promulgação da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, inclusive por conta das Medidas Provisórias que lhes deram origem, durante 2008 foram editados pelo CPC diversos pronunciamentos com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. A eficácia de parte das referidas regras depende de regulamentação da CVM e da Receita Federal, ou de alteração legislativa. Parte desta regulamentação ou legislação já foi aprovada. Com relação ao setor de atuação da WLM, até o momento não houve mudanças significativas trazida pela aplicação das normas. Entretanto, em continuidade a esse processo de convergência, deverão ser editados novos pronunciamentos contábeis, os quais podem eventualmente trazer impactos sobre o resultado das operações da Companhia. Apesar do CPC divulgar uma agenda para aprovação dos novos pronunciamentos, a Companhia não tem controle e não pode prever quais serão os novos pronunciamentos contábeis a serem emitidos em 2011 e nos anos seguintes.

Portanto, futuras demonstrações contábeis a serem elaboradas poderão eventualmente vir a ser alteradas de maneira relevante em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM em 2011.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de taxas de juros

A Companhia não está diretamente exposta à variação das taxas de juros flutuantes em seus principais ativos (contratos) e passivos, e não possui dívidas. Eventuais variações nas taxas de juros afetam a remuneração das aplicações financeiras da Companhia, uma vez que em 31 dezembro de 2010, a quase totalidade das aplicações era atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Não há exposição passiva a outros índices. Tampouco os principais custos da Companhia têm exposição a outros índices, já que os preços pelos quais a WLM adquire caminhões, ônibus e peças - e também os preços de revenda desses produtos - são estabelecidos por intermédio da política de preços da Scania – seu principal fornecedor.

Riscos Cambiais

A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira e nenhum de seus custos relevantes é denominado em moeda estrangeira. Portanto, não está exposta a riscos cambiais.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) riscos para os quais se busca proteção

Conforme mencionado no item 5.1, o principal risco de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações em índices e taxas de juros, já que a mesma não incorre em qualquer risco cambial.

Um dos fatores que influenciam a venda de caminhões é o nível da taxa de juros. Especificamente no segmento de caminhões pesados, a maior parcela deles é negociada utilizando linhas especiais de crédito do BNDES. A TJLP – taxa usada para os financiamentos de investimentos aprovados pelo BNDES - não acompanha necessariamente eventuais altas da taxa Selic, utilizada para controle dos índices inflacionários e monitorada pelo Banco Central. Portanto, ainda que venham a ocorrer elevações da taxa Selic estas poderão não afetar significativamente os juros para o financiamento de caminhões. Por outro lado, a tomada de decisões de investimento é diretamente influenciada pelo panorama futuro da economia vislumbrado pelo investidor. Elevações expressivas nas taxas de juros tenderiam a desestimular novos investimentos.

(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A WLM não realiza a contratação de hedges financeiros e não utiliza instrumentos derivativos. Por atuar exclusivamente no território nacional, não está sujeita diretamente às consequências advindas de variações cambiais abruptas e, portanto, não tem necessidade de se utilizar de instrumentos financeiros para se proteger contra tal situação. A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é atrelar os ativos aos mesmos índices dos passivos, sempre que houver passivos relevantes. Conforme descrito no item 5.1 acima, a Companhia não tinha, ao final do exercício, endividamento financeiro. Para minimizar exposições à variações do CDI que possam impactar contratos e custos, a maior parte das aplicações financeiras é corrigida por esse índice. Ademais, a WLM constantemente busca a otimização de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a mitigar qualquer risco inerente aos negócios da Companhia.

Apesar de não contratar operações de hedge no mercado financeiro, a Companhia procura dar ênfase a atividades complementares, e assim diluir em alguma medida o risco de seus negócios mais significativos. Por exemplo, quedas na receita de venda de caminhões tenderiam a ser parcialmente compensadas por crescimento na prestação de serviços e venda de peças. A certificação de todas as filiais da WLM pela Scania (DOS – Dealer Operating Standard) permite um padrão de excelência dos serviços prestados e, conseqüentemente, proporciona a possibilidade de incrementos no segmento de serviços prestados.

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não se aplica, pois a Companhia não se utiliza de instrumentos para proteção patrimonial (*hedge*).

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia em relação às vigentes no mercado. A Companhia busca gerir seu fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo, além de procurar estabelecer contratos com os principais fornecedores por prazos mínimos, de tal maneira que os eventuais aumentos de preços não impactem seus custos de curto prazo.

Os riscos de crédito a que a Companhia e suas controladas estão sujeitas em seu “contas a receber” de clientes estão minimizados pela ampla base de clientes, pela criteriosa análise de crédito e pelo constante acompanhamento e cobrança desses recebíveis.

(e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*), conforme já comentado. A não exposição da Companhia a passivos e ativos sujeitos a variação cambial, além da forte posição de caixa, com endividamento zero em 31/12/2010, embasam essa postura.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A área financeira, juntamente com controladoria, jurídico e tecnologia da informação, analisam os riscos periodicamente para reportar à diretoria e ao Conselho de Administração, que avaliam se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas. A execução das atividades de controle é de

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia, com base nas políticas corporativas e padrões - procedimentos para operacionalizar as atividades e rotinas de controle que, por sua vez, estão alinhadas com as políticas corporativas - aprovados e amplamente divulgados dentro da Companhia.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Por meio da estrutura organizacional multidisciplinar, a diretoria monitora e avalia a adequação das operações da Companhia às políticas estabelecidas. A efetividade da política de gerenciamento dos riscos é medida diretamente por meio dos resultados obtidos pela Companhia.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos.

5.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item 5 – riscos de mercado.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/10/1946
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	07/01/1971

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi fundada em 1946, com a denominação de Companhia Nacional de Gás Esso, cujo controle era detido pela Standard Oil Company of New Jersey (USA). Esta empresa iniciou a distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Brasil por meio de importação a granel e posterior engarrafamento e distribuição. Em 1952, sua denominação social foi alterada para Companhia Brasileira de Gás – Gasbras e, no ano seguinte, o Grupo Lorentzen, de capital estrangeiro, assumiu o controle acionário.

Em 1955, o GLP, até então importado, passou a ser fabricado pelas refinarias brasileiras. Neste mesmo ano foi constituída a Companhia Supergaz Engarrafadora e Distribuidora de Gaz, com sede em Campinas(São Paulo), empresa de capital 100% nacional.

Em 1968, após atingirem elevado grau de desenvolvimento, com porte patrimonial significativo e detendo expressiva participação no mercado nacional de distribuição de GLP, a Supergaz e a Gasbras decidiram por uma união, da qual resultou uma nova Companhia sob a denominação social de Supergasbras S/A Distribuidora de Gás.

Em 1971, a Supergasbras transformou-se em sociedade anônima de capital aberto, com capital 50% nacional e 50% estrangeiro. Naquela oportunidade, face à diversificação de suas atividades, foi alterada a razão social para Supergasbras Distribuidora de Gás Indústria e Comércio S/A.

Em 1972, o Sr. Wilson Lemos de Moraes, principal acionista brasileiro, adquiriu as ações do grupo Lorentzen, tornando a Supergasbras uma empresa de capital inteiramente nacional. O processo de expansão da Supergasbras, que já havia se intensificado nos anos 60, manteve acelerado crescimento na década de 70. A Companhia continuou a adquirir novas empresas, principalmente no setor de comercialização de veículos e máquinas.

Em 1975, a Supergasbras Distribuidora de Gás Indústria e Comércio S/A foi transformada em holding, com sua razão social alterada para Supergasbras Indústria e Comércio S/A.. O imobilizado relativo à atividade de distribuição de gás foi totalmente transferido para uma nova empresa denominada Supergasbras Distribuidora de Gás S/A.

Durante os anos 70, a diversificação de negócios levou a Companhia a também atuar fortemente nos setores de transporte e de comercialização de veículos pesados – caminhões e ônibus da marca Scania. A sinergia entre as diversas atividades da Companhia marcou o começo da duradoura e bem sucedida parceria com a montadora Scania, hoje o principal foco de negócios da WLM. A Companhia cresceu neste segmento, ampliou constantemente sua rede de concessionárias e fez do aperfeiçoamento de seu atendimento e de seus serviços um compromisso, uma marca. Atualmente a WLM atua no setor de comercialização de veículos pesados da marca Scania por intermédio de suas controladas Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda..

Em julho de 2004, a Companhia alienou sua controlada Supergasbras Distribuidora de Gás S/A para a SHV Gás Brasil Participações Ltda., encerrando sua participação no mercado de distribuição de GLP. Em consequência dessa alienação, foi alterada a denominação da sociedade de Supergasbras Indústria e Comércio S/A para WLM Indústria e Comércio S/A.

A WLM complementa a diversificação de suas atividades mantendo sua atuação no setor de bovinocultura de corte e cafeicultura. Atualmente essa atuação se dá por meio das controladas Fartura Agropecuária S/A, Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e Itapura Agropecuária Ltda.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2010, 2009 e 2008).

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não aplicável. Não houve pedidos de falência e nem pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O foco principal de atuação da Companhia é a comercialização de produtos da marca Scania - caminhões pesados e extra-pesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos e peças de reposição - e a prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa. Desde 2005, a WLM é líder na venda de veículos pesados Scania no Brasil e detém o primeiro lugar na comercialização de peças da marca.

A Companhia possui quatro controladas no segmento automotivo, conforme tabela a seguir. Todas as quatro empresas comercializam veículos e peças Scania, além de oferecer serviços de manutenção. Os serviços de manutenção são prestados por intervenções eventuais a partir da solicitação e necessidade dos clientes e/ou por meio de contratos de manutenção de 2 tipos: manutenção preventiva (programada e realizada em conformidade com o plano recomendado pelo fabricante) e manutenção corretiva (incluindo, além dos itens preventivos, o reparo de itens cuja quebra ocorreu em função do uso). A carteira de contratos garante à WLM maior fidelização de seus clientes e permite cobrança por estes serviços por faturamento fixo mensal, sob a forma de quilômetro rodado ou por tempo de operação do veículo. A rede de 16 concessionárias das controladas permite a atuação da WLM por meio de abrangente cobertura geográfica, garante agilidade e qualidade no atendimento, além de permitir a realização de serviços nas instalações das concessionárias ou em locais mais adequados aos clientes, tais como canteiros de obras, minas, usinas de beneficiamento, entre outros.

Controladas do Segmento Automotivo	Local da Sede
1. Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Sumaré /SP, atua no estado de São Paulo, com filiais nas cidades de Porto Ferreira, Araçatuba e Bauru.
2. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	Contagem/MG, atua na capital mineira, centro-sul, norte e oeste do estado de Minas Gerais e mantém filiais em Matias Barbosa, Montes Claros, Contagem, Inconfidentes, Patos de Minas, Nova Lima e Barão de Cocais.
3. Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Rio de Janeiro/RJ, com filial em Barra Mansa e atendimento em todo o estado do Rio de Janeiro.
4. Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Marituba/PA, atua no estado do Pará, com filiais em Marabá, Oriximiná, Ourilandia, Marituba e Paragominas, e no estado do Amapá, por meio da filial de Marituba/PA.

Controladas do Segmento Agropecuário	Local da Sede
1. Fatura Agropecuária S.A.	Rio de Janeiro/RJ, com fazenda em Santana do Araguaia/PA.
2. Itapura Agropecuária Ltda.	Rio de Janeiro/RJ e com fazendas em Campinas/SP e São Sebastião do Paraíso/MG .
3. Agropecuária São.Sebastião do Araguaia Ltda.	Santa Terezinha/MT, com fazenda na mesma região.

Na região compreendida entre o sul do estado do Pará e o norte do estado de Mato Grosso, as empresas Fatura Agropecuária S.A. e Agropecuária São Sebastião do Araguaia são dedicadas à bovinocultura de corte. Em conjunto, possuem uma área contígua de 100 mil

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

hectares e rebanho de aproximadamente 28 mil cabeças. As atividades produtivas são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora. Cerca de 80% da área total da fazenda é formada por reserva florestal, com registro no RGI de cada região, mantendo também um projeto de manejo florestal sustentável, aprovado pelo IBAMA.

A Itapura Agropecuária Ltda. possui duas fazendas: São Judas Thadeu, em São Sebastião do Paraíso, MG, dedicada à atividade cafeeira. Com área de 677 hectares, produz em torno de 3.000 sacos de café/ano. Complementarmente, são desenvolvidas atividades ligadas à pecuária de corte, por meio da criação de bezerros para cruzamento industrial. O rebanho atual está em torno de 600 cabeças de gado. São João do Atibaia, entre Campinas e Jaguariúna, SP, tem a maior parte da sua área arrendada para a exploração de cultura canavieira por terceiros. A área restante é destinada à pecuária leiteira, atividade que atualmente produz cerca de 700 litros de leite/dia.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

A WLM atua em dois segmentos operacionais: Automotivo e Agropecuário.

As receitas da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, decorreram principalmente do segmento automotivo, através das quatro controladas Concessionárias Scania, que comercializam caminhões pesados, caminhões extra pesados, chassis de ônibus urbanos, chassis de ônibus rodoviários, peças, lubrificantes, e prestação de serviços de manutenção por meio de contratos manutenção preventiva programada e manutenção corretiva, como já comentado no item 7.1 deste Formulário.

Durante este mesmo período, as receitas da Companhia decorreram, em menor proporção, do segmento agropecuário que, por intermédio das três controladas, produz e comercializa gado de corte, café e leite.

b) receitas proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

Exercícios encerrados em 31 de dezembro (R\$)	2010	2009	2008
Comercialização de veículos, peças e lubrificante	1.056.438	594.708	665.478
Prestação de serviços de manutenção	35.094	30.856	48.763
Sub total Segmento Automotivo	1.091.532	625.564	714.241
Segmento Agropecuário	7.006	5.324	4.867
Total Receita Bruta	1.098.538	630.888	719.108
Deduções Rec. Bruta – Segmento Automotivo	115.227	63.985	73.178
Deduções Rec.Bruta – Segmento Agropecuário	525	485	425
(-) Total Deduções Receita Bruta	115.752	64.470	73.603
Receita Operacional Líquida – Segmento	976.305	561.579	641.063
Receita Operacional Líquida – Segmento	6.481	4.839	4.442
Total Receita operacional Líquida	982.786	566.418	645.505

Participação da receita líquida por segmento em relação à receita líquida total (em %)			
Exercícios encerrados em 31 de dezembro	2010	2009	2008
Segmento Automotivo			
Concessionárias Scania	99,30%	99,10%	99,30%
Agropecuária	0,70%	0,90%	0,70%

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia**

As informações abaixo são geradas internamente na Companhia e são derivadas dos registros contábeis societários, sem segregação de despesas operacionais, ativos totais e depreciação.

Segmento	Lucro / (Prejuízo) – R\$ mil			% no Lucro Líquido da Companhia		
	2.010	2.009	2.008	2.010	2.009	2.008
Automotivo ⁽¹⁾	48.186	27.912	44.071	87,42	112,25	51,64
Agropecuário ⁽²⁾	4.322	(4.476)	1.483	7,84	(18,00)	(1,75)
Administração ⁽³⁾	2.982	(1.954)	43.338	5,41	(7,86)	50,78
Descontinuadas	(368)	3.384	(576)	(0,67)	13,610	(0,67)
Total	55.122	24.866	88.316	100,00	100,00	100,00

(1) Inclui todas as controladas: Equipo, Quinta Roda, Itaipu e Itaipu Norte

(2) Inclui todas as controladas: Fatura, São Sebastião do Araguaia e Itapura

(3) Controladora

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

Não se aplica ao segmento de Concessionárias Scania, pois a Companhia atua no segmento comercial, como revendedora de veículos, peças e lubrificantes de produtos da marca Scania.

Bovinocultura de corte

Atividade realizada por três empresas do grupo, sendo duas na “Amazônia Legal” e outra em Minas Gerais com características um pouco distintas.

Nas fazendas da “Amazônia Legal”, uma no sul do Pará e outra no Norte do Mato-Grosso formando, em área contínua, uma fazenda com cerca de 100 mil hectares, sendo cerca de 20 mil hectares de pastagens e o restante de reserva florestal, o sistema de produção se caracteriza por forte dependência das pastagens, fonte de toda a alimentação do gado, que recebe, como complemento, suplementação mineral. O regime de chuvas na região se reflete na oferta e qualidade do alimento (pastagens), de forma que o gado é manejado estrategicamente de forma a diminuir as conseqüências da variação da disponibilidade nutritiva (qualitativa e quantitativa). Em alguns casos faz-se suplementação com proteína em lotes mais sensíveis a esta variação. As atividades de produção de gado de corte nestas fazendas são a cria e recria e, nos últimos anos, principalmente devido às características comerciais da região, a engorda de machos.

A atividade de cria consiste na produção de bezerros e bezerras. As matrizes são enxertadas por meio de monta natural com touros da Fazenda. Com o rebanho atual, são produzidos cerca de 3.800 bezerros e 3.800 bezerras por ano. As crias resultantes são desmamadas com cerca de sete meses. Cerca de 20% das matrizes (1.800 a 2.000, no rebanho atual) e touros são descartados anualmente utilizando critérios de idade, fertilidade e características produtivas. Das bezerras produzidas, parte fica na fazenda para recria e reposição das matrizes (cerca de 1.800 a 2.000 por ano) e o restante é vendido para criadores da região. Dos bezerros, atualmente estão sendo mantidos na fazenda 800 cabeças por ano, para a atividade de recria e engorda com venda para abate em torno de 30 meses. O restante dos machos (cerca de 3.000 cabeças/ano) é vendido para criadores da região.

Paralelamente, para melhoria do rebanho, são mantidas cerca de 700 vacas nelore registradas com principal objetivo de produzir animais com qualidade genética. Este rebanho registrado na ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu, tem manejo diferenciado, utilizando-se inseminação artificial com sêmen de touros provados de grandes centrais de inseminação, suplementação de alimento na seca, maior pressão de seleção nas vacas e manejo mais tecnificado, visando constante aprimoramento das características produtivas dos touros e, conseqüentemente, contínuo melhoramento genético de todo o rebanho. O excedente dos touros produzidos é comercializado entre produtores da região.

Esta preocupação com a qualidade das características produtivas, bem como com a sanidade e nutrição do rebanho, resulta em produtos de qualidade bastante acima da média na região, despertando grande procura dos produtores e frigoríficos, com preços diferenciados.

A atividade de corte na fazenda São Judas Thadeu, em Minas Gerais, é bem menor em escala, seguindo modelo parecido com o das outras fazendas, porém mais tecnificado, principalmente com relação à nutrição e manejo reprodutivo do gado. Mantém apenas a atividade de cria, sendo todo o produto (bezerros e bezerras) vendido para produtores da região. Apenas as bezerras necessárias para reposição de matrizes descartadas são mantidas. O tamanho do rebanho permite melhor avaliação de novas tecnologias que depois podem ser estendidas para as outras fazendas.

Bovinocultura de leite: O sistema de produção de leite na fazenda São João do Atibaia, localizada entre Campinas e Jaguariúna(SP), busca equilibrar a utilização racional das pastagens disponíveis com a suplementação de cocho com forragem de corte produzida na fazenda e alimentos concentrados adquiridos de terceiros. Além da alimentação, a fazenda investe em genética, outro grande fator responsável pela produção de leite, com a utilização de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

toiros provados com boa aptidão leiteira na inseminação artificial, visando o constante melhoramento do rebanho.

Outras preocupações são a sanidade e o conforto dos animais, bem como a higiene na ordenha. O gado jovem (bezerras e novilhas) é criado exclusivamente em pasto, enquanto as vacas, além da pastagem, são alimentadas em cocho diariamente com uma mistura da forrageira produzida na fazenda e concentrados comprados. São ordenhadas diariamente, sendo utilizado o sistema de ordenha mecânica duas vezes ao dia. O leite, sem contato manual, é armazenado em geladeiras de onde é coletado pelo comprador em caminhão-tanque refrigerado. Ocorre o descarte (venda) de vacas por idade ou reprodução repostas pelas bezerras nascidas na propriedade. A receita principal com a venda de leite é complementada com a venda dos bezerros machos recém-nascidos, vacas descartadas e eventual venda de novilhas excedentes para produtores.

Cultura Cafeeira

A produção de café tipo Arábica, na Fazenda São Judas Thadeu, em São Sebastião do Paraíso, MG, utiliza modernos modelos tecnológicos, que visam maior produtividade e qualidade do café. Busca-se aumentar a produção, sobretudo, por meio do aumento efetivo da produtividade. Para tanto é dada atenção especial à adubação e correção do solo, ao controle de pragas e doenças e à utilização eficaz dos insumos, de forma a atenuar os efeitos de variações climáticas. As características climáticas, a fertilidade do solo e a altitude, aliados a outros fatores, permite a produção de café arábica de muito boa qualidade, característica da região, grande produtora de café.

A adubação realizada anualmente seguindo recomendação agrônômica através de análise do solo e das folhas do cafeeiro é o principal fator de produção da cultura, porém outros tratamentos culturais como o combate às ervas daninhas por meio de utilização de herbicida e capina, manual e/ou mecânica, o combate à pragas e doenças, a desbrota, etc, são fatores importantes na qualidade e quantidade do café produzido.

A colheita do café constitui uma das principais atividades do processo produtivo por ser um dos itens que mais pesam nos custos de produção. É realizada entre os meses de maio e setembro, utilizando principalmente o sistema manual, embora já tenha sido utilizado a colheita mecânica em algumas áreas.

Após a colheita o café é secado e beneficiado na propriedade, limpo da casca e de impurezas, acondicionado em sacas de juta de 60 Kg e vendido ou enviado para armazenamento.

b) características do processo de distribuição

Segmento Automotivo

A venda de caminhões e ônibus é feita por todas as Controladas Concessionárias Scania. Suas equipes de vendas realizam diariamente um roteiro de visitas às instalações do cliente. As peças são comercializadas nos 18 pontos de presença, contando com equipes de vendas específicas.

. Caminhões

Após as tratativas comerciais e definições das especificações do veículo, a concessionária formula o pedido do veículo com todos os opcionais desejados e o envia à Scania, que programa a sua produção. Após sua fabricação, pode ser faturado diretamente para o cliente ou para a concessionária, hipótese em que é posteriormente refaturado para o cliente. A entrega do veículo é realizada por transportadoras credenciadas pela Scania até a concessionária, quando então é efetuada a entrega ao cliente. Durante todo o processo, o veículo tem a cobertura de seguro. Todos os custos com fretes e seguros já são embutidos no preço do veículo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

. Ônibus

O processo é semelhante à venda de caminhões. Neste caso, a Scania sempre fatura para a concessionária. O chassi inicialmente é enviado para a colocação da carroceria em empresa indicada pelo comprador, retornando posteriormente para a concessionária, que efetua a entrega para o cliente.

. Peças

O estoque de peças é mantido por meio de compras programadas diárias ou solicitações em emergência.

Segmento Agropecuário

A venda de bovinos de corte ou leiteiros, sacas de café e leite é feita nas fazendas das empresas controladas e o transporte dos produtos é realizado pelos próprios compradores.

c) características dos mercados de atuação:

i. participação em cada um dos mercados por renda

Segmento Automotivo

Não aplicável, tendo em vista que cerca de 95% das vendas são destinadas a pessoas jurídicas, conforme tabela abaixo :

% de receita para pessoa jurídica			
Concessionária Scania	2010	2009	2008
Equipo	95,5%	94,40%	95,80%
Itaipu	94,1%	95,30%	94,30%
Itaipu Norte	96,3%	95,60%	97,30%
Quinta Roda	96,0%	95,50%	91,50%

Segmento Agropecuário

Não aplicável, tendo em vista que os produtos são comercializados diretamente para indústrias e revendedores.

ii. participação em cada um dos mercados por localização

A (Companhia) por meio de suas controladas, apresenta grande diversificação geográfica, atuando em mais de 1.051 cidades em diversos estados do Brasil na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas, tais como:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segmento Automotivo

As controladas da Companhia mantêm concessionárias em 17 cidades, localizadas em quatro estados brasileiros.

Concessionárias Scania	Área de Atuação / Estado	Abrangência
Equipo	Rio de Janeiro	92 municípios
Quinta Roda	São Paulo e Minas Gerais	231 municípios
Itaipu	Minas Gerais	404 municípios
Itaipu Norte	Pará e Amapá	159 municípios

A participação no mercado por área de atuação está assim representada:

MARKET SHARE - CAMINHÕES PESADOS			
Concessionárias Scania	2010	2009	2008
Equipo	21,6%	18,2%	16,1%
Itaipu	26,1%	22,9%	21,1%
Itaipu Norte	17,8%	21,3%	16,2%
Quinta Roda	26,1%	22,6%	20,2%
WLM	24,8%	21,9%	19,4%

MARKET SHARE - ÔNIBUS RODOVIÁRIOS			
Concessionárias Scania	2010	2009	2008
Equipo	46,2%	34,8%	48,8%
Itaipu	30,2%	78,5%	27,3%
Itaipu Norte	76%	81,8%	77,8%
Quinta Roda	25,5%	5,9%	26,4%
WLM	34,7%	52,8%	35,6%

Segmento Agropecuário

- Bovinocultura de corte - Fartura Agropecuária S.A., Agropecuária São Sebastião do Araguaia S.A. e Itapura Agropecuária Ltda. e
- Cafeicultura - Itapura Agropecuária Ltda.

Não existem dados consolidados, seja a nível nacional ou regional, que permitam estabelecer a participação de mercado em cada uma das atividades agropecuárias em que a Companhia atua.

Controladas Agropecuárias	Área de Atuação / Estado
Fartura	Sul do estado do Pará e Norte do Mato Grosso
São Sebastião do Araguaia	Norte do estado do Mato Grosso e Sul do Pará
Itapura	Sul do estado de Minas Gerais e região de Campinas/SP

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O rebanho bovino da Fartura Agropecuária S.A. e da Agropecuária São Sebastião do Araguaia S.A. são comercializados para frigoríficos ou produtores da região do sul do estado do Pará e Norte do Mato Grosso.

Tanto o rebanho como a produção de leite da Itapura Agropecuária Ltda. – filial Campinas/SP - são vendidos na própria região.

O rebanho e a produção de café da Itapura Agropecuária Ltda. - filial São Sebastião do Paraíso/MG - são vendidos na região do sul de Minas.

iii. *participação e condições de competição nos mercados*

Segmento Automotivo

As concessionárias Scania têm áreas de atuação geograficamente delimitadas, ou seja, cada concessionária Scania é única na sua área de atuação. Assim sendo, a competição é representada basicamente pelas concessionárias de outras marcas que trabalham com veículos pesados: Man, Mercedes, Volvo, Ford e Iveco, sendo que estas duas últimas não têm participação no mercado de ônibus rodoviários. A Scania trabalha com uma linha de produtos “premium” e tem como diferenciais competitivos: alta tecnologia, baixo consumo de combustível, alta disponibilidade e equipe técnica especializada e em constante treinamento.

Segmento Agropecuário

O mercado agropecuário no Brasil é altamente fragmentado e competitivo. As principais vantagens competitivas incluem preço, qualidade e capacidade de distribuição. Dada esta fragmentação, não existem informações quantitativas consolidadas em nível nacional acerca dos segmentos de atuação da Companhia e suas controladas para análise de participação de mercado e competição. Cabe comentar que a qualidade dos produtos, bem como das instalações e benfeitorias para carga e embarque de bovinos, é refletida nos preços alcançados - acima da média de preços praticados nas respectivas praças.

Todas as empresas agropecuárias do grupo, em cada região, são conhecidas pela qualidade dos produtos, bem como das instalações e benfeitorias para embarque e desembarque de animais, alcançando diferencial considerável acima da média de preços da praça.

d) eventual sazonalidade

Segmento Automotivo

Não se aplica. As vendas são influenciadas pelo nível de atividade econômica no País.

Segmento agropecuário

O rebanho bovino sofre os efeitos das variações climáticas, uma vez que estas influenciam a produção de pastagem o que, por consequência, afeta o ganho de peso e a reprodução dos animais. Desta forma, o manejo da produção do gado é baseado na oferta de alimento.

O nascimento dos animais ocorre no segundo semestre do ano e a desmama e venda nos meses de maio a julho.

Os animais destinados à engorda são vendidos nos meses de abril a junho.

A produção pecuária deve ser vendida no prazo adequado pois, a partir de um dado momento, sua manutenção na propriedade torna-se anti-econômica já que continua gerando custo sem ganho produtivo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O leite, por sua característica perecível, também deve ser vendido imediatamente após a coleta.

A produção cafeeira também é afetada pela sazonalidade climática, tendo em vista que se reflete no próprio ciclo de produção da planta, com maturação e colheita entre os meses de maio a setembro e venda imediatamente após a colheita. A produção também poderá ser beneficiada sem a perda da qualidade para venda estratégica.

e) principais insumos e matérias primas:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

Segmento Automotivo

O relacionamento da WLM com seu principal fornecedor – a Scania Brasil - se refere à aquisição de produtos da marca Scania (caminhões, chassis de ônibus, peças e lubrificantes) que são comercializados por meio da rede de concessionárias das quatro controladas (Equipo, Quinta Roda, Itaipu e Itaipu Norte) da Companhia. Todas as concessionárias são autorizadas da marca Scania, com exclusividade em suas áreas de atuação. O trabalho conjunto e o relacionamento de longo prazo entre a WLM e a Scania possibilitam que a comercialização de caminhões e ônibus seja feita por meio de programações realizadas previamente e com clientes - em grande parte das vezes - já definidos, o que possibilita baixo custo de estocagem. Por conta desta sistemática, nos últimos anos o índice de atrasos na entrega de veículos encomendados foi mínimo.

Não há processo produtivo e, portanto, não são realizadas aquisições de insumos e matérias primas. Os estoques de peças, lubrificantes e outros insumos necessários à prestação de serviços de manutenção são controlados por sistemas de alta precisão. Esses sistemas proporcionam alto giro destes itens e elevado índice de atendimento às demandas dos clientes. A velocidade na reposição por parte do principal fornecedor reduz ao máximo a imobilização dos veículos e equipamentos.

Não há controle ou regulamentação governamental para o segmento de revenda de veículos e peças.

Segmento agropecuário

Os principais insumos e matérias primas para as atividades do segmento agropecuário incluem terras e águas existentes nas fazendas da Companhia, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas. A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados por meio de cotações e análise de custo/benefício dos produtos. Não há controle ou regulamentação governamental para o segmento.

- ii. eventual dependência de poucos fornecedores**

Segmento Automotivo

A Companhia adquire caminhões e chassis de ônibus de um único fornecedor - a Scania - em um segmento que não realiza venda direta ao consumidor e coloca seus produtos no mercado basicamente por meio de revendedores autorizados. Ou seja, o modelo de distribuição em que a WLM atua é o padrão de comercialização existente no segmento revenda de veículos pesados. Adicionalmente, mais de 90% do volume de peças de reposição também são adquiridos da Scania, uma vez que as peças originais da marca representam garantia de qualidade tanto para os serviços de manutenção prestados como para os veículos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

comercializados. Eventualmente, e sem expressividade no negócio, a Companhia adquire peças de outros fornecedores, desde que estejam em conformidade com os padrões Scania.

Segmento agropecuário

Não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer fornecedor uma vez que as controladas da Companhia atuam com vários fornecedores de insumos agropecuários. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade, que deve atender a requisitos mínimos necessários para cada destinação.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Segmento Automotivo

A Companhia não adquire matérias primas e/ou insumos, pois não mantém processo produtivo. Como atua na revenda de produtos, sua rentabilidade provém de uma margem de comercialização cuja possibilidade de variação é bastante estreita, dado as características do segmento de atuação. Eventuais variações de preços, que podem ocorrer no setor de veículos pesados, são repassadas diretamente aos clientes, o que pode ocasionar efeitos relevantes sobre as vendas, dado a alta elasticidade da grande maioria dos produtos comercializados.

Segmento Agropecuário

Os preços de venda dos produtos – bovinos, café e leite - estão diretamente relacionados aos preços praticados no mercado de *commodities* agropecuárias. A produção das fazendas da Companhia é de pequena magnitude, portanto não tem volume suficiente para obter condições de negociação e preços diferenciados.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) montante total de receitas provenientes do cliente:

Segmento Agropecuário

Não aplicável, tendo em vista que o percentual da receita líquida do segmento representa menos de 1% da receita líquida total.

Segmento Automotivo

As tabelas abaixo trazem as informações relativas aos clientes relevantes por controlada.

No caso da controlada Quinta Roda não existiu nenhum cliente que concentrou mais de 10% da receita líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007. A área de atuação geográfica da empresa - estado de São Paulo - proporcionou um mercado consumidor pulverizado.

Controlada Equipo			
Exercício	Cliente	Receita (em R\$ mil)	Participação % no Total
2010	Transporte Excelsior Ltda	17.223,0	11,3%
2009	Transporte Excelsior Ltda.	9.969,5	13,0%
2008	Odebrecht Equipamentos Ltda.	31.700,9	26,3%
2008	Transporte Excelsior Ltda.	14.362,4	11,9%
2008	Construtora Norberto Odebrecht S/A	13.512,4	11,2%

Controlada Itaipu			
Exercício	Cliente	Receita (em R\$ mil)	Participação % no Total
2010	Vale S.A	105.072,6	19,4%
2009	Vale S.A	32.234,7	12,9%
2009	Empresa Gontijo Transportes Ltda.	27.270,4	10,6%
2008	Vale S.A	109.391,4	35,6%

Controlada Itaipu Norte			
Exercício	Cliente	Receita (em R\$ mil)	Participação % no Total
2010	Nordal Norte Modal Transportes Ltda	5.449,7	10,0%
2009	Vale S.A	5.401,1	21,1%
2009	Mineração Rio do Norte S/A	3.305,9	12,9%
2008	Mineração Rio do Norte S/A	4.265,7	17,6%

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**Segmento Automotivo**

Controlada Equipo	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2010	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2009	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2008	Caminhões, ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

Controlada Itaipu	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2010	Caminhões, ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2009	Caminhões, ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2008	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

Controlada Itaipu Norte	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2010	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2009	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2008	Caminhões, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A atividade de comercialização de veículos pesados e de peças de reposição da marca Scania, assim como a prestação de serviços de manutenção para os produtos comercializados, não demandam a obtenção de autorizações governamentais para o seu exercício.

Da mesma forma, as atividades do segmento agropecuário da WLM – bovinocultura de corte, produção e comercialização de leite e cafeicultura – não demandam a obtenção de autorizações governamentais para o seu exercício.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A WLM está sujeita a leis e regulamentos locais, estaduais e federais relativos à proteção do meio ambiente, através das atividades das seguintes empresas controladas:

- As empresas do segmento automotivo possuem coleta seletiva de lixo, estação de tratamento de esgoto sanitário e industrial, captação água fluvial e estação de tratamento de afluentes com reaproveitamento da água.
- Empresas do segmento agropecuário possuem coleta seletiva de lixo, processos nas secretarias de meio ambiente dos estados do Pará e Mato Grosso, cadastro ambiental rural e licença ambiental provisória e a definitiva em fase de liberação.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Inexistentes quaisquer dependências relacionadas a patentes, marcas, licenças, franquias ou royalties.

No que concerne às relações traduzidas na concessão comercial existente entre as empresas concessionárias controladas e o fabricante Scania, embora originariamente derivadas de contratos há décadas formalizados, hoje são regidas pela legislação específica vigente, bem assim pelas Convenções de Marcas também em vigor.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Não existem receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil, pois suas atividades estão restritas ao território nacional.

- a) **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não há.

- b) **receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não há.

- c) **receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não há.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica, uma vez que não há receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil, pois suas atividades estão restritas ao território nacional.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não há relações de longo prazo relevantes para a Companhia, seja em termos operacionais como financeiros; inclusive não há emissão de dívida de longo prazo.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

Em 30 de abril de 2011, da totalidade das ações representativas do capital social da WLM, 81,7% eram detidas pela Sajuthá-Rio Participações S.A., sendo 93,8% em ações ordinárias e 71,6% em ações preferenciais.

O capital social da Sajuthá-Rio Participações S.A. é detido exclusivamente pela família Lemos de Moraes, com a composição conforme quadro a seguir:

QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
POSIÇÃO EM 30.04.2011						
Razão Social: SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A					CAPITAL SOCIAL: R\$ 127.000.000,00	
CNPJ	30.458.020/0001-71				Ações Ordinárias: 2.000.000.000	
NIRE	33.3.0000065-8				Ações Preferenciais: -	
Sede:	Rua São José, 90 - 17º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ				Total de Ações: 2.000.000.000	
Data Último Aumento de Capital:	29.04.2011				Valor Nominal: Sem Valor Nominal	
Data Última AGO:	29.04.2011					
Data Última AGE:	29.04.2011					
A C I O N I S T A S	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Wilson Lemos de Moraes	1.999.999.976	99,99999880	-		1.999.999.976	99,99999880
Maria de Lourdes Teixeira de Moraes	6	0,00000030	-		6	0,00000030
Wilson Lemos de Moraes Junior	6	0,00000030	-		6	0,00000030
João Flavio Teixeira Lemos de Moraes	6	0,00000030	-		6	0,00000030
Maria Isbela Lemos de Moraes	6	0,00000030	-		6	0,00000030
Total	2.000.000.000	100,00000000	-	0,00	2.000.000.000	100,00000000

b) Controladas e coligadas

Empresas / Denominação Social	% Participação direta	Tipo e Classificação Controlada / Coligada
Segmento Automotivo		
. Equipos Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	Empresa fechada / Controlada
. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	Empresa fechada / Controlada
. Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	Empresa fechada / Controlada
. Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	Empresa fechada / Controlada
Segmento Agropecuário		
. Fartura Agropecuária S.A.	94,80	Empresa fechada / Controlada
. Itapura Agropecuária Ltda.	85,13	Empresa fechada / Controlada
. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	67,81	Empresa fechada / Controlada
Empresas Não Operacionais		
. Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	100,00	Empresa fechada / Controlada
. Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	100,00	Empresa fechada / Controlada
. Metalúrgica Plus S.A.	33,33	Empresa fechada / Coligada
. Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	33,33	Empresa fechada / Coligada

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

c) Participações da Companhia em sociedades Controladas

% de participação no capital da investida			
Empresas / Denominação Social	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	100,00	100,00
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	100,00	100,00
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	100,00	100,00
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	100,00	100,00
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	100,00	100,00	100,00
Fatura Agropecuária S.A.	99,02	99,02	99,02
Itapura Agropecuária Ltda.	100,00	100,00	100,00
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	100,00	100,00	100,00
Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	100,00	100,00	100,00

d) Participações de sociedades Controladas na Companhia:

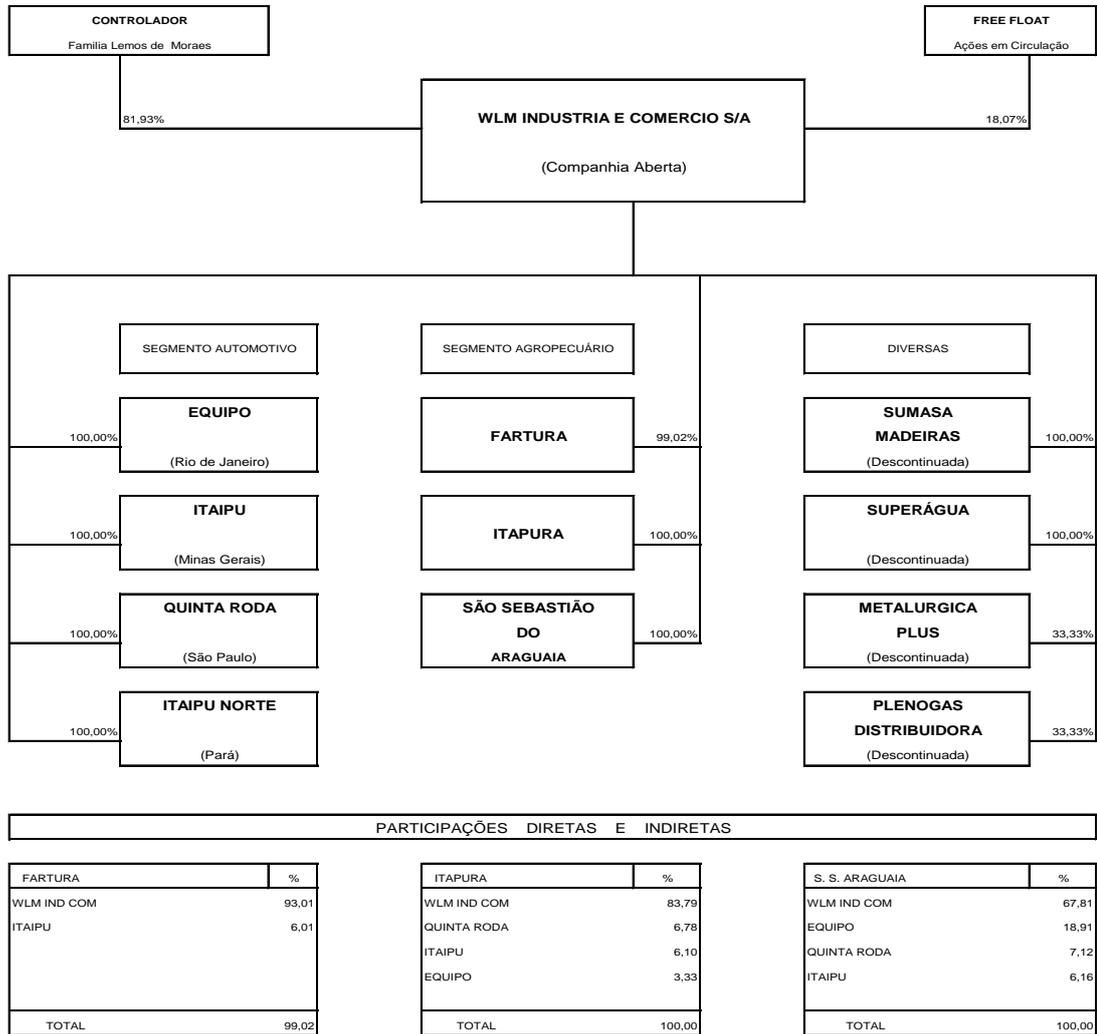
Não há participações de sociedades controladas na WLM.

e) Sociedades sob controle comum:

Não há sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Organograma do grupo econômico:



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Item 6.5 deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes aos eventos societários envolvendo a Companhia e suas controladas.

8.4 - Outras informações relevantes

O Item 6.5 deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes aos eventos societários envolvendo a Companhia e suas controladas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

A Companhia possui os seguintes ativos imobilizados e propriedades para investimento de valor relevante:

a.1) Ativos imobilizados

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Santa Terezinha (MT)

Área de terras designadas por Gleba Edwin, localizada no Estado do Mato Grosso, Município de Santa Terezinha, Comarca de São Félix do Araguaia, com 2.500,00ha, Escritura de Direito Possessório, em fase de regularização junto ao Instituto de Terras do Estado do Mato Grosso – INTERMAT.

Três Rios (RJ)

Área de terras designada como Área nº 1, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.939 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 2, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.100,00m² (cinco mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.940 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 3, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 7.100,00m² (sete mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.941 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 4, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.100,00m² (cinco mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.942 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 5, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.250,00m² (cinco mil duzentos e cinquenta metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.943 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 6, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.200,00m² (cinco mil e duzentos metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.944 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 7, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.945 do livro 2-K.

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Rio de Janeiro (RJ)

Imóvel localizado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, à Rodovia Presidente Dutra nº 2.351 – Km 2, Pavuna e, respectivo terreno, lote nº 1, de 2ª categoria, do PA: 42,280, medindo: 159,80m x 149,80m, devidamente registrado no 8º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro – RJ, sob o nº 123.579, no livro 2-DJ-9, às fls. 18.

Barra Mansa (RJ)

Imóvel localizado no Estado do Rio de Janeiro, Município de Barra Mansa(RJ), à Rodovia Presidente Dutra, Km 102, designado por lote B, com área de 19.200m², devidamente registrado no 4º Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Barra Mansa – RJ, sob o nº 9.474, no livro nº 2 – AG, às fls. 210.

ITAIPI MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Contagem (MG)

Imóvel localizado no Estado de Minas Gerais, Município de Contagem, à Rodovia Fernão Dias nº 4000 – BR 381, com área de 29.000m², denominada “E”, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Contagem – MG, sob o nº 4.538, no livro nº 3-D, às fls. 175.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Sumaré (SP)

Área situada no Estado de São Paulo, Comarca de Sumaré, distrito de Nova Veneza, Bairro São Francisco, à Rodovia Anhanguera s/nº - Km 114,5, com área total de 79.294m², devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Sumaré, sob o nº 5805, livro 2, fls.1-2.

Bauru (SP)

Imóvel localizado no município de Bauru, Estado de São Paulo, à Rua Inácio Conceição Vieira nº 55, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Bauru, sob o nº 22.421, livro 2, fls.1-3.

Araçatuba (SP)

Imóvel localizado na Cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Marcos Toquetão nº 50, com 14.100m², devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Araçatuba, sob o nº 42.040, livro 2, fichas 1-2.

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Marabá (PA)

Imóvel localizado no Estado do Pará, Município de Marabá, à Rodovia PA, 150, Km 8,5, com área de 10.000m², devidamente registrado no Registro Geral da Comarca de Marabá, sob o nº 13.430, às fls. 001, do Livro Ficha 2.

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA.

Fazenda São João do Atibaia - Imóveis rurais com área total de 143,13 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis das comarcas de Pedreira e Jaguariúna (SP):

Fazenda São João do Atibaia

Imóvel rural denominado Fazenda São João do Atibaia, localizado parte no município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira e, parte inclusive as benfeitorias e sede, no município e comarca de Campinas(SP), com área de 104,41ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 80.001, da Comarca de Campinas(SP).

Sítio Recreio

Imóvel rural denominado Sítio Recreio, no município de Jaguariúna, comarca de Pedreira(SP), com área de 38.72,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Pedreira, sob o nº R-2-M-3.409, Livro nº 276, fls. 17-18.

Fazenda São Judas Thadeu - Imóveis rurais com área total de 677,54 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de São Sebastião do Paraíso(MG):

Fazenda São Judas Thadeu

Imóvel rural denominado Fazenda São Judas Thadeu, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 484,00ha, de terras de várias sortes, com benfeitorias, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de São Sebastião do Paraíso(MG), sob o nº 27.694, do livro 3-U, às fls. 352.

Gleba Taquaral

Área de terras, denominada Taquaral, localizada no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 10,89ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº 9.041, do livro nº 2, ficha nº 1.

Gleba Taquaral ou Usina

Área de terras, denominada Taquaral ou Usina, localizada no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 158.63.71ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº R3-M-15.934, do livro nº 67, às fls.007.

Córrego das Contas

Imóvel agrícola, denominado Córrego das Contas, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 24.02.75ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº 20.289, do livro nº 2, ficha nº 1.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

FARTURA AGROPECUÁRIA S/A

Imóveis rurais com área total de 53.087,17 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA)

Fazenda São João (Lotes 32 a 35)

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.451, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.452, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.453, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.454, livro 2M.

Santa Fé – Lotes 44 e 49

Terreno rural, constituído por parte dos lotes 44 e 49, Região do Rio Campo Alegre, município e comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 535,27,39ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 440, livro 2, fl. 01.

Núcleo Barra das Princesas

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.586,40ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.456, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.389,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.457, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.356,00ha devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.455, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.504,50ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.459, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.389,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.458, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.356,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 3.013,00, livro 2P.

Núcleo Santana Rios

Terreno rural constituído pelo lote nº 38, da Região do Rio Campo Alegre, situado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 3.778,50ha devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 901, livro 2D, fl. 001.

Terreno rural constituído pelo lote nº 39, da Região do Rio Campo Alegre, situado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.768,50ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 902, livro 2D, fl. 001.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA S/A

Imóveis rurais com área total de 46.632,90 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica(MT).

Fazenda Belagro

Gleba de terras, denominada Gleba Belagro, situada no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área total de 20.761,10 ha, devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica – MT, sob o nº 4.119, livro 2.

Fazenda Gaiola de Ouro

Lote de terras, denominado Fazenda Gaiola de Ouro, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 6.764,6ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica – MT, sob o nº 3.655, livro 2.

Gleba Araguaia

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 3.582,60ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.652, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 706,20ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.653, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 3.928,90ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.651, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 4.778,50ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.654, livro 2.

Gleba Santo Antônio

Lote de terras, denominado Santo Antônio, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área de 6.103,60ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 4.120, livro 2.

a.2) Propriedades para Investimento

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Jaguariúna (SP)

Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, com área de 1.375.600,762m2, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.

Santana do Araguaia (PA)

Lote 41, situado na Região designada por Campo Alegre, no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.296,00ha, com título ora em fase de registro junto à Matrícula 904 no Cartório do Registro de Imóveis de Santana do Araguaia(PA).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Os bens da companhia e suas controladas estão descritos no quadro 9.1	Brasil		Diversos	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca WLM tipo figurativa, registro 827.910.002, classe NCL (8) 36	Brasil	03/02/2019	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca WLM tipo normativa, registro 827.541.953, classe NCL(8)36	Brasil	Aguardando registro no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo figurativa , registro 816.036.195, classe 40:15	Brasil	03/11/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo figurativa, registro 816.036.209, classe 37:43	Brasil	03/11/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo figurativa, registro 816.036.225, classe 07:25-55-60	Brasil	25/08/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo nominativa, registro 007.008.287, classe 37:42-43	Brasil	25/10/2009	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO, tipo nominativa, registro 740.093.487, classe 40:15-20	Brasil	12/07/2013	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca EQUIPO tipo Nominativa, registro 819.969.672, classe 07:55-60	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo nominativa, registro 819.969.702, classe 07:10-25- 30	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 819.994.375, classe 40:15-20	Brasil	22/08/2016	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 819.994.421, classe 07:10-25- 35	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 819.994.430, classe NCL(8)37	Brasil	25022014	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 819.994.448, classe 07:55-60	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 820.001.031, classe 40:15-20	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 820.001.040, classe 37:42-43	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 820.001.058, classe 07:55-60	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 820.001.066, classe 07:10-25-35	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca FARTURA tipo mista, registro 790.384.957 classe NCL(8)31	Brasil	19/12/2010	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca FARTURA tipo mista, registro 816.037.507 classe 37:42	Brasil	03/11/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca FARTURA tipo mista, registro 816.037.515 classe 19:60	Brasil	25/08/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca ITAIM tipo nominativa, registro 815.879.156 classe 40:15	Brasil	22/11/2016	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca ITAIPÚ tipo nominativa, registro 740.036.424 classe 37:43	Brasil	09/11/2013	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca ITAIPÚ tipo nominativa, registro 815.875.215 classe 40:15	Brasil	01/09/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca ITAPURA tipo nominativa, registro 740.037.692 classe 31:10-20	Brasil	05/03/2015	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca ITAPURA tipo nominativa, registro 740.037.523 classe 30:10	Brasil	01/12/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca ITAPURA tipo nominativa, registro 740.037.531 classe 22:10	Brasil	01/12/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca QUINTA RODA tipo figurativa, registro 006.323.154 classe 37:43	Brasil	25/05/2016	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca QUINTA RODA tipo nominativa, registro 740.036.416 classe NCL(8) 37	Brasil	27/10/2011	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca QUINTA RODA tipo nominativa, registro 815.875.223 classe 07:25-55-60	Brasil	21/07/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca QUINTA RODA tipo nominativa, registro 815.875.231 classe 40:15	Brasil	28/11/2015	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA tipo nominativa, registro 815.884.133 classe 22:10	Brasil	13/10/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SUMASA tipo nominativa, registro 816.635.471 classe 19:60	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca CAXAM tipo nominativa, registro 812.139.240 classe NCL(8)32	Brasil	03/11/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SUPERÁGUA tipo mista, registro 810.532.123 classe 35:10	Brasil	23/07/2015	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SUPERÁGUA tipo mista, registro 812.139.240 classe NCL(8)32	Brasil	03/11/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SUPERÁGUA tipo mista, registro 810.532.131 classe 38:50	Brasil	20/09/2018	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SUPERÁGUA tipo mista, registro 810.532.115 classe 40:15	Brasil	23/07/2015	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca BRASINHA PNEUS tipo mista, registro 817.874.640 classe 07:60	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63	-	Controlada	Brasil	MT	Santa Terezinha	A Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede no Município de Santa Terezinha - MT, onde explora a atividade de bovinocultura.	67,810000
						Valor mercado 31/12/2009	52.000.000,00	
31/12/2010	5,148432	0,000000	0,00		Valor contábil 31/12/2010	36.148.101,70		
31/12/2009	15,024270	0,000000	0,00					
31/12/2008	19,714812	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Equipo Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e filial em Barra Mansa - RJ, com área de atuação abrangendo todo o Estado do Rio de Janeiro, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
						Valor mercado 31/12/2009	53.000.000,00	
31/12/2010	-0,007701	0,000000	4.000.000,00		Valor contábil 31/12/2010	31.635.926,41		
31/12/2009	11,810869	0,000000	0,00					
31/12/2008	19,060843	0,000000	600.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Há mais de 30 anos, a WLM mantém a sua participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								
FARTURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02	51284-2	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Fartura Agropecuária S.A., é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, tendo como filial a Fazenda São João - localizada no Município de Santana do Araguaia - PA, onde explora a atividade pecuária de bovinocultura de corte.	94,800000
						Valor mercado 31/12/2010	85.000.000,00	
31/12/2010	18,274456	34,920635	0,00		Valor contábil 31/12/2010	65.828.233,19		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2009	28,598631	0,000000	0,00					
31/12/2008	-1,705655	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Há mais de 40 anos, a Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	16.638.413/0001-36	-	Controlada	Brasil	MG	Contagem	A Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. é uma sociedade limitada, concessionária de produtos da marca SCANIA, que atua na venda de ônibus, caminhões, peças e assistência técnica, com sede na cidade de Contagem e filiais nos municípios de Matias Barbosa, Montes Claros, Patos de Minas, Nova Lima e Mariana, todos localizados no Estado de Minas Gerais. Localizada junto ao maior pólo de minerações do País, a Itaipu possui unidades de vendas e de serviços para atendimento exclusivo às empresas mineradoras, de forma a garantir o fornecimento de peças para reposição e serviços de manutenção preventiva e corretiva nos mais diversos locais de exploração de minério.	100,000000
						Valor mercado 31/12/2009	167.000.000,00	
31/12/2010	35,209660	0,000000	7.000.000,00			Valor contábil 31/12/2010	57.239.799,26	
31/12/2009	-13,061671	0,000000	19.000.000,00					
31/12/2008	51,095321	0,000000	3.800.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	07.959.236/0001-07	-	Controlada	Brasil	PA	Marituba	A Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Marituba e filiais nos municípios de Paragominas e Nova Marabá, todos localizados no Estado do Pará, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
						Valor mercado 31/12/2009	42.000.000,00	
31/12/2010	9,985015	0,000000	1.040.000,00			Valor contábil 31/12/2010	22.722.916,16	

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2009	11,985892	0,000000	0,00					
31/12/2008	20,707930	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A WLM mantém a participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Itapura Agropecuária Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ e filiais em Campinas -SP (Fazenda São João do Atibaia) e São Sebastião do Paraíso – MG (Fazenda São Judas Thadeu), que tem como atividade principal a Bovinocultura e a Agricultura.	85,130000
				Valor mercado	31/12/2009	31.000.000,00		
31/12/2010	2,696922	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	27.799.311,68		
31/12/2009	72,339220	0,000000	0,00					
31/12/2008	-0,468918	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA	44.620.375/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP	Sumaré	A Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Sumaré e filiais nos municípios de Porto Ferreira, Bauru e Araçatuba, todos localizados no interior do Estado de São Paulo, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2009	100.000.000,00		
31/12/2010	25,461401	0,000000	5.000.000,00	Valor contábil	31/12/2010	46.021.101,75		
31/12/2009	22,193075	0,000000	4.000.000,00					
31/12/2008	37,670259	0,000000	4.000.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A WLM continua mantendo participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								

b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**Tabela A** - Registros e pedidos de registro de marcas no Brasil, em nome da Companhia ou de suas Controladas, além de marcas de seu interesse:

Marca	Tipo	Registro nº	Classe	Data do Depósito	Vigência	Território atingido	Titularidade
WLM	Figurativa	827.910.002	NCL(8)36	31/10/05	03/02/19	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.
WLM	Nominativa	827.541.953	NCL(8)36	03/06/05	Aguardando concessão de registro do INPI	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.
EQUIPO	Figurativa	816.036.195	40:15	05/02/91	03/11/12	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Figurativa	816.036.209	37:43	05/12/91	03/11/12	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Figurativa	816.036.225	07:25-55-60	05/02/91	25/08/12	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	007.008.287	37:42-43	18/04/74	25/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	740.093.487	40:15-20	23/05/74	12/07/13	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	819.969.672	07:55-60	14/07/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	819.969.702	07:10-25-30	14/07/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.375	40:15-20	30/07/97	22/08/16	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.421	07:10-25-35	30/07/97	21/09/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.430	NCL(8)37	30/07/97	25/02/14	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.448	07:55-60	30/07/97	21/09/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.031	40:15-20	06/08/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.040	37:42-43	06/08/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.058	07:55-60	06/08/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.066	07:10-25-35	06/08/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
FARTURA	Mista	790.384.957	NCL(8)31	28/12/79	19/12/10	Brasil	Fartura Agropecuária S.A.
FARTURA	Mista	816.037.507	37:42	07/12/91	03/11/12	Brasil	Fartura Agropecuária S.A.
FARTURA	Mista	816.037.515	19:60	07/02/91	25/08/12	Brasil	Fartura Agropecuária S.A.

9.2 - Outras informações relevantes

Marca	Tipo	Registro nº	Classe	Data do Depósito	Vigência	Território atingido	Titularidade
ITAIM	Nominativa	815.879.156	40:15	12/11/90	22/11/16	Brasil	Itaim Máquinas e Veículos Ltda.
ITAIPÚ	Nominativa	740.036.424	37:43	09/11/74	09/11/13	Brasil	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
ITAIPÚ	Nominativa	815.875.215	40:15	07/11/90	01/09/12	Brasil	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
ITAPURA	Nominativa	740.037.692	31:10-20	08/03/74	05/03/15	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
ITAPURA	Nominativa	816.037.523	30:10	07/02/91	01/12/12	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
ITAPURA	Nominativa	816.037.531	22:10	07/02/91	01/12/12	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
QUINTA RODA	Figurativa	006.323.154	37:43	06/03/74	25/05/16	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	740.036.416	NCL(8) 37	06/03/74	27/10/11	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	815.875.223	07:25-55-60	07/11/90	21/07//12	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	815.875.231	40:15	07/11/90	28/11/15	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
SAJUTHÁ	Nominativa	006.651.534	40:15	18/01/68	10/03/18	Brasil	Sajuthá-Rio Participações S.A.
SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA	Nominativa	815.884.133	22:10	19/11/90	13/10/12	Brasil	Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.
SUMASA	Nominativa	816.635.471	19:60	26/02/92	-	Brasil	Sumasa Indústria e Comércio Ltda.
CAXAM	Nominativa	812.139.240	NCL(8)32	20/08/85	03/11/12	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	810.532.123	35:10	12/06/81	23/07/15	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	812.139.240	NCL(8)32	20/08/85	03/11/12	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	810.532.131	38:50	12/06/81	20/09/18	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	810.532.115	40:15	12/06/81	23/07/15	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.
BRASINHA PNEUS	Mista	817.874.640	07:60	12/05/94	29/4/2007 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Brasinha Rodas e Pneus Ltda.

fazendanovapousada.com.br	26/04/2021
fazenda.com.br	29/05/2020

9.2 - Outras informações relevantes

Conforme tabelas “A” e “B” acima.

ii. Território Atingido

No Brasil, o registro de marca tem vigência de dez anos contados da data de concessão, sempre podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos. As datas de concessão e validade dos registros encontram-se citadas na Tabela “A” (marcas no Brasil), assim como a descrição dos pedidos de registro de marca sob análise do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

No âmbito administrativo junto ao INPI, os pedidos de registro de marca que estão sob análise do Instituto podem ser negados (indeferidos), sendo possível a apresentação prévia de Oposição por terceiros interessados, dentro do prazo legal pertinente. Ademais, mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem contestar nossos registros, como por exemplo por meio de processos administrativos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade. Os requerimentos podem ser parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada, durante 5 anos consecutivos, tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, também não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a WLM está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória, ou que requeiram judicialmente a anulação de ato oficial do INPI, por exemplo, em ação de nulidade de registro de marca.

A manutenção dos registros de marcas é realizada por intermédio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal (ou até perder o direito de utilização da própria marca em razão de terceiro, tendo em vista que no Brasil a marca é protegida com base na data de prioridade do registro vigente e não pelo uso). Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Não há como identificar o impacto além do descrito.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras de 2010 da WLM foram elaboradas seguindo os princípios estabelecidos pelo IFRS – International Financial Reporting Standards, assim como as demonstrações financeiras de 2009 que, de modo a permitir a adequada comparação, foram reapresentadas também de acordo com os padrões do IFRS.

Os principais impactos da adoção inicial do IFRS nos resultados da Companhia foram provenientes da avaliação a valor justo dos ativos e passivos das empresas controladas da área de agropecuária e na conta depreciação de todas as controladas e holding. Os efeitos estão detalhados nas Demonstrações Financeiras e notas explicativas.

As contas e resultados comentados em relação aos exercícios de 2010 e 2009 estão em conformidade com as reclassificações previstas nas normas IFRS. Já a avaliação de desempenho de 2009 comparativamente a 2008 considera os Balanços Patrimoniais e Resultados elaborados de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil até então (BRGaap). Excepcionalmente neste Formulário de Referência, os comentários se restringem aos dois últimos exercícios apenas (2010 e 2009), já que as demonstrações financeiras de 2008 não foram elaboradas de acordo com as normas contábeis internacionais atualmente em vigor no Brasil (IFRS) e, portanto, seus dados não são comparáveis com os dos exercícios seguintes.

A Companhia encerrou o exercício de 2010 em condições que consideramos bastante confortáveis em termos financeiros e patrimoniais. Ao final do ano, a WLM não tinha dívidas de curto ou longo prazo. A última parcela do endividamento de curto prazo - referente ao único empréstimo bancário tomado em 2001 pela controlada Fatura Agropecuária – foi quitada em agosto/2010, conforme amortização anual programada.

A posição de caixa e aplicações financeiras somaram R\$ 183,3 milhões no final de 2010, valor R\$ 31,9 milhões ou 21,1% superior ao do fechamento do ano anterior. A variação decorre principalmente do aumento de 32,8% em “caixa e equivalentes”, que passou de R\$ 131,6 milhões para R\$ 174,8 milhões entre as posições de 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010. A WLM programou manter o saldo de caixa em níveis elevados para realizar pagamentos a fornecedores no início do trimestre seguinte, conforme política comercial da Companhia.

O resultado das operações no ano levou ao crescimento dos Ativos Totais em 6,0% ante a posição ao final do exercício de 2009, atingindo R\$ 568,1 milhões. No mesmo período, suas exigibilidades foram reduzidas em R\$ 10,1 milhões, o que levou o Patrimônio Líquido da Companhia a atingir R\$ 436,3 milhões ao final de 2010, com crescimento de 10,7% no ano.

Nossa confortável posição de caixa possibilita, nos próximos exercícios, a realização de investimentos voltados ao crescimento orgânico ou ainda em novas oportunidades consideradas lucrativas, apenas usando recursos próprios.

a. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

A WLM encerrou o ano de 2010 com patrimônio líquido de R\$ 436,3 milhões, ante R\$ 394,1 milhões em 2009, considerando as DFs elaboradas de acordo com os padrões internacionais do IFRS. Ao final de 2008, o patrimônio líquido calculado com base nas normas contábeis brasileiras então adotadas (BRGaap) era de R\$ 335,1 milhões.

Sem qualquer endividamento financeiro, em 31 de dezembro de 2010, a composição da estrutura de capital da WLM, medida pela proporção entre passivo exigível (circulante + não circulante) e patrimônio líquido era formada por 69,8% de capital próprio e 30,2% de capital de terceiros. No exercício de 2009 era proporção era de 64,0% de capital próprio e 36,0% de capital de terceiros.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Composição do capital de terceiros e indicador dívida líquida / Ebitda

(R\$ Mil)	31/12/2010*	31/12/2009*
Disponibilidades	183.278	151.394
Dívida de curto prazo	0	1.269
Dívida de longo prazo	0	0
Dívida líquida (caixa líquido)	(183.278)	(150.125)
Ebitda	73.028	24.441
Dívida líquida / Ebitda (*)	Não Aplicável	Não Aplicável

Com disponibilidades superiores ao valor total da dívida, a WLM possuía caixa líquido, e não dívida líquida, no encerramento dos três períodos analisados e, portanto, não tinha alavancagem financeira, sendo o indicador Dívida líquida / Ebitda não aplicável.

Não há possibilidade de resgate das ações da WLM, exceto aquelas previstas em lei (programa de recompra de ações).

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

b. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final de 2010, a Companhia não tinha qualquer dívida financeira registrada, seja de curto ou longo prazo. A geração de caixa proveniente das atividades operacionais e a posição de larga liquidez da Companhia nos permitem afirmar que, na WLM, temos plena capacidade de honrar nossos compromissos financeiros nos próximos anos.

	2010	2009
Ciclo de caixa (número de dias médio em dezembro)	30	38
Ebitda / Dívida líquida (vezes)	Não Aplicável	Não Aplicável
Ebitda / Despesa financeira líquida (vezes)	Não Aplicável	Não Aplicável
Dívida de longo prazo (% da dívida bruta, em 31 de dezembro)	0%	0%

(*) Os itens considerados "não aplicáveis" justificam-se pelo fato da Companhia ter expressivo caixa líquido: o volume de disponibilidades financeiras foi superior ao das dívidas com instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia registrou, nos três períodos em questão, receita financeira superior à despesa financeira, com saldo de receita financeira líquida.

c. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o financiamento de investimentos em ativos não circulantes e de nossas eventuais necessidades de capital de giro, utilizamos recursos próprios e geração de caixa operacional.

Não mantemos operações financeiras de *leasing* relevantes e, ao final do exercício de 2010, não tínhamos qualquer dívida com instituições financeiras. No decorrer de 2009, encerramos o endividamento de longo prazo da Companhia e, em 2010, zeramos também a dívida de curto prazo.

Os contratos assinados são sempre negociados de forma que seus pagamentos (do serviço da dívida e do principal) sejam compatíveis com nossa geração operacional de caixa e gestão de caixa, de modo a manter as disponibilidades em nível apropriado para o desenvolvimento de nossas atividades.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não consideramos haver para a Companhia qualquer cenário provável de deficiência de liquidez. Mantemos firme controle, com acompanhamento de nosso fluxo de caixa no dia a dia, e administramos nossa posição financeira de modo a manter o nível de endividamento extremamente reduzido, sempre de acordo com nossa capacidade de pagamento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Temos capacidade para financiar investimentos para a maior eficiência e crescimento dos negócios com capital próprio. Eventuais necessidades de captação de recursos são sempre analisadas cuidadosamente e, se necessárias, tomados de maneira a manter nossos padrões de gestão de caixa, nível de liquidez e reduzida alavancagem financeira.

Pretendemos manter essa administração cuidadosa do aspecto financeiro. A intenção da diretoria é continuar administrando a questão financeira de modo a garantir os menores níveis de endividamento e sempre compatíveis com a geração de caixa operacional.

e. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento da Companhia foi sendo reduzido no decorrer dos últimos exercícios, com eliminação da dívida de longo prazo no decorrer do ano de 2009 e eliminação também da dívida de curto prazo no decorrer do ano seguinte, chegando a zero em 31 de dezembro de 2010. Abaixo, apresentamos nossa posição de endividamento e o perfil da dívida ao final dos exercícios de 2010, e 2009:

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2010	31/12/2009
Dívida bruta	0	1.269
Ganhos (perdas) não realizados com operações de derivativos	0	0
Caixa e equivalentes	183.278	151.394
Dívida líquida / (Caixa líquido)	(183.278)	(150.125)

* Nos dois períodos analisados, a Companhia tinha posição de caixa superior à dívida total e, portanto, não possuía dívida líquida e sim caixa líquido.

Endividamento perfil (%)	31/12/2010	31/12/2009
Longo prazo (%)	0%	0%
Curto prazo (%)	0%	100%
Moeda nacional (%)	0%	100%
Moeda estrangeira (%)	0%	0%

Dívida de longo prazo – vencimentos (R\$ mil)	31/12/2010	31/12/2009
Em 2009	0	0
Em 2010	0	1.269
Em 2011	0	0
Em 2012	0	0

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia mantinha um único empréstimo, que foi quitado em agosto de 2010. Na tabela abaixo apresentamos o endividamento da WLM detalhado por instituição financeira, indexador e taxa de juros contratada, conforme posição ao final dos dois últimos exercícios:

Instituição Financeira	Indexador	Juros a.a.	(R\$ mil)	
			31/12/2010	31/12/2009
Banco da Amazônia – BASA	Taxa pré-fixada	8,5% a.a	0	1.269

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não aplicável, pois nos dois últimos exercícios a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável, pois não temos quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável, pois a Companhia possuía uma única dívida em 2009, quitada em agosto de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

Não se aplica, já que a WLM não tem contratos de financiamento firmados nos quais existam cláusulas e condições a serem cumpridas - *covenants* – relacionados ao grau de liquidez da Companhia.

f. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica, pois a WLM não tem financiamentos contratados a serem utilizados em tranches.

g. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise aqui apresentada para os anos de 2010 e 2009 refere-se aos resultados e balanços patrimoniais consolidados. As referidas Demonstrações Financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contendo todos os ajustes já regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC vigentes até 31 de dezembro de 2009 e modificações introduzidas pela lei nº. 11.638/07, alterada pela Medida Provisória nº. 449/08, convertida na lei 11.941/09.

A partir de 31/12/2010, a publicação das demonstrações financeiras em IFRS – International Financial Reporting Standards - se tornou obrigatória, sendo que todos os trimestres de 2010 e a respectiva comparação com 2009 foram reapresentados de acordo com os padrões internacionais de contabilidade IFRS. Os principais impactos da adoção inicial do IFRS nos resultados da WLM foram provenientes da avaliação a valor justo dos ativos e passivos das empresas controladas da área de agropecuária e na conta depreciação de todas as controladas e da *holding*. Todas as contas e resultados comentados, do exercício de 2010 comparado ao exercício de 2009, estão em conformidade com as reclassificações previstas nas normas IFRS.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	Nota Explicativa nº	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado	01/01/2009 Reapresentado	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado	01/01/2009 Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	106.334	103.342	105.893	174.776	131.565	144.697
Aplicações financeiras	7	8.502	19.829	26.068	8.502	19.829	26.068
Contas a receber de clientes	8				56.181	99.598	35.936
Quotas de consórcio	9				11.139	2.851	3.163
Impostos a recuperar e créditos tributários	10	3.297	2.176	940	7.328	3.845	2.679
Estoques	11				45.775	20.653	19.947
Ativos biológicos	12				9.621	6.457	6.125
Dividendos e juros sobre capital próprio	13	349	277	969			
Outros ativos circulantes		43	73	62	368	482	227
Total do ativo circulante		118.525	125.697	133.932	313.690	285.280	238.842
NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber de partes relacionadas	14	3.299	8.140	5.901	302	302	97
Contas a receber por venda de ativos	15			5.682			5.682
Impostos a recuperar e créditos tributários	10				39	33	39
Depósitos judiciais	16	458	443	443	585	531	518
Investimentos	17	287.579	248.540	249.874	199	205	357
Propriedade para investimentos	18	32.004	32.004	24.533	32.004	32.004	24.533
Ativos biológicos	12				15.517	12.164	12.955
Imobilizado	19	3.908	3.837	4.055	196.761	196.411	198.850
Intangível	20	65	72	66	9.013	9.080	9.149
Total do ativo não circulante		327.313	293.036	290.554	254.420	250.730	252.180
TOTAL DO ATIVO		445.838	418.733	424.486	568.110	536.010	491.022

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
 (Em milhares reais, exceto quando indicado)

PASSIVO	Nota Explicativa nº	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado	01/01/2009 Reapresentado	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado	01/01/2009 Reapresentado
CIRCULANTE							
Fornecedores	21	249	228	168	31.770	76.314	23.885
Créditos de clientes	22				53.575	6.141	3.491
Empréstimos e financiamentos	23					1.269	1.084
Salários e encargos sociais		1.209	880	873	3.901	2.915	3.297
Impostos e contribuições a recolher		44	38	66	3.642	2.651	4.066
Imposto de renda e contribuição social a pagar					637	1.312	1.516
Parcelamento de impostos e contribuições							751
Contratos de parceria	11				1.100	1.100	1.100
Dividendos a pagar	24	2.220	6.925	21.109	2.220	6.925	21.109
Contas a pagar a partes relacionadas	14	1.128	1.649	1.716	1.128	1.128	1.128
Outras obrigações circulantes	25	3.146	1.905	6.317	3.268	752	1.195
Total do passivo circulante		7.996	11.625	31.053	101.977	100.507	62.622
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	23						1.168
Parcelamento de impostos e contribuições				1.259			5.823
Provisão para contingências	26		11.498	11.498	667	11.498	11.498
Provisão para IR e CSLL diferido	27	2.128	2.113	3.504	29.165	29.924	32.131
Total do passivo não circulante		2.128	13.611	16.261	29.832	41.422	50.620
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	28						
Reservas de reavaliação		137.375	117.375	117.375	137.375	117.375	117.375
Reservas de reavaliação		102.902	103.765	104.689	102.902	103.765	104.689
Reserva de lucros		157.304	133.817	112.995	157.304	133.817	112.995
Ajustes de avaliação patrimonial		38.133	38.540	42.113	38.133	38.540	42.113
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		435.714	393.497	377.172	435.714	393.497	377.172
Participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas					587	584	608
Total do Patrimônio líquido		435.714	393.497	377.172	436.301	394.081	377.780
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		445.838	418.733	424.486	568.110	536.010	491.022


DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado
Operações continuadas					
Receita líquida				982.786	566.418
Custo das vendas				(844.472)	(476.927)
Lucro bruto	29			138.314	89.491
Despesas gerais e administrativas	30	(17.955)	(18.133)	(84.311)	(72.068)
Reversão de contingências e provisões	26	11.498	3.387	11.124	(90)
Despesa com depreciação e amortização		(177)	(274)	(1.574)	(1.684)
Ajuste líquido ao valor justo de ativos				7.405	722
Outras receitas operacionais		464	1.269	2.485	2.323
Outras despesas operacionais		(2.786)	(40)	(2.790)	(40)
Resultado de equivalência patrimonial	17	52.160	24.626	1.000	839
Participação nos resultados de coligadas		169	(120)	169	(120)
		43.373	10.715	(66.492)	(70.118)
Lucro operacional		43.373	10.715	71.822	19.373
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	12.544	19.059	16.151	24.326
Despesas financeiras	32	(795)	(4.302)	(10.621)	(9.292)
		11.749	14.757	5.530	15.034
Lucro antes dos impostos		55.122	25.472	77.352	34.407
Imposto de renda e contribuição social	33		(606)	(21.862)	(12.925)
Lucro do exercício de operações em		55.122	24.866	55.490	21.482
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas, líquido de impostos				(368)	3.384
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		55.122	24.866	55.122	24.866
Atribuível a:					
Acionistas da companhia				55.143	24.842
Acionistas não controladores das controladas				(21)	24
				55.122	24.866

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise do Desempenho 2010 x 2009

Os resultados da WLM em 2010 refletem condições mais favoráveis para o segmento de veículos pesados, principalmente na recuperação dos volumes transacionados. O aumento expressivo de novos pedidos de veículos se converteu em consistente crescimento de receitas, melhoria sustentada das margens e forte geração operacional de caixa. A magnitude das taxas de expansão compensou os efeitos da base de comparação anual. Vale lembrar que os resultados do primeiro semestre de 2009 embutiram os efeitos negativos da crise global. O terceiro trimestre daquele ano começou a esboçar reversão do ciclo de baixa e apenas no 4T09 houve de fato reaquecimento do setor de veículos pesados. Já em 2010, o nível de atividade econômica geral do País, assim como especificamente no segmento de comercialização de veículos pesados – nossa principal atividade -, manteve-se aquecido durante todo o ano.

Receita Bruta: A receita bruta consolidada foi de R\$ 1.098,5 milhões em 2010, o que indica acréscimo de 74,1% em relação ao ano anterior (R\$ 630,9 milhões). A forte evolução positiva da receita operacional reflete o melhor momento econômico do País e é explicada, principalmente, por: (i) expansão de 97,6% nas vendas de caminhões, produto responsável por 79,0% da receita operacional bruta total; (ii) aumento médio de 3,6% na receita obtida por caminhão vendido; e (iii) acréscimo de 13,7% na receita de prestação de serviços (assistência técnica).

A principal fonte de receita da Companhia - a revenda de caminhões Scania - é fortemente influenciada pelo nível de investimento observado na economia. Em 2009, o nível de atividade econômica ainda estava prejudicado pelos efeitos da crise financeira mundial e, apenas no último trimestre daquele ano pode ser observada a sua retomada. Em 2010, a tendência positiva observada no final do ano anterior manteve-se no decorrer do ano, com forte crescimento da economia interna.

Em 2010, 96,2% da receita da Companhia resultou das vendas de mercadorias e produtos da área de negócios Scania, sendo: 79,0% proveniente de caminhões; 12,8% de peças e lubrificantes e 4,4% de chassis de ônibus. A prestação de serviços de manutenção aos veículos e motores Scania gerou 3,2% da receita total, e os demais 0,6% foram resultado das atividades de agropecuária.

A composição da receita operacional de 2010 não apresentou alterações expressivas ante a distribuição de 2009, quando 94,3% do total foram procedentes das vendas de mercadorias e produtos da área Scania, 4,9% da prestação de serviços e 0,8% da comercialização dos produtos da área de agropecuária. A receita oriunda da prestação de serviços mostrou participação declinante no ano, uma vez que, com condições mais favoráveis de financiamento e atividade econômica interna aquecida, a venda de novas unidades é estimulada em detrimento de gastos com manutenção de veículos mais antigos, cujo custo pode ser elevado.

Deduções da Receita Operacional Bruta: Os impostos indiretos e as outras deduções sobre vendas atingiram R\$ 115,8 milhões, o que representou aumento de 79,5% em relação ao valor de 2009 (R\$ 64,5 milhões), em razão do forte aumento também verificado na receita bruta a partir do crescimento das vendas.

Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida somou R\$ 982,8 milhões em 2010, desempenho 73,5% superior ao acumulado no exercício de 2009. O crescimento é ligeiramente inferior ao observado na receita bruta devido à maior incidência de deduções, que passaram de 10,2% da receita operacional bruta em 2009 para 10,5% no último exercício. A expressiva evolução positiva da receita operacional líquida deve-se aos fatores que também explicam o desempenho da receita bruta, conforme citados acima.

Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados: No acumulado anual, o custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 844,5 milhões, o que corresponde a acréscimo de 77,1% ante 2009, denotando o aumento das vendas de veículos e peças, além de prestação de serviços. A relação entre o CPV e a receita operacional líquida apresentou ligeiro aumento, passando de 84,2% em 2009 para 85,9% em 2010.

Lucro Bruto: O lucro bruto alcançou R\$ 138,3 milhões em 2010, 54,6% superior ao de 2009. As vendas de caminhões praticamente dobraram de 2009 para 2010, constituindo fator preponderante para o crescimento do lucro operacional. O comportamento dos preços médios não teve contribuição relevante na lucratividade anual, uma vez que subiram em 3,6% para caminhões e declinaram em torno de 14,5% no caso de chassis de ônibus.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A margem bruta no ano foi de 14,1%, 1,7 p.p. menor do que a margem de 2009 (15,8%). O decréscimo é explicado, principalmente: (i) pelas condições comerciais presentes durante 2010. A retomada da demanda por veículos pesados foi acompanhada pelo aumento da produção das montadoras. De forma geral, havia caminhões disponíveis para pronta entrega e a concorrência entre as marcas foi acirrada. Esse cenário propiciou condições mais favoráveis aos compradores finais. No decorrer do ano, a WLM viu-se forçada a manter os preços de comercialização quase inalterados. Paralelamente, realizou transações significativas com frotistas – clientes que adquirem grandes quantidades e, portanto, têm poder de barganha na negociação de descontos maiores e prazos de pagamento mais dilatados. (ii) o ritmo de crescimento da receita operacional (73,5%) foi ligeiramente inferior ao da evolução do CPV (77,1%), pressionando as margens e influenciando negativamente o lucro operacional.

Despesas Gerais e Administrativas: O êxito obtido nos esforços empreendidos em 2009 quanto à administração dos custos e despesas operacionais, se repetiu em 2010 – as despesas operacionais, incluindo amortizações e depreciação, totalizaram R\$ 74,8 milhões (R\$ 73,8 milhões em 2009), equivalente a ligeira alta de 1,2%, apesar do forte aumento das atividades. O EBIT em 2010 foi de R\$ 71,8 milhões, quase quatro vezes (270,4%) superior aos R\$ 19,4 milhões registrados em 2009.

As Despesas Administrativas totalizaram R\$ 84,3 milhões, com aumento de 17,0% em relação ao registrado no exercício anterior. As contas “salários e encargos” e “benefícios a empregados”, juntas, representaram 72,4% de tais despesas e trazem os efeitos da ampliação de 9,5% do quadro funcional. O maior número de funcionários foi motivado pela expansão dos negócios ao longo do ano. A Companhia contava com 861 funcionários no término de 2010, ante 786 no fechamento de 2009.

Depreciação e Amortização: A depreciação do ativo imobilizado no exercício 2010 foi de R\$ 1,6 milhão ante R\$ 1,7 milhão em 2009.

Outras receitas (despesas) operacionais: Em 2010, o saldo da conta foi uma despesa líquida de R\$ 0,3 milhão, ante resultado positivo de R\$ 2,3 milhões em 2009.

Receita Financeira Líquida: O resultado financeiro líquido de 2010 foi positivo em R\$ 5,5 milhões, o que representa redução de 63,2% ante a receita líquida de R\$ 15,0 milhões apurada em 2009. O desempenho é resultado tanto de aumento das despesas financeiras como, e principalmente, da redução das receitas financeiras.

A receita financeira consolidada anual foi de R\$ 16,2 milhões, 33,6% inferior à de 2009 (R\$ 24,3 milhões). O recuo resultou da diminuição de aplicações financeiras para o direcionamento de recursos à compra de cotas de consórcio de caminhões. Essa compra foi necessária para atender ao aumento da demanda. A quitação antecipada de débitos fiscais (PAES) também utilizou recursos que reduziram o saldo de aplicações. Adicionalmente, em 2009 foi registrado o valor de R\$ 5,8 milhões referente à alienação de ações da empresa Santana Rios Agropecuária S.A. concluída em maio daquele ano, com o saldo do trimestre anterior tendo sido registrado na forma de atualização de receitas financeiras.

Ao mesmo tempo, as despesas financeiras avançaram 14,3% passando de R\$ 9,3 milhões em 2009 para R\$ 10,6 milhões em 2010. O principal fator que levou ao aumento das despesas foi o maior volume comercializado pela Companhia. Cabe comentar que desde o faturamento do veículo pela Scania ao concessionário até o momento da aprovação do financiamento do cliente pelo BNDES, o concessionário arca com todas as despesas financeiras e juros do financiamento concedido pelo agente financeiro. Portanto, as despesas financeiras da Companhia não estão relacionadas a endividamento oneroso, seja sob a forma de emissão de títulos de dívida, empréstimos ou financiamentos.

Imposto de renda e contribuição social: O valor apurado de imposto de renda sobre o lucro líquido relativo ao exercício de 2010 foi de R\$ 21,9 milhões. Tal valor corresponde a aumento de 69,1% ante o apurado no exercício de 2009 (R\$ 12,9 milhões), acompanhado o relevante crescimento das receitas da Companhia no período.

Lucro Líquido: Resultante dos fatores positivos comentados acima, em 2010 o lucro líquido da WLM atingiu R\$ 55,1 milhões, mais do que dobrando (+ 121,7%) em relação ao obtido em 2009 (R\$ 24,9 milhões). O resultado não sofreu influência relevante de eventos não-recorrentes e está em linha com a expansão da receita operacional.

O desempenho da WLM manteve trajetória ascendente durante o decorrer do exercício. A evolução do lucro líquido reflete o consistente desempenho operacional da Companhia, resultante da criação e bom aproveitamento de oportunidades de negócios durante o ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ebitda: O Ebitda, indicador do desempenho operacional e medida da geração de caixa, atingiu R\$ 73,0 milhões em 2010, o que corresponde a 3,5 vezes o valor de 2009 (R\$ 21,1 milhões). A margem Ebitda sobre a receita operacional líquida foi de 7,5%, com ganho de 3,8 p.p. em relação à obtida no ano anterior, que foi de 3,7%. A expansão da geração operacional de caixa medida pelo Ebitda, bastante superior ao crescimento da receita operacional líquida (+ 73,5%) reflete não só o crescimento das vendas, mas também o ganho de lucratividade proveniente da administração de custos e despesas no período, apesar da evolução.

DESCRIÇÃO	R\$ MIL		VAR. % 2010 X 2009
	IFRS		
	2010	2009	
Lucro Líquido	55.122	24.866	121,7
IR/CS	21.862	12.925	69,1
Resultado Financeiro Líquido	(5.530)	(15.034)	(63,2)
Depreciação e Amortização	1.574	1.684	(6,5)
Ebitda	73.028	24.441	198,8
Margem Ebitda	7,4	4,3	3,1

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

Disponibilidades: A posição das disponibilidades (caixa mais aplicações financeiras de disponibilidade quase imediata) atingiu R\$ 183,3 milhões ao final de 2010, posição 21,1% ou R\$ 31,2 milhões superior quando comparada à registrada no final de 2009 (R\$ 151,4 milhões). A elevação do saldo de caixa deve-se principalmente à geração operacional do exercício, estimada por meio do Ebitda de R\$ 73,0 milhões. Com o crescimento do nível de atividade operacional e forte crescimento das vendas, foram registradas maiores movimentações de caixa no decorrer do exercício de 2010, o que fez com que o aumento do saldo de disponibilidades em 31/12/2010 fosse inferior ao crescimento do Ebitda do ano.

No Ativo, o destaque fica com o aumento de R\$ 25,1 milhões na conta de estoques acumulados, a partir da necessidade da Companhia de manter maior volume de itens disponíveis para atender à crescente demanda. Pelo mesmo motivo, maior volume de recursos foi destinado à compra de cotas de consórcio de caminhões, com a posição do item no ativo circulante passando de R\$ 2,9 milhões ao final de 2009 para R\$ 11,1 milhões no encerramento de 2010 (crescimento de R\$ 8,3 milhões). Ainda devido ao maior nível de atividade, quando comparados os saldos ao final dos exercícios de 2010 e 2009, foi registrado crescimento de R\$ 3,5 milhões na conta de impostos a recuperar e, com o aumento do rebanho no segmento agropecuário, evolução positiva de R\$ 3,2 milhões em ativos biológicos. Ao mesmo tempo, houve redução de R\$ 43,4 milhões nas contas a receber de clientes que, ao final de 2009, somava R\$ 99,6 milhões ante R\$ 56,2 milhões no encerramento de 2010. A variação se explica pelo fato de que, em 2009, só houve reativação das vendas no final do ano, levando ao crescimento do valor referente às vendas faturadas e ainda não recebidas na posição registrada em 31 de dezembro daquele ano.

No Passivo circulante, verifica-se aumento de R\$ 47,4 milhões em créditos de clientes, conta que passou de R\$ 6,1 milhões em 31/12/2009 para R\$ 53,6 milhões em 31/12/2010. Mais uma vez, a evolução deve-se ao crescimento das atividades operacionais e volume de vendas.

Contas a Receber: Conforme comentado acima, o item referente às contas a receber derivadas das vendas de produtos e serviços atingiu R\$ 56,2 milhões em 2010, com recuo de 43,6% ou de R\$ 43,4 milhões em relação à posição de encerramento do exercício anterior. A variação se explica pelo fato de que, em 2009, só houve reativação das vendas no final do ano, levando ao crescimento do valor referente às vendas faturadas e ainda não recebidas na posição registrada em 31 de dezembro daquele ano.

Estoques: No encerramento de 2010, os estoques da WLM constituídos por caminhões e, principalmente, peças, somava R\$ 45,8 milhões, ante R\$ 20,7 milhões ao final de 2009, devido à necessidade da Companhia de manter maior volume de itens disponíveis para atender à crescente

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

demanda. Na atividade agropecuária, o aumento do rebanho levou ao crescimento do estoque de ativos biológicos de R\$ 6,5 milhões para R\$ 9,6 milhões em 31/12/2010.

Impostos a Recuperar: Conforme já comentado, o crescimento do nível de atividade operacional e crescimento das vendas levou ao aumento de 90,6%, ou R\$ 3,5 milhões, na conta referente a impostos a recuperar entre o encerramento de 2010 e 2009.

Adiantamentos: Não existem adiantamentos concedidos no Ativo da Companhia.

Outras Contas a Receber: Com valores de pouca relevância, os Outros Ativos Circulantes apurados ao final de 2010 eram de R\$ 0,4 milhões, em linha com o valor de R\$ 0,5 milhão registrado no encerramento de 2009.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Contas a Receber por Venda de Ativos: Esta conta não possuía saldos ao final dos exercícios de 2009 e 2010.

Outras Contas a Receber (Ativo Realizável de Longo Prazo): Ao final dos exercícios de 2009 e 2010, a WLM registrava a mesma posição de R\$ 0,3 milhão referente a Contas a receber de partes relacionadas.

Ativo Permanente: Considerando o total dos investimentos, imobilizados e intangíveis registrados no Ativo não circulante, o que inclui propriedades para investimentos e ativos biológicos, o ativo permanente da WLM ao final de 2010 somava R\$ 253,5 milhões, ou 44,6% do Ativo Total da Companhia. O montante representa crescimento de 1,5% em relação aos R\$ 249,9 milhões registrados ao final do exercício de 2009, quando o Ativo Permanente participava com 46,6% do ativo Total da WLM.

O valor total imobilizado era de R\$ 244,3 milhões ao final de 2010, o que representa 96,4% do Ativo Permanente total, incluindo: (i) ativos imobilizados de R\$ 196,8 milhões; (ii) ativos biológicos (do segmento de agronegócio) de R\$ 15,5 milhões; e (iii) as propriedades para investimentos no valor de R\$ 32,0 milhões. Os saldos ao final do exercício de 2009 não eram muito diferentes, com o valor total imobilizado de R\$ 240,6 milhões, ou 96,2% do Ativo Permanente, representado por (i) ativos imobilizados de R\$ 196,4 milhões; (ii) ativos biológicos de R\$ 12,2 milhões; e (iii) propriedades para investimentos de R\$ 32,0 milhões.

Ao final de 2010, os bens intangíveis eram de R\$ 9,0 milhões, formados principalmente por Fundos de Comércio, ante R\$ 9,1 milhões ao final do exercício anterior.

Passivo Circulante

Fornecedores: A posição da conta Fornecedores apurada ao final de 2010 era de R\$ 31,8 milhões, indicando redução de 58,4% em relação ao saldo de R\$ 76,3 milhões apurado no encerramento do exercício anterior. Após um ano com reflexos da crise mundial afetando as vendas da Companhia em 2009, o final daquele ano mostrou reversão da situação com crescimento nas vendas concentrados nos últimos meses. Com isso, as encomendas foram maiores e concentradas nos últimos meses daquele ano, levando ao crescimento da conta na data de 31/12/2009. Em 2010, o nível geral de atividades da Companhia manteve-se fortemente positivo, permitindo melhor distribuir as encomendas aos fornecedores no decorrer do ano, sem a concentração registrada ao final de 2009.

Ao mesmo tempo, a conta referente a Créditos de clientes passou de R\$ 6,1 milhões ao final de 2009 para R\$ 53,6 milhões no encerramento de 2010, com aumento de quase 8 vezes, ou R\$ 47,4 milhões. A evolução evidencia o expressivo crescimento das atividades operacionais no decorrer do exercício de 2010.

Empréstimos e Financiamentos: O saldo da conta de Empréstimos e financiamentos ao final do exercício de 2010 era de zero, uma vez que o saldo da única dívida mantida pela Companhia, representada por um crédito rural contratado pela controlada Fartura Agropecuária S.A. em agosto de 2003 no Banco da Amazônia S.A., foi quitado em agosto de 2010, conforme cronograma estabelecido. Ao final de 2009, o saldo de empréstimos e financiamentos do Passivo Circulante era de R\$ 1,3 milhão, referente ao saldo desta dívida na data.

Salários e contribuições sociais: Ao final de 2009, a posição da conta passiva dos salários a pagar adicionados aos encargos sociais era de R\$ 3,9 milhões. Este saldo representa aumento de 33,8% em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

comparação ao observado em 31 de dezembro de 2009 e decorre da ampliação em 9,5% do quadro funcional. O maior número de funcionários foi motivado pela expansão dos negócios ao longo do ano. A Companhia contava com 861 funcionários no término de 2010 ante 786 no encerramento de 2009.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio:

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 13,5 milhões (dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2009 eram de R\$ 6,3 milhões). Este valor deduzidos os dividendos antecipados de 12,3 milhões e somados ao R\$ 1,0 milhão referente aos dividendos a serem pagos relativos aos exercícios anteriores, atinge os R\$ 2,2 milhões indicados como os dividendos apontados no Passivo do Balanço Patrimonial final de 2010 a serem distribuídos durante 2011.

Outras Contas a Pagar:

Esta conta passiva é constituída, no Balanço Patrimonial, principalmente pela provisão de processos fiscais que a Cia responde perante a SHV GÁS Brasil participações Ltda., conforme anexo 9 do contrato de compra e venda de ações da Supergasbrás Distribuidora de Gás S.A. datado de 07/07/04.

Empresas	2010	2009
Metalúrgica Plus S.A.	144	111
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	326	535
Complementos de Alienação Supergasbrás	2.657	-
Outros	141	106
Total	3.268	752

Passivo Exigível a Longo Prazo

Impostos e Taxas: Ao final dos exercícios de 2010 e de 2009, a Companhia não possuía em seu passivo não circulante qualquer valor referente a parcelamento de impostos e contribuições. Todas as parcelas a pagar foram quitadas no decorrer do exercício de 2009, não tendo sido acumulados novos valores.

Empréstimos e Financiamentos: A Companhia não tem nenhuma obrigação financeira de longo prazo desde a posição de encerramento de 2009. No decorrer de 2010, não foram tomadas novas dívidas.

Provisão para Contingências: Ao final de 2010, o valor provisionado era de R\$ 0,7 milhão, com redução de R\$ 10,8 milhões em relação ao saldo registrado em 31/12/2009 (R\$ 11,5 milhões). No encerramento do exercício de 2009, o valor provisionado era relativo ao passivo contingente da Supergasbras Distribuidora de Gás S.A., vendida pela WLM em 2004, sobre o qual a Companhia respondia solidariamente perante à SHV Gás Brasil Participações Ltda., com 50%. O saldo desta provisão foi revertido com base na opinião de consultores jurídicos, que consideraram possível a perda da causa.

Patrimônio Líquido

Capital Social: O Capital Social registrado ao final do exercício de 2010 era de R\$ 137,4 milhões, com aumento de R\$ 20,0 milhões em relação à posição do final de 2009. A alteração ocorreu em abril de 2010. No exercício de 2009, o Capital Social foi mantido constante em R\$ 117,4 milhões.

Reservas de Reavaliação: Consoante o artigo 4º da Instrução CVM 469, de 2 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei 11.638/07, em bens próprios de suas controladas. A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados. No exercício de 2010, foi realizado o montante de R\$ 0,9 mil. Consequentemente, a conta de Reservas de Reavaliação passou de R\$ 103,8 milhões em 2009 para R\$ 102,9 milhões ao final de 2010.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Dada a convergência para o IFRS, o saldo de R\$ 38,1 milhões representa os ajustes patrimoniais líquidos dos ativos do controlador e das controladas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Reserva Legal: A Companhia constituiu a título de reserva de lucros o valor de R\$ 2.9 milhões (em 2009 esse valor foi de R\$ 1,3 milhão), conforme definido no artigo 193 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia.

Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos: Conforme determina o Estatuto Social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do capital social. Neste exercício foi destinado o total de R\$ 40,6 milhões para as reservas mencionadas acima.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A totalidade de nossa receita bruta de vendas é denominada em reais e provém da venda dos produtos que comercializamos e dos serviços que prestamos, ambos exclusivamente no território nacional. Nos exercícios de 2009 e 2010, pouco mais de 99% de nossa receita operacional líquida foi proveniente do segmento automotivo, sendo o menos de 1% restante resultado do segmento de agropecuária.

É com muita satisfação que verificamos como o vigor de nossas operações levou a WLM a consolidar sua liderança nacional na comercialização de veículos pesados Scania. O dinamismo da atividade econômica interna associado à isenção do IPI para veículos pesados novos e à oferta de financiamento mais acessível das linhas do BNDES proporcionaram condições favoráveis à renovação da frota de caminhões. Tendo esse cenário como pano de fundo, comercializamos em 2010 a maior quantidade de caminhões de toda nossa história: 2.924 unidades, com aumento de 97,6% em relação aos 1.480 vendidos no ano anterior. Foram também comercializados, em 2010, 371 ônibus novos, ante 347 em 2009. O maior número de ônibus vendidos em 2009, apesar da situação econômica geral do País mais desafiadora naquele ano, deve-se à concretização de negócios de grande porte no último trimestre – renovação parcial de frota - que vinham sendo trabalhados por nossa área comercial.

Em 2009, a WLM mantinha sua liderança nacional na comercialização de veículos – tanto caminhões como ônibus – e de peças genuínas da marca Scania. As vendas anuais totalizaram 1.827 veículos, 3,4% abaixo do volume de 2008. O declínio no volume comercializado não foi tão expressivo ao ser considerado a elevada base de comparação: 2008 foi considerado excepcionalmente positivo para o setor, apesar do último trimestre já sentindo os efeitos da crise financeira mundial. As vendas de 2009, de 1.480 caminhões e 347 ônibus, representaram, em unidades, redução de 10,1% na comercialização de caminhões (1.647 em 2008) e crescimento de 41,6% no número de ônibus vendidos (245 em 2008).

Composição da receita bruta			
R\$/Mil	2010	2009	VAR. %
(1) Comércio de Veículos, Peças e Lubrificantes	1.056.437	594.708	77,6%
(2) Prestação de Serviços de Manutenção	35.094	30.856	13,7%
(3) Total Segmento Automotivo (1) + (2)	1.091.531	625.564	74,5%
(4) Segmento Agropecuário	7.006	5.324	31,6%
Total (3) + (4)	1.098.537	630.888	74,1%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A demanda dos produtos que comercializamos recebe forte influência do ambiente econômico e das expectativas do empresariado. O setor de transporte de cargas e, conseqüentemente, a produção e comercialização de caminhões, são diretamente influenciados pelo desempenho dos setores industrial, extrativo mineral e agronegócio, além da forte correlação com o ciclo econômico. A expansão dos diversos setores produtivos da economia brasileira leva ao aumento da procura por caminhões pesados, com maior capacidade de transporte de carga e, conseqüentemente, menor custo operacional em relação aos caminhões leves e médios. Essa tendência é amplificada no caso brasileiro, uma vez que o principal modal de transporte do País é o rodoviário. Nos períodos de desaquecimento da economia, ocorre o movimento inverso.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2010, a economia brasileira apresentou forte expansão do nível de atividade, especialmente durante os primeiros seis meses do ano. Na comparação entre o primeiro semestre de 2010 com o mesmo período de 2009, o crescimento do PIB alcançou 8,8%. De acordo com o IBGE, o PIB registrou alta de 7,5% em relação a 2009 - maior evolução desde 1986. Durante o ano, o dinamismo da demanda interna - embasada por mercado de trabalho aquecido, aumento do rendimento médio e oferta de crédito em condições favoráveis - impulsionou a economia doméstica. O cenário positivo permitiu recordes de vendas anuais e crescimento de 10,3% dos setores comércio e serviços em geral, segundo o Serasa Experian.

As vendas de veículos pesados em 2010, que mantém forte correlação com o nível geral de atividade, refletiram o ritmo ainda aquecido da economia brasileira, principalmente em setores como agronegócios, mineração, construção civil e obras de infraestrutura.

Os indicadores apresentados nas tabelas a seguir demonstram consistente recuperação tanto da produção como da demanda por caminhões e ônibus no ano, resultantes da maior oferta de frete e de cargas transportadas somada à crescente movimentação de passageiros. Além do expressivo crescimento anual, houve a superação dos patamares do ano de 2008 – período no qual os negócios da indústria automotiva e do segmento de veículos pesados foram recordes.

Vendas internas no atacado nacionais e importados (em unidades)	2007	2008	2009	2010	Var. % 2010 X 2009
Caminhões (total geral)	100.812	126.777	114.286	171.040	49,7%
Caminhões pesados (todas as categorias)	29.214	39.488	31.604	54.280	71,8%
Caminhões pesados (total marca Scania)	6.502	8.008	8.324	15.408	85,1%
Ônibus (total geral)	24.295	27.948	23.877	31.154	30,5%
Ônibus (total marca Scania)	1.019	821	770	903	17,3%

Fonte: Anfavea

Também contribuíram para o bom desempenho do segmento: (i) oferta de crédito a taxas subsidiadas, principalmente por intermédio da linha Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES; (ii) isenção do IPI para caminhões durante todo o ano de 2010; (iii) liberação de recursos para a segunda fase do PAC, em junho de 2010, preparação para copa mundial em 2014 e olimpíadas em 2016 que ampliaram obras de infraestrutura, intensificando a demanda por caminhões pesados – tanto a atual como a potencial.

No ano, o desempenho do segmento de ônibus também foi positivamente influenciado pela oferta das linhas de crédito Finame-BNDES; investimentos do PAC na infraestrutura viária; crescimento do turismo rodoviário e prorrogação até 2011 para instituição do decreto das concessões das linhas federais e internacionais, o que criou condições para um planejamento mais detalhado e abrangente de renovação das frotas por parte dos empresários, que seguiam represando investimentos devido à indefinição.

Ao longo de 2009, o desempenho do segmento de veículos pesados refletiu os movimentos observados no cenário econômico brasileiro e foi marcada por dois momentos distintos. Durante o primeiro semestre, o declínio da produção industrial e o recuo significativo das exportações levaram a maior incerteza quanto à movimentação de cargas, o que causou retração nos negócios do setor e impactos negativos na demanda por caminhões de todas as categorias. No final do 1º semestre, o governo lançou uma série de medidas para estimular o nível de atividade econômica, entre elas várias que contribuíram para a redução dos custos de financiamento de veículos pesados. Atualmente, no Brasil cerca de 95% do caminhões são financiados de alguma forma. As medidas de estímulo começaram a surtir efeitos positivos a partir do segundo semestre e intensificaram os benefícios de uma conjuntura econômica mais favorável sobre a demanda de veículos pesados. O reaquecimento da atividade econômica em geral, e principalmente nos setores industriais e do agronegócio, reduziu o grau de incerteza em relação à oferta de frete e ao transporte de cargas e passageiros.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Como pode ser observado nos comentários feitos no item (i) acima, o resultado de nossas operações nos dois últimos exercícios foi influenciado por fatores exógenos como o nível de atividade da economia brasileira, a disponibilidade de crédito e desonerações tributárias, como a isenção do IPI para caminhões novos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada basicamente por alterações no volume de vendas, modificações de preços e, em menor escala, pela introdução de novos modelos Scania de caminhões e ônibus em nosso portfólio. Nos três últimos exercícios sociais não foram verificadas variações expressivas em preços e tampouco ocorreram lançamentos ou introduções de novos produtos no portfólio da Companhia que trouxessem impacto significativo em nossas receitas. Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2009 e 2010 são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas da Companhia.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Inflação: Nosso desempenho financeiro pode ser afetado por variações na taxa de inflação, uma vez que parcela dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e pode sofrer os efeitos de oscilações na inflação. Nossa receita bruta de vendas também pode ser afetada pela inflação, já que, de modo geral, buscamos repassar parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar integralmente eventuais aumento dos custos para nossos clientes no futuro.

Câmbio: A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira, realizando a totalidade de suas atividades em território nacional. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

Taxa de juros: No encerramento do exercício de 2010, não tínhamos qualquer dívida na WLM. Também no exercício de 2009, não tínhamos taxas indexadoras presentes em nosso endividamento. Tampouco nosso "Contas a receber" é afetado por indexadores, já que o prazo médio de recebimento é de 28 dias.

Os efeitos de variações nas taxas de juros influenciam, principalmente, o acesso ao crédito e as condições de financiamento obtidas por nossos clientes com instituições financeiras e o BNDES. Portanto, a Companhia sofre um impacto indireto de eventuais flutuações nas taxas de juros. O impacto será benéfico sempre que as taxas estiverem mais baixas e o crédito mais abundante. Inversamente, será negativo quando houver escassez de crédito e taxa mais elevadas.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Ao longo de 2008, 2009 e 2010, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária nos três últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operação não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) resultou em modificações de práticas contábeis utilizadas para a elaboração das Demonstrações Contábeis da Companhia em 2009. Em 2010, como as Demonstrações Financeiras são apresentadas em IFRS, quando comparadas com as Demonstrações Financeiras de 2009, também em IFRS, não houve impacto.

Balanco Patrimonial

Não houve alteração

Demonstração de resultados

Não houve impacto na Demonstração de Resultados da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças nas Práticas Contábeis adotadas no Brasil, conforme alterações na Lei das Sociedades por Ações, não causaram impacto no patrimônio da Companhia.

As alterações foram na contabilização de receitas, nas transferências de contas do ativo imobilizado para ativos biológicos, e a atualização destes ao valor justo, e transferência de bens (terras), que foram para propriedades para investimento.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de demonstrações financeiras foi realizada seguindo as normas contábeis internacionais – IFRS, de acordo com a lei 11.638/07 e pronunciamentos do CPC.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Demonstrações financeiras consolidadas

Contas a receber de clientes - são registradas pelo valor faturado e, quando cabível, ajustado ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A quase totalidade do Contas a receber da Companhia tem prazo médio em torno de 30 dias.

Estoques – No segmento automotivo, a Companhia não mantém estoque relevante dos produtos que comercializa, como caminhões e ônibus. Apenas peças de reposição são estocadas e estas são avaliadas com base no custo médio de aquisição de mercadorias para revenda, deduzido de provisão para perda, que não excede o valor de mercado - para itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade – ou de realização. No segmento agropecuário estão representados no estoque, ao preço de custo ou produção, ajustados ao valor de mercado, o rebanho bovino em formação, os animais com idade até 36 meses, os destinados à venda, a safra em produção, e o café em grão.

Investimentos - Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com a Instrução CVM nº247/96. Os demais investimentos, basicamente compostos por incentivos fiscais, estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

Ativos intangíveis

São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. A amortização é calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil. Os ativos intangíveis mais relevantes estão relacionados a seguir, e para aqueles com vida útil definida estão indicadas as taxas anuais de amortização:

- Direito de uso de software – 10%
- Marcas e patentes
- Fundo de comércio – R\$ 8.920 milhões (de acordo com a nota 20)

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

10.5 - Políticas contábeis críticas

- a) das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os pareceres de nossos auditores independentes que respaldam nossas demonstrações financeiras dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 não fazem qualquer ressalva ou apontam qualquer deficiência relevante sobre a aplicabilidade de nossos controles internos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os pareceres de nossos auditores independentes que respaldam nossas demonstrações financeiras dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 não fazem qualquer ressalva ou apontam qualquer deficiência relevante sobre a aplicabilidade de nossos controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os pareceres de nossos auditores independentes que respaldam nossas demonstrações financeiras dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 não fazem qualquer ressalva ou apontam qualquer deficiência relevante sobre a aplicabilidade de nossos controles internos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os pareceres de nossos auditores independentes que respaldam nossas demonstrações financeiras dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 não fazem qualquer ressalva ou apontam qualquer deficiência relevante sobre a aplicabilidade de nossos controles internos.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável.

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

As atividades operacionais da WLM não demandam investimentos regulares. Os investimentos são geralmente orientados em virtude das necessidades de crescimento da Companhia em cada região que atua e também voltados ao desenvolvimento de Tecnologia de Informação (TI), como suporte a suas atividades operacionais. Atualmente, não temos investimentos relevantes em andamento e tampouco previstos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para realização de seus investimentos nos três últimos exercícios sociais, a WLM utilizou recursos próprios oriundos da geração operacional de caixa. Ressaltamos que a Companhia conta com caixa líquido e seu endividamento total, considerando curto e longo prazos, era inexistente em 31 de dezembro de 2010.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica. Não houve.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável. Não houve.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável. Não houve.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável. Não há.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável. Não houve.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável. Não houve outros fatores.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A WLM não tem como prática divulgar projeções financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, a Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Descrição da estrutura administrativa, conforme estabelecida no estatuto social e regimento interno, identificando:

(a) atribuição de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, conforme estabelecido em seu Estatuto Social. O Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo três e no máximo de seis membros, pessoas naturais, acionistas, residentes no país, entre eles um Presidente e até três Vice-Presidentes, eleitos pela Assembléia Geral. Atualmente, o Conselho de Administração da WLM é composto por três membros.

A Diretoria, conforme definido em Estatuto, deve ser composta por mínimo de dois e máximo de seis diretores, dentre os quais um Diretor-Presidente, dois com o título de Vice-Presidente, e os demais Diretores sem designação especial, nomeados pelo Conselho de Administração. A um dos membros da Diretoria será atribuída, pelo Conselho de Administração, a função de Diretor de Relações com Investidores (DRI), nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. A atual diretoria da WLM possui dois membros.

Não faz parte da política atual de Administração o estabelecimento de outros órgãos ou comitês.

Conselho de Administração – tem a função de estabelecer a estratégia dos negócios e eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser seu Estatuto Social. É também responsável pela fiscalização da gestão dos diretores, além do exame, a qualquer tempo, dos livros e de outros papéis da Companhia. O Conselho pode solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos. Além disso, o Conselho deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria.

Diretoria – suas atribuições são: (1) praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia; (2) determinar as atribuições específicas de cada um de seus membros, sem prejuízo das atribuições privativas estabelecidas no Estatuto; (3) deliberar sobre a escolha, remoção, demissão de Executivos, Gerentes e outros empregados de alto nível, assim como a fixação de suas atribuições, funções e ordenados; (4) deliberar sobre operações financeiras relativas à obtenção ou concessão de empréstimos pela Companhia; (5) deliberar sobre a constituição de obrigações em nome da Companhia exclusivamente em favor de empresas coligadas ou subsidiárias, por aval, fiança ou garantia de qualquer natureza; e, (6) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social, bem como pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais, pelo Conselho de Administração e por ela própria.

(b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Na Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011 foi instalado o Conselho Fiscal, conforme os artigos 32 e 33 do Estatuto Social. O Conselho Fiscal, que terá as atribuições que a lei lhe confere, será composto de 03 (três) membros efetivos e três suplentes, todos residentes no País, eleitos pela assembleia geral, que lhes fixará a remuneração. Também conforme o Estatuto Social, o Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e somente se instalará nos casos e na forma prevista em lei.

Atualmente a Companhia não conta com comitês estabelecidos, conforme previsto em seu Estatuto Social.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(c) mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há um mecanismo formal de avaliação do Conselho de Administração.

Cabe ao Conselho de Administração avaliar a Diretoria, considerando para tal o desempenho dos negócios e a devida execução das metas e estratégias estabelecidas.

Conforme já descrito, atualmente a Companhia não conta com comitês estabelecidos, não existindo, portanto, mecanismos de avaliação dos mesmos.

(d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente

Dentre outras atribuições: coordenar a diretoria e zelar pela execução do planejamento da Companhia; acompanhar o desempenho dos negócios; convocar e presidir reuniões da Diretoria; informar aos membros do Conselho de Administração sobre o andamento das operações; exercer outras atividades necessárias para o bom desempenho dos negócios e que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Vice Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Dentre outras atribuições: substituir o Diretor Presidente quando de sua ausência ou impedimento; auxiliar o Diretor Presidente na sua gestão; gerir as finanças da Companhia; coordenar os negócios, zelar pelo cumprimento da estratégia e acompanhar os resultados das sociedades controladas e coligadas; representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; prestar informações aos investidores e órgãos reguladores, além de zelar pelo cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante em toda a Companhia, de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Não existem no momento outros membros na diretoria da Companhia.

(e) mecanismos de avaliação de membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Cabe ao Diretor Presidente a avaliação dos demais diretores, de acordo com o desempenho individual face suas funções e metas, ainda que não exista um mecanismo formal para tal avaliação.

Os membros do Conselho de Administração não são avaliados por um mecanismo formal.

A WLM não conta com comitês ou outros órgãos de gestão constituídos.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação

As convocações das assembleias gerais dos acionistas far-se-ão pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente, mediante anúncios publicados na imprensa na forma da lei. A convocação será feita com, pelo menos, quinze dias de antecedência.

Anualmente, em até quatro meses após o encerramento do exercício, é realizada a Assembleia Geral Ordinária, para aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao último exercício, nomear os membros do Conselho de Administração, e outros assuntos que porventura existam no momento.

b) Competências

Compete ao Conselho de Administração:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições.
- fiscalizar a gestão dos Diretores, e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou em cumprimento às determinações legais;
- manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- manifestar-se, previamente, sobre os atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;
- deliberar e autorizar a emissão e colocação de ações ou de outros valores mobiliários;
- deliberar e autorizar a Companhia a adquirir ações de sua própria emissão, desde que até o valor do saldo de lucros e reservas, exceto aquelas cuja utilização é vedada para essa finalidade, para permanência em tesouraria, posterior alienação ou cancelamento, observadas as prescrições legais;
- deliberar sobre abertura e extinção de filiais, agências, escritórios e outras dependências da Companhia, destacando-se parte do capital social para as suas atividades;
- decidir sobre alienações, promessa de venda e oneração, a qualquer título, dos bens do ativo permanente, inclusive de imóveis;
- deliberar sobre a participação da Companhia em outras empresas, como acionista ou quotista;
- escolher e destituir os auditores independentes;
- fixar o voto a ser proferido pela Companhia nas Assembleias Gerais ou reuniões de quotistas de empresas controladas ou coligadas;
- definir as políticas relativas à concessão e obtenção de empréstimos pela Companhia, estabelecendo limites de alçada, parâmetros e sistemática de controle para a operação das mesmas;
- deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- fixar a política de distribuição de dividendos e de pagamento de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, observadas as prescrições legais;
- designar um dos membros da diretoria para o exercício da função de diretor de relações com investidores;
- autorizar a contratação de instituição financeira administradora de ações escriturais; e
- incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, nas divergências entre os acionistas e a

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no Estatuto Social da WLM e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado

c) solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto

Nas assembleias gerais, cada acionista poderá comparecer e participar, deliberando e votando pessoalmente, ou por intermédio de um procurador.

d) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas

O procurador deverá estar constituído há menos de um ano, devendo ser acionista, administrador da Companhia ou advogado ou, ainda, quando atuar nos interesses de instituição financeira, deve possuir presentes os requisitos legais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas	
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	20/04/2011	
		Valor Econômico - SP	20/04/2011	
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	30/03/2011	
		Valor Econômico - SP	30/03/2011	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	13/04/2011	
		Valor Econômico - SP	13/04/2011	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	24/05/2011	
		Valor Econômico - SP	24/05/2011	
	31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	19/04/2010
			Valor Econômico - SP	19/04/2010
Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras		Diario Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	23/03/2010	
		Valor Econômico - SP	23/03/2010	
Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras		Diario Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	14/04/2010	
		Valor Econômico - SP	14/04/2010	
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras		Diario Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	26/05/2010	
		Valor Econômico - SP	26/05/2010	
31/12/2008		Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	21/05/2009
			Jornal do Comercio - RJ	16/04/2009
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	16/03/2009	
		Jornal do Comercio - RJ	16/03/2009	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	14/04/2009	
		Jornal do Comercio - RJ	14/04/2009	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	21/05/2009	
		Jornal do Comercio - RJ	21/05/2009	

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) frequência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á quando necessário, sempre por convocação do Conselheiro Presidente. Não existe, no Estatuto Social da Companhia, determinação de periodicidade das reuniões do Conselho de Administração.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Conforme o item “t”, inserido no capítulo 5, artigo 20 do Estatuto Social da WLM : deve-se recorrer à “prática de ” incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e nas normas editadas pela CVM e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Luiz Fernando Leal Tegon	63	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2011	1 ANO
293.402.848-87	ADMINISTRADOR	12 - Diretor de Relações com Investidores	09/05/2011	Sim
Diretor Vice-Presidente da Companhia e Diretor das empresas controladas.				
MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES	85	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2012	1 ANO
267.362.687-53	EMPRESÁRIA	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/04/2012	Sim
Não exerce				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2012	1 ANO
624.466.307-15	EMPRESÁRIA	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/04/2012	Sim
Não exerce				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR	63	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2012	1 ANO
096.779.256-87	ENGENHEIRO AGRONOMO	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	27/04/2012	Sim
Diretor Presidente do emissor e das empresas controladas				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR	63	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	06/05/2011	1 ANO
096.779.256-87	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	09/05/2011	Sim
Diretor Vice-Presidente do CA				
JORGE MICHEL LEPELTIER	64	Conselho Fiscal	27/04/2012	1 ANO
070.190.688-04	ECONOMISTA E BACHAREL EM CIENCIAS CONTÁBEIS	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	27/04/2012	Não
NÃO EXERCE				
MASSAO FÁBIO OYA	30	Conselho Fiscal	27/04/2012	1 ANO
297.396.878-06	CONTADOR	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	27/04/2012	Não
NÃO EXERCE				
VITOR ROGÉRIO DA COSTA	68	Conselho Fiscal	27/04/2012	1 ANO
012.622.707-15	ADVOGADO	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim
NÃO EXERCE				
GUILHERME FARIA DE OLIVEIRA ROXO	33	Conselho Fiscal	27/04/2012	1 ANO
081.929.097-19	ADVOGADO	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim
NÃO EXERCE				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
JORGE EDUARDO GOUVEIA VIEIRA	44	Conselho Fiscal	27/04/2012	1 ANO
962.732.757-34	ADVOGADO	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim
NÃO EXERCE				
ALEXANDRE HERLIN	37	Conselho Fiscal	27/04/2012	1 ANO
023.588.797-89	ADVOGADO	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim
NÃO EXERCE				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Luiz Fernando Leal Tegen - 293.402.848-87				
Ingressou na Companhia em 1981 e, em 1983 passou a ocupar a diretoria operacional das empresas do segmento automotivo. Desde 1997 exerce o cargo de Diretor das empresas controladas. Não exerce ou exerceu anteriormente outros cargos de administração em outras companhias abertas no Brasil.				
MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES - 267.362.687-53				
Presidente do Conselho de Administração da WLM, desde 01 de setembro de 1981. Ocupou o cargo de Presidente da Superdata S.A. Processamento de Dados, de 1974 a 1985. Não exerce ou exerceu anteriormente outros cargos de administração em outras companhias abertas no Brasil.				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES - 624.466.307-15				
Vice-Presidente do Conselho de Administração da WLM. Ocupou a diretoria de diversas empresas controladas, desde 30 de abril de 1990. Não exerce ou exerceu anteriormente outros cargos de administração em companhias abertas no Brasil.				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR - 096.779.256-87				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR - 096.779.256-87				
Vice-Presidente do Conselho de Administração, reeleito em 30 de abril de 2010 para um mandato de mais um ano, e Diretor Presidente da WLM. Desde 14 de março de 1978 é Conselheiro Vice-Presidente e Diretor Presidente da WLM e demais empresas controladas. Engenheiro agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia, em 1969. Não ocupa atualmente e nem ocupou anteriormente outros cargos de administração em outras companhias abertas no Brasil.				
JORGE MICHEL LEPELTIER - 070.190.688-04				
Graduado em Economia e Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com curso de Gerenciamento Ambiental pela ESALQ – Escola de Ensino Superior Luiz de Queiroz em Piracicaba. Especializou-se em Mercado de Capitais e Finanças e Planejamento Estratégico pela New York University. Com uma carreira que ultrapassa 40 anos, adquiriu experiência nas áreas de compras, vendas, fusões e incorporações de empresas de grande porte, em complemento com as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria e a de controles internos e governança corporativa, mercê de suas experiências profissionais junto a empresas da linha branca e ao Grupo Whirlpool (USA), no qual trabalhou de maio de 1978 até agosto de 1993, sendo inicialmente designado Tesoureiro e após 2 anos guindado a posição de CFO e Diretor de Relações com Investidores do grupo Brasmotor, reportando-se a Presidência. Anteriormente atuou por 12 anos na Price Waterhouse Auditores Independentes como Auditor e Consultor, tendo alcançado a posição de Sênior Manager, possuindo a coordenação de trabalhos na área bancária, industrial, comercial, etc. Presentemente, é consultor autônomo e presta serviços nas áreas administrativa, financeira, societária e auditoria, desde longa data. Atua em Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselheiro e membro de Comitês de Auditoria de diversas empresas.				
MASSAO FÁBIO OYA - 297.396.878-06				

Contador com especialização – MBA em Gestão Financeira e Controladoria. Atualmente é consultor autônomo prestando serviços nas áreas administrativa, financeira, societária, e auditoria. Atua em Conselhos Fiscais, tendo sido Conselheiro Fiscal das seguintes empresas: Companhia Paranaense de Energia – COPEL (05/2010 a 04/2011), Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul (Titular de 02/2011 a 05/2011 e Suplente de 05/2010 a 01/2011) e é conselheiro presentemente da: Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar (de 05/2011 a atual), Pettenati Indústria Têxtil S.A.(de 11/2010 a atual), e Wetzel S.A. (de 05/2011 a atual).

VITOR ROGÉRIO DA COSTA - 012.622.707-15

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1966). Master of Laws – Universidade da Califórnia – Berkeley (1970). Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (Seções do Rio de Janeiro e São Paulo). É membro da International Fiscal Association, da Associação Brasileira de Direito Financeiro, foi membro da Comissão de Estudos do Mercado Acionário da CVM e membro do Conselho Consultivo do Museu Histórico Nacional. Recebeu a Ordem de Comendador do Rio Branco. Trabalhou no Escritório de Advocacia José Thomaz Nabuco (1966 a 1975) e no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira (1966 a 2009). Sócio do Escritório Vitor Costa Advogados desde 2009. Atua em Direito Societário, Direito de Empresa, Direito Tributário, Mercado de Capitais, Capitais Estrangeiros e Banco Central.

GUILHERME FARIA DE OLIVEIRA ROXO - 081.929.097-19

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1999). Pós graduado em Direito da Economia e da Empresa - Fundação Getúlio Vargas (2003). Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Rio de Janeiro). Trabalhou no escritório americano Greenberg Traurig LLP (2000), no Veirano e Advogados Associados (2001 a 2004), no Xavier, Bernardes e Bragança Sociedade de Advogados(2004 a 2005) e no escritório Campos Mello, Pontes, Vinci & Schiller (2007 a 2009). Sócio do Escritório Vitor Costa Advogados desde 2009. Atua em Direito Societário, Direito de Empresa e Contratos, Petróleo e Gás,Regulatório, Capitais Estrangeiros e Banco Central.

JORGE EDUARDO GOUVEIA VIEIRA - 962.732.757-34

: Bacharel em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1993, com Especialização em Direito Empresarial. Ingressou no GVA em janeiro de 1986. Conselheiro do Primeiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, 1996 a 1998. Foreign Intern no Escritório Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom, Nova Iorque, set. 1995 / jun. 1996. Membro da Comissão Especial de Advocacia Corporativa do Conselho Federal da AOB e Coordenador da Área Empresarial

ALEXANDRE HERLIN - 023.588.797-89

: Ingressou no GVA em fevereiro de 1998. Professor de Direito Tributário do Curso de LLM em Direito Corporativo do IBMEC Business School, desde 2009. Membro da Associação Brasileira de Direito Financeiro - ABDF. Membro da Internacional Fiscal Association - IFA. Membro do Sub-Comitê Tributário do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA. Pós-graduação, Especialização em Direito Tributário, Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, 2003. Pós-graduação, MBA Executivo em Direito Empresarial, Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais, 2001. Bacharel em Direito, Universidade Santa Úrsula, 1998.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, uma vez que não contamos em nossa estrutura com comitês, sejam eles estatutários ou não. Nossa administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios de forma que, até o momento, não houve necessidade de constituição de comitês, mesmo que informais. Os assuntos relevantes são sempre discutidos em conjunto entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Cargo**Administrador do emissor ou controlada**

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR 096.779.256-87 WLM INDUSTRIA E COMERCIO S.A 33.228.024/0001-51 Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração do emissor e Presidente das Empresas Controladas

Pessoa relacionada

MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES 267.362.687-53 WLM INDUSTRIA E COMERCIO S.A 33.228.024/0001-51
Presidente do Conselho de Administração

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR 096.779.256-87 WLM INDUSTRIA E COMERCIO S.A 33.228.024/0001-51 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração do emissor e Presidente das Empresas Controladas

Pessoa relacionada

MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES 624.466.307-15 WLM INDUSTRIA E COMERCIO S.A 33.228.024/0001-51
Vice Presidente do Conselho de Administração

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não há relações dessa natureza.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não há relações dessa natureza.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não há relações dessa natureza.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não aplicável, a Companhia não possui seguros que prevejam o pagamento de perdas por decisões da administração.

12.12 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que consideramos relevantes a respeito do assunto a serem apresentadas.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia para os seus administradores, incluindo o Conselho de Administração, tem por objetivo compensar adequadamente a competência e a responsabilidade desses profissionais.

Na assembléia Geral Ordinária realizada em 29/04/2011, foi instalado o Conselho Fiscal na Companhia para o exercício social de 2011.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Conselho de Administração é feita por meio de pagamento de pró-labore mensal fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada anualmente. Com relação à Diretoria Executiva, o Diretor Presidente e o Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores têm suas remunerações com pagamento mensal fixo, adicionado de pagamento de bônus anual, de acordo com o desempenho da Companhia, medido por seus indicadores anuais e a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, aprovada na AGO de 29/04/2011, consoante os limites mínimos previstos na legislação pertinente.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em 2008, 2009 e 2010, o Conselho de Administração teve 100% de sua remuneração, proveniente do pró-labore mensal. No mesmo período, as proporções referentes à remuneração da Diretoria Executiva foram de 78% fixo e 22% variável; 76% fixo e 24% variável; e 77% fixo e 23% variável, respectivamente.

A remuneração do Conselho Fiscal para 2011, consoante os limites mínimos previstos na legislação pertinente.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As remunerações pagas pela Companhia a seus administradores são aferidas periodicamente, para avaliar a necessidade de ajustes em sua composição.

O cálculo do reajuste é feito de acordo com os índices inflacionários e considerando a média de remuneração do mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração é fixada anualmente na Assembleia Geral Ordinária, com pagamentos em parcelas mensais. A da Diretoria Executiva é baseada na comprovada capacidade técnica e analítica para melhor condução dos negócios com alinhamento de interesses entre acionistas e gestores e do Conselho Fiscal, a partir de 2011, consoante os limites mínimos previstos na legislação pertinente.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os valores de remuneração pagos aos administradores são avaliados anualmente. Para o Conselho de Administração, por intermédio da projeção de resultados, para a Diretoria Estatutária, por meio de indicadores do desempenho que compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras e o Conselho Fiscal, a partir de 2011, conforme acima descrito.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A estrutura de remuneração está atrelada aos resultados da Companhia, ao alcance de metas e ao desempenho econômico e financeiro em cada período analisado. Parcela da remuneração da diretoria é paga em função dos resultados e do cumprimento de metas, na forma de bonificação anual.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os interesses da Companhia estão alinhados com a política de remuneração, cursos e treinamentos praticados de forma a manter em seus quadros, profissionais de comprovada capacidade técnica.

f) existência de remuneração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração da Diretoria Executiva é suportada pela controlada Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a algum evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.729.362,54	3.104.295,53	281.391,60	8.115.049,67
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.314.912,06	0,00	1.314.912,06
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.729.362,54	4.419.207,59	281.391,60	9.429.961,73

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.729.377,66	3.364.456,54		8.093.834,20
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	990.833,85		990.833,85
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	4.729.377,66	4.355.290,39		9.084.668,05

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.727.124,00	3.210.155,66		7.937.279,66
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	951.957,83		951.957,83
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	4.727.124,00	4.162.113,49		8.889.237,49

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2008 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.519.827,23	3.051.285,50		7.571.112,73
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	799.888,08		799.888,08
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	4.519.827,23	3.851.173,58		8.371.000,81

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Ver tabela do item 13.2.

a) Órgão:

b) Número de membros:

c) em relação ao bônus:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Na Diretoria Executiva, caso a meta estabelecida seja alcançada, o bônus poderá atingir até 6 salários.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Conforme item anterior.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:

EXERCÍCIO 2010			
Órgão	Nº membros	Remuneração Variável	Total
		Bônus - R\$/MIL	
Diretoria	2	991	4.355
Conselho	3	000	4.729
Total		991	9.084

EXERCÍCIO 2009			
Órgão	Nº membros	Remuneração Variável	Total
		Bônus - R\$/MIL	
Diretoria	2	952	4.162
Conselho	3	000	4.727
Total		952	8.889

EXERCÍCIO 2008			
Órgão	Nº membros	Remuneração Variável	Total
		Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	800	3.851
Conselho	3	000	4.520
Total		800	8.371

d) em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a) Termos e condições gerais

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

b) Principais objetivos do plano

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

k) forma de liquidação

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

l) restrições à transferência das ações

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável pois não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Os membros do Conselho de Administração detêm, em conjunto, 6.892 ações ordinárias e 7.366 ações preferenciais do capital da Companhia na data de 31 de dezembro de 2010.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois não há remuneração baseada em ações.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

Não aplicável.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência à administração

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Órgão: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Exercícios: 2010, 2009 e 2008 - Nº de Membros: 3

Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)

Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)

Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)

Órgão: DIRETORIA ESTATUTÁRIA - Exercícios: 2009, 2008 e 2007 - Nº de Membros: 2

Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)

Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)

Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)

(*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, em virtude de feito judicial em curso, pendente de julgamento final.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, pois a Companhia não mantém arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Ver tabela do item 13.2.

a) Órgão:

b) Número de membros:

c) em relação ao bônus:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Na Diretoria Executiva, caso a meta estabelecida seja alcançada, o bônus poderá atingir até 6 salários.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Conforme item anterior.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:

EXERCÍCIO 2010			
Órgão	Nº membros	Remuneração Variável	Total
		Bônus - R\$/MIL	
Diretoria	2	991	4.355
Conselho	3	000	4.729
Total		991	9.084

EXERCÍCIO 2009			
Órgão	Nº membros	Remuneração Variável	Total
		Bônus - R\$/MIL	
Diretoria	2	952	4.162
Conselho	3	000	4.727
Total		952	8.889

EXERCÍCIO 2008			
Órgão	Nº membros	Remuneração Variável	Total
		Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	800	3.851
Conselho	3	000	4.520
Total		800	8.371

d) em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, pois não foi paga qualquer remuneração adicional aos administradores que não pelas funções que ocupem.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Remuneração - 2010				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	1.244	363	1.607
Total		1.244	363	1.607

Remuneração - 2009				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	1.135	349	1.484
Total		1.135	349	1.484

Remuneração - 2008				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	1.112	299	1.411
Total		1.112	299	1.411

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) Empregados: Número de empregados (total por empresa)

2010	Número de empregados
 Holding	036
 Segmento Scania – sub total	695
Equipo	109
Quinta Roda	147
Itaipu	313
Itaipu Norte	126
 Segmento Agropecuária – sub total	129
Fatura Agropecuária	059
São Sebastião do Araguaia	025
Itapura	045
 Superágua	001
 Total Geral	 861

2009	Número de empregados
 Holding	036
 Segmento Scania – sub total	624
Equipo	109
Quinta Roda	133
Itaipu	260
Itaipu Norte	122
 Segmento Agropecuária – sub total	125
Fatura Agropecuária	058
São Sebastião do Araguaia	027
Itapura	040
 Superágua	001
 Total Geral	 786

2008	Número de empregados
 Holding	037
 Segmento Scania – sub total	802
Equipo	108
Quinta Roda	142
Itaipu	443
Itaipu Norte	109
 Segmento Agropecuária – sub total	127
Fatura Agropecuária	057
São Sebastião do Araguaia	030
Itapura	040
 Superágua	001
 Total Geral	 967

b) Terceirizados

A WLM possui funcionários terceirizados alocados nas suas controladas do segmento automotivo, conforme tabelas abaixo.

2010	Número de terceirizados Área Técnica/Oficina	Localização Geográfica
Equipo	12	RJ
Quinta Roda	52	SP
Itaipu	85	MG
Itaipu Norte	20	PA
 Total Geral	 169	

14.1 - Descrição dos recursos humanos

2009	Número de terceirizados Área Técnica/Oficina	Localização Geográfica
Equipo	011	RJ
Quinta Roda	048	SP
Itaipu	090	MG
Itaipu Norte	009	PA
Total Geral	158	

2008	Número de terceirizados Área Técnica/Oficina	Localização Geográfica
Equipo	011	RJ
Quinta Roda	036	SP
Itaipu	090	MG
Itaipu Norte	009	PA
Total Geral	146	

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade de pessoal (*turn over*) para os anos de 2008, 2009 e 2010 estão detalhadas para cada uma das empresas controladora e controladas, conforme quadro abaixo:

Empresa	2008	2009	2010
holding	1,34%	1,13%	10,89%
Fatura	1,44%	1,43%	8,58%
Itapura	8,33%	17,61%	11,40%
São Sebastião	2,56%	2,10%	19,40%
Superágua	0	0	0
Quinta Roda	23,81%	10,00%	20,63%
Equipo	14,96%	11,52%	11,22%
Itaipu	33,79%	23,19%	33,33%
Itaipu Norte	4,93%	4,97%	55,23%

d) exposição a passivos e contingências trabalhistas**Ano 2008**

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 8 processos judiciais de natureza trabalhista resultantes de supostos débitos referentes a verbas rescisórias, horas extras, adicional noturno, adicionais de periculosidade e insalubridade, todos com os reflexos decorrentes, indenizações por danos derivados de acidentes de trabalho. Além desses, há processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas, em menor proporção.

Em 31 de dezembro de 2008, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a WLM somavam, aproximadamente, R\$ 200 mil. Nesta data, a Companhia mantinha provisão para questões relativas às suas pendências judiciais.

Empresa	2008
WLM Indústria e Comércio S.A.	Não houve processo
Fatura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	Não houve processo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	1 processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	3 processos
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	4 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Ano 2009

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 15 processos judiciais de natureza trabalhista, resultantes de supostos débitos referentes a verbas rescisórias, horas extras, adicional noturno, adicionais de periculosidade e insalubridade, todos com os reflexos decorrentes, indenizações por danos derivados de acidentes de trabalho. Além desses, há processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas, em menor proporção.

Em 31 de dezembro de 2009, os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a WLM somavam, aproximadamente, R\$ 858 mil. Nesta data, a Companhia mantinha provisão para questões relativas às suas pendências judiciais.

Empresa	2009
WLM Indústria e Comércio S.A.	Não houve processo
Fatura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	Não houve processo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Não houve processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	3 processos
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	11 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	1 processo

Ano 2010

No ano de 2010 foram ajuizados 11 processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo a WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas por ela controladas, conforme quadro demonstrativo abaixo, totalizando o montante aproximado de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Tais processos são resultantes de supostos débitos referentes a verbas rescisórias, horas extras, adicional noturno, adicionais de periculosidade e insalubridade, comissões, todos com os reflexos decorrentes, além de indenizações por danos derivados de acidentes de trabalho.

Além desses, há processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas, em menor proporção.

Empresa	2010
WLM Indústria e Comércio S.A.	Não houve processo
Fatura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	1 processo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	1 processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	1 processo
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	6 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	2 processos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Devido ao maior volume de vendas de veículos pesados e à expansão de serviços ligados aos veículos comercializados pela Companhia, houve aumento no número de empregados em 2010. No entanto, em 2008 e primeiro semestre de 2009, houve um movimento inverso, de retração no mercado de veículos pesados – em termos de vendas de produtos e serviços – que levou à diminuição do número de funcionários entre os anos de 2008 e 2009.

Com a recuperação do nível de atividades a partir do segundo semestre de 2009, observa-se um aumento do número de terceirizados ao final de 2010 e 2009 ante 2008.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Políticas de remuneração dos empregados da Empresa

A WLM tem como política de remuneração fixa, praticar salários compatíveis com a média de mercado. Concede aumentos salariais de acordo com o desempenho e nível de engajamento dos seus empregados. Adota remuneração variável apenas para os funcionários que exerçam funções na área de vendas das suas concessionárias. Nas controladas do segmento automotivo, a WLM possui plano de cargos e salários baseado na meritocracia.

b) Política de benefícios

Com relação aos benefícios, são concedidos:

Seguro de Vida - Para todos os empregados da *holding* e das controladas Fatura (matriz), Superágua, Quinta Roda, Equipo e Itaipu e Itaipu Norte, com valores diferenciados de cobertura, variando de acordo com a faixa salarial. Não aplicável nas controladas: Fatura (filial Fazenda), São Sebastião e Itapura.

Assistência médica - Para todos os empregados, com diferentes padrões de cobertura, variando de acordo com a opção do funcionário. O benefício não é concedido aos empregados das controladas Fatura (filial), São Sebastião e Itapura.

Assistência Odontológica – Somente para os empregados das controladas Quinta Roda, Equipo, Itaipu e Itaipu Norte, com o mesmo padrão de cobertura.

Vale-refeição / Alimentação - Para todos os empregados, exceto aqueles da controlada Itapura, sendo descontado um valor de contribuição de acordo com a faixa salarial.

Vale transporte – Concedido para todos os empregados cujos cargos justificam a utilização de transporte público.

Estacionamento – o pátio interno existente nas controladas do segmento automotivo é utilizado pelos empregados dessas empresas, sem qualquer tipo de cobrança.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. **Grupos de beneficiários:**
- ii. **Condições para exercício:**
- iii. **Preços de exercício:**
- iv. **Prazos de exercício:**
- v. **Quantidade de ações comprometidas pelo plano:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Como comentado no item 7 deste Formulário de Referência, a região de atuação da WLM abrange 4 estados e 2 segmentos operacionais. As informações das várias controladas estão detalhadas a seguir:

WLM Industria e Comercio e Fartura Matriz: São representadas pelo sindicato dos comerciários do Estado do Rio de Janeiro. A última convenção foi celebrada em maio de 2010, vigente no período de 12 meses, com aumento de 6% a partir de 1º de maio de 2010. O dissídio de 2011 ainda não foi homologado.

Empresas controladas Fartura e São Sebastião no estado do Pará: A maioria dos empregados é representada pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Santana do Araguaia. A última convenção celebrada foi em 05 de maio de 2011, vigente no período de 12 meses, com aumento de 10% a partir de 1º de maio de 2011.

Empresa controlada Itapura no estado de São Paulo: A maioria dos empregados é representada pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Araras. A última convenção celebrada foi em maio de 2011, vigente no período de 12 meses, com aumento de 10% em 1º de maio de 2011.

Empresa controlada Itapura no estado de Minas Gerais: A maioria dos empregados é representada pelo sindicato dos trabalhadores rurais de São Sebastião do Paraíso. A última convenção celebrada foi em maio de 2011, vigente no período de 12 meses, com aumento de 10% em 1º de maio de 2011.

Empresa controlada Superágua no estado de Minas Gerais: É representada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Águas Minerais de Caxambu. A última convenção celebrada foi em novembro de 2010, vigente no período de 12 meses, com aumento de 8%.

Empresa controlada Quinta Roda no estado de São Paulo: A maioria dos empregados é representada pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo. Em regra, a Federação negocia com o Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de São Paulo (Patronal). A última convenção foi celebrada em 1º de outubro de 2010, vigente no período de 12 meses, com aumento de 7,5% a partir 1º de outubro de 2010.

Empresa controlada Equipo no estado do Rio de Janeiro: A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Rio de Janeiro. A última convenção foi celebrada em 1º de maio de 2011, vigente no período de 12 meses, com aumento de 7%, a partir de 1º de maio de 2011, em fase de homologação.

Empresa controlada Itaipu no estado de Minas Gerais: A maioria dos empregados é representada pelo SINDICON-MG, Sindicato dos Empregados e Vendedores em Concessionárias de Veículos, Distribuidora de Veículos e Congêneres no Estado de Minas Gerais. A última convenção foi celebrada em 1º de março de 2010, vigente no período de 12 meses, com aumento de 6,5%, em 1º de março de 2010.

Empresa controlada Itaipu Norte nos estados do Pará e Amapá: A maioria dos empregados é representada pelo SINCODIV - Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos e Máquinas nos estados do Pará e Amapá. A última convenção foi celebrada em 1º de maio de 2009, vigente no período de 12 meses, com aumento de 6%, em 1º de maio de 2009.

Ao longo do tempo, a Companhia tem mantido um bom relacionamento com os empregados e os respectivos sindicatos das categorias, refletindo inexistência de paralisações entre os anos de 2008 a 2010.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES						
267.362.687-53	BRASILEIRA-MG	Não	Sim			
	0	0,000000%	500	0,012599%	500	0,006865%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR						
096.779.256-87	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim			
	101	0,003047%	75	0,001890%	176	0,002417%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
VICTOIRE BRASIL INVESTIMENTOS ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.						
06.109.681/0001-07	Brasileira-SP	Não	Não	18/02/2011		
	0	0,000000%	198.600	5,004170%	198.600	2,726923%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
WILSON LEMOS DE MORAES						
012.390.907-49	BRASILEIRA-MG	Não	Sim			
	615	0,018556%	615	0,015496%	1.230	0,016889%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A						
30.458.020/0001-71	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim	27/04/2007		
	3.109.150	93,811742%	2.839.524	71,548143%	5.948.674	81,679636%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES						
624.466.307-15	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim			
6.791	0,204903%	6.791	0,171114%	13.582	0,186491%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
JOÃO FLAVIO TEIXEIRA LEMOS DE MORAES						
303.996.967-68	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim			
2.921	0,088135%	0	0,000000%	2.921	0,040107%	
OUTROS						
194.666	5,873617%	922.585	23,246588%	1.117.251	15,340672%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
TOTAL						
3.314.244	100,000000%	3.968.690	100,000000%	7.282.934	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A				30.458.020/0001-71	
JOÃO FLAVIO TEIXEIRA LEMOS DE MORAES					
303.996.967-68	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim		
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARIA DE LOURDES TEIXIRA DE MORAES					
267.362.687-53	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim		
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES					
624.466.307-15	BRASILEIRA-MG	Não	Sim		
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	2.000.000.000	100,000000	0	0,000000	2.000.000.000
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A				30.458.020/0001-71	
WILSON LEMOS DE MORAES					
012.390.907-49	BRASILEIRA-MG	Não	Sim		
1.999.999.976	99,999996	0	0,000000	1.999.999.976	99,999996
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR					
096.779.256-87	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim		
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia / Data da última alteração	29/04/2011
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3.486
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	66
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	14

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	194.666	5,873000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	1.121.185	28,251000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	1.315.851	18,068000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Tendo em vista que a referida informação já foi disponibilizada no item 8.1 (a), a Companhia não inseriu o organograma nesse item.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**a) partes**

Relativo aos exercícios sociais de 2010, 2009 e 2008, não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

b) data de celebração

Não se aplica. Relativo aos exercícios sociais de 2010, 2009 e 2008 não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

c) prazo de vigência

Não aplicável. Relativo aos exercícios sociais de 2010, 2009 e 2008 não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

d) exercício do direito de voto, do poder de controle e restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração

Não aplicável. Não há.

e) indicação de Administradores

Não aplicável. Não há.

f) transferência de ações e preferência para adquiri-las

Não aplicável. Não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos 3 últimos anos não houve alterações, apesar da Companhia possuir grupo de controle e seus administradores deterem participação acionária.

15.7 - Outras informações relevantes

Não há.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nos termos da legislação societária, as operações entre as sociedades controladas, controladoras e/ou coligadas devem observar condições estritamente comutativas e/ou ter pagamento compensatório adequado. As operações e negócios com partes relacionadas à WLM são sempre realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes. De acordo com o artigo 25 do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a constituição de obrigações em nome da Companhia, exclusivamente em favor de empresas coligadas ou subsidiárias, por aval, fiança ou garantia de qualquer natureza. As reuniões do Conselho de Administração realizadas para a tomada destas e outras decisões de investimento são instaladas com a presença da maioria de seus membros e as deliberações são tidas como válidas se aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Por força das operações comerciais para o desenvolvimento das atividades de comercialização de veículos e peças Scania, bem como produção e comercialização de produtos agropecuários, a Companhia mantém relações de mútuo com suas controladas e coligadas, com incidência de encargos financeiros, na sua grande maioria, com base na variação da taxa Selic. As operações financeiras das controladas da WLM são avalizadas ou afiançadas na proporção da participação da Companhia no capital social de tais empresas, à exceção de determinados casos específicos em que a Companhia concede garantia em favor de seus parceiros.

De acordo com o BR GAAP, a WLM utiliza o método de consolidação proporcional para consolidar os resultados de suas subsidiárias de cujo capital participem terceiros.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	31/12/2009	40.448,00	62,00	Não auferido.	Indeterminado.	SIM	10,130000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedencia mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	31/12/2009	34.557,00	53,00	Não auferido.	Indeterminado	SIM	10,130000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedencia mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	31/12/2009	42.470,00	63,00	Não auferido.	Não há garantias	SIM	10,130000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedencia mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A	31/12/2009	2.418.651,00	1.292.734,00	Não auferido.	Indeterminado	SIM	10,130000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
FARTURA AGROPECUÁRIA S.A	31/12/2009	6.819.444,00	6.785.678,00	Não auferido.	Indeterminado	SIM	10,130000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	31/12/2009	3.894.836,00	-1.340.920,00	Não auferido.	Indeterminado	SIM	10,130000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	31/12/2009	2.584.866,00	419.785,00	Não auferido.	Indeterminado	SIM	10,130000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
SUMASA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	31/12/2009	26.450,00	0,00	Não auferido.	Indeterminado	SIM	10,130000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
PLENOGAS DISTRIBUIDORA DE GAS S.A	31/12/2009	0,00	-1.127.772,00	Não auferido.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
MUTALUGICA PLUS S.A	31/12/2009	205.000,00	301.700,00	Não auferido.	Prazo Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	31/12/2008	1.050.128,00	32864,00	Não auferido.	Prazo Indeterminado	SIM	12,450000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MUTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	31/12/2008	10.327.103,00	28129,00	Não auferido.	Prazo Indeterminado.	SIM	12,450000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MUTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	31/12/2008	2.700.233,00	-34608,00	Não auferido.	Prazo Indeterminado	SIM	12,450000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MUTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A	31/12/2008	1.875.160,00	535946,00	Não auferido.	Prazo Indeterminado	SIM	12,450000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
FARTURA AGROPECUÁRIA S.A	31/12/2008	6.176.320,00	4578418,00	Não auferido.	Prazo Indeterminado.	SIM	12,450000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	31/12/2008	2.083.540,00	604695,00	Não auferido	Prazo Indeterminado.	SIM	12,450000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	31/12/2008	3.963.057,00	-553608,00	Não auferido.	Prazo Indeterminado.	SIM	12,450000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA	31/12/2008	3.659,00	24164,00	Não auferido.	Prazo Indeterminado.	SIM	12,450000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
PLENOGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A	31/12/2008	0,00	-1127772,00	Não auferido.	Prazo Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Indeterminado						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
METALURGICA PLUS S.A	31/12/2008	51.700,00	96700,00	Não auferido.	Prazo Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	MUTUO						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	31/12/2010	106,03	00	Não Auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	31/12/2010	90,57	00	Não Auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	31/12/2010	107,74	00	Não auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
SUPERAGUA EMPRESA DE AGUAS MINERAIS S.A	31/12/2010	1.931.551,45	00		Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MUTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
FARTURA AGROPECUÁRIA S.A	31/12/2010	11.309.996,45	2.439.323,54	Não auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MUTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
ITAPURA AGROPECUARIA LTDA	31/12/2010	895.433,00	557.874,75	Não auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MUTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	31/12/2010	428.494,25	00	Não auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
PLENOGÁS DISTRIBUIDORA DE GAS S.A	31/12/2010	0,00	-1127.772,23	Não auferido	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
METALURGICA PLUS S.A	31/12/2010	0,00	301.700,00	Não Auferido	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	MUTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O Conselho de Administração autoriza previamente a concessão, pela WLM, de empréstimo, financiamento ou garantia real ou fidejussória em favor de suas sociedades controladas ou de terceiros.

Assim, todas as operações da WLM, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da WLM está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos, o respectivo membro abstém-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas em mercado àquela época. As operações e negócios com as partes relacionadas seguem os padrões comuns para as atividades de mesma natureza, portanto, não ocasionam qualquer benefício ou prejuízo para a WLM ou quaisquer outras partes. Os mútuos da WLM com suas controladas e coligadas, que representam o grande volume nas operações descritas em 16.2 supra, se deram em razão de operações mantidas por intermédio destas empresas para o desenvolvimento das atividades de comercialização de veículos e peças Scania e também, produção e comercialização de produtos agropecuários. Em referidos mútuos, há a incidência de encargos financeiros, na sua grande maioria, com base na variação da taxa Selic,

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
06/04/2011	177.375.435,61		3.314.244	3.968.690	7.282.934
Tipo de capital	Capital Integralizado				
18/04/2010	137.375.435,61		3.314.244	3.968.690	7.282.934
Tipo de capital	Capital Autorizado				
23/06/2004	300.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/10/2008	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	28/10/2008	25.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

16/04/2010	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	16/04/2010	20.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

06/04/2011	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	06/04/2011	40.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Houve desdobramentos, grupamentos e bonificações nos anos de 2010, 2009 e 2008.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, visto que não houve redução do capital social da WLM nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

Em **06 de abril de 2011**, por deliberação dos membros do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado que é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), mediante a capitalização de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), correspondente a parte da conta de reserva de investimentos, integrante da reserva estatutária do grupo reserva de lucros, sem emissão de novas ações, passando o capital social **de R\$ 137.375.435,61** (cento e trinta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) **para R\$ 177.375.435,61** (cento e setenta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 7.282.934 (sete milhões, duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro) ações, sem valor nominal, sendo 3.314.244 (três milhões, trezentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e quatro) ações ordinárias escriturais e 3.968.690 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa) ações preferenciais escriturais.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da WLM, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ditas ações, tais como juros sobre capital próprio, na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia distribuirá anualmente como dividendo obrigatório vinte e cinco por cento do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da WLM, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. As ações preferenciais de emissão da WLM gozam de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, caso a Companhia venha a ser liquidada. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembléia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes adicionais.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei 6.404/76, e o estatuto social da WLM, é conferido aos titulares de ações de emissão da WLM direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições às ditas ações, tais como juros sobre capital próprio, na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 38 do seu Estatuto Social, a WLM distribuirá anualmente como dividendo obrigatório vinte e cinco por cento do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Nos termos do § 4º, art.5. do Estatuto Social, é prevista garantia de dividendo por ação preferencial, pelo menos, dez por cento superior ao dividendo atribuído a cada ação ordinária.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não

18.1 - Direitos das ações

Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da WLM, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>As ações preferenciais de emissão da WLM gozam de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, caso a Companhia venha a ser liquidada.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Não há. Não se aplica.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes adicionais.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há previsão de regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública. Não há quaisquer condições suspensivas ou resolutivas no Estatuto Social da Companhia.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da WLM não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2010**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	101.346	42,25	34,05	R\$ por Unidade
31/03/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.922.803	46,80	36,00	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.988	39,94	39,94	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.155.677	46,00	44,49	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	205.834	48,00	40,50	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.732.863	52,00	44,90	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.158	47,29	47,00	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.059.540	55,00	49,50	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2009

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	198.676	28,00	22,00	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	206.461	27,40	25,00	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	797.261	30,98	25,60	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.718	36,00	28,00	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	480.451	37,90	28,00	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	636.212	44,00	36,05	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.900	39,00	39,00	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.258	27,48	20,02	R\$ por Unidade

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/12/2008	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	532.406	34,00	25,51	R\$ por Unidade
31/03/2008	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	950.548	27,99	19,00	R\$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	65.568	34,00	26,00	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	446.705	35,20	22,20	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.765.689	35,00	24,99	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	719.047	34,00	28,00	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.496.565	35,00	29,00	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Além das ações ordinárias e preferenciais, não existem outros valores mobiliários regulados pela CVM emitidos pela WLM, atualmente.

- i. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários: Não aplicável
- ii. Outras características relevantes: Não aplicável.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários da WLM admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

- a) **país:** Não aplicável
- b) **mercado:** Não aplicável
- c) **entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:** Não aplicável
- d) **data de admissão à negociação:** Não aplicável
- e) **se houver, indicar o segmento de negociação:** Não aplicável
- f) **data de início de listagem no segmento de negociação:** Não aplicável
- g) **percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício:** Não aplicável
- h) **se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:** Não aplicável
- i) **se houver, banco depositário:** Não aplicável
- j) **se houver, instituição custodiante:** Não aplicável

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor Nos 3 últimos anos não houve nenhuma oferta pública de distribuição efetuada pela WLM.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos 3 últimos anos não houve oferta pública de aquisição efetuada pela WLM.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações da WLM nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável uma vez que não há ações mantidas em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável uma vez que não há ações mantidas em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a) Data de Aprovação: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários, criada por disposição estatutária. b) Pessoas Vinculadas: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários. c) e d) Principais características e previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários.

20.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável. Não há.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Informações (“Política de Divulgação”) da WLM está sujeita às disposições da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002. Em consequência, a divulgação de informações que, por sua natureza, possam gerar ato ou fato relevante, necessariamente fundamenta-se nos seguintes princípios básicos:

- obediência à legislação específica e à regulamentação da Comissão de valores Mobiliários (CVM);
- coerência com as melhores práticas de relações com investidores; e
- transparência e equidade de tratamento.

O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela divulgação ao mercado de informações referentes a atos ou fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da WLM, na forma prevista na legislação específica e na Política de divulgação da Companhia. A informação será disponibilizada de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, zelando assim pela ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os valores mobiliários da WLM são negociados.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O acesso a informações sobre ato ou fato relevante, antes de sua divulgação pública, é limitado aos profissionais da Companhia diretamente envolvidos com o assunto em pauta, até que sua divulgação seja oportuna. Os Diretores, membros do Conselho de Administração e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da WLM e quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na WLM tenham acesso à informação de ato ou fato relevante, devem guardar sigilo sobre essas informações até sua divulgação pública e zelar para que subordinados e outras pessoas de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com esses no caso de descumprimento.

A Política de Divulgação de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar à bolsa de valores, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política de Divulgação prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso.

De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações. Sempre que a Administração da WLM decidir pela guarda de sigilo sobre informação de ato ou fato relevante e esta escapar ao seu controle, o Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar, publicamente, de forma imediata, esta informação.

21.4 - Outras informações relevantes

A Companhia divulgará simultaneamente ao mercado de capitais informações sobre a WLM, por meio de publicação de comunicados nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Empresa, podendo ser feito de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores (Internet) onde a informação detalhada estará disponível a todos os investidores, efetivos ou potenciais, em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

A WLM adota a utilização do “website” - www.wlm.com.br - para a disponibilização imediata de comunicados, informações operacionais, sobre eventos corporativos, pagamentos de dividendos e títulos de dívida emitidos, demonstrações financeiras trimestrais e anuais e documentos arquivados com a CVM, cotações de ações da WLM nas Bolsas de Valores onde a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

A Política de Divulgação de Informações prevê, ainda, que os administradores e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia deverão informar ao Diretor de Relações com Investidores a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia, em nome próprio ou de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições. Tal comunicação deverá ser efetuada (i) no prazo de 5 dias após a realização de cada negócio; e (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas da Companhia, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como atualizar as informações periódicas enviadas pela Companhia.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Tendo por objeto a alienação das ações da empresa Santana Rios Agropecuária S.A. e a inadimplência do comprador, a Companhia, através da Escritura Pública de Transação e Ratificação de Hipoteca, datada de 7 de maio de 2009, considerando que o devedor alegou não possuir recursos para honrar o pagamento da dívida, aceitou que o pagamento por transação fosse realizado por meio do recebimento de bens com área de 7.471,54 hectares de terras localizadas no município de Santana do Araguaia(PA), sendo 4.413,37 hectares com imediata e 3.058,17 hectares na forma de dação em pagamento, correspondente ao montante de R\$ 11.510 mil.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da WLM.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não se aplica.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.